

Princípios

Revista teórica, política e de informação

Dezembro/88

Cz\$ 1.200

**Filosofia
irracional
travestida
de moderna**

Página 56

**O modelo
dependente
inviabiliza
o Brasil**

Página 24

16



Expediente

Princípios

Revista teórica, política e de informação
Dezembro de 1988 —
Cz\$ 1.200,00
Publicação da Editora
Anita Garibaldi Ltda.
Rua Bororós, 51, 3º andar
— São Paulo-SP CEP.
01320 — Tel. 278-3220

Diretor e Jornalista
Responsável
João Amazonas

Conselho Editorial
João Amazonas
Rogério Lustosa
José Reinaldo Carvalho
Umberto Martins

Número Avulso:
Cz\$ 1.200,00

(inclusive os atrasados).
Enviar cheque nominal
para Editora Anita
Garibaldi Ltda.

Atendemos também pelo
Reembolso Postal.

Composição, Montagem,
Fotolitos e Impressão
Cia Editora Joruês
Rua Cardeal Arcoverde,
2.978 — Pinheiros — São
Paulo

Diagramação
Mazé Leite

Capa:

Noite estrelada.

Desenho de Van Gogh,
reproduzindo sua famosa
pintura sobre o mesmo tema.

Prognósticos e Surpresas

Página 1

O realismo socialista combate a
uniformidade e o esquematismo em nome
da criatividade e do belo

Ramiz Alia

Página 3

Enver Hoxha, defensor do marxismo-
leninismo

José Reinaldo Carvalho

Página 10

As idéias de Krushev

Enver Hoxha

Página 15

A gênese da teoria do imperialismo

Luís Fernandes

Página 16

“A dependência inviabiliza o
desenvolvimento do nosso país”

Entrevista com Bautista Vidal

Página 24

O peso da dívida externa brasileira

Agenor da Silva

Página 34

Carta de Engels a Bloch

Página 41

Socialismo x Perestroika. Dois caminhos
na educação ideológica

Rogério Lustosa

Página 43

Política nuclear brasileira. Uma ameaça à
segurança da população

Olival Freire Jr.

Página 52

Alguns pressupostos filosóficos da pós-
modernidade

José Carlos Ruy

Página 56

albanesa e da nossa cultura nacional.

As personalidades da cultura, das ciências etc. fazem época com a sua obra, deixam marcas indeléveis no caminho pelo qual tem marchado o progresso do país, transformaram-se em fonte de orgulho nacional, admiração que será um exemplo inspirador para as gerações futuras.

A justa compreensão da política do Partido sobre a valorização das pessoas destacadas em todos os campos da atividade social não significa elogios gratuitos e inconseqüentes nem incentivo ao individualismo pequeno-burguês. O Partido deve ter claro que a superestimação dos talentos e o posicionamento acrítico frente às diversas limitações que eles possam ter seriam prejudiciais.

Os nossos avanços no campo do ensino são grandes. Eles representam a principal conquista no campo da cultura e falam claramente sobre a justeza do caminho seguido pelo Partido. Mas

problemas existem e existirão também nesse campo. São problemas do crescimento, do desenvolvimento e do aperfeiçoamento. O Partido e o Poder tratam continuamente deles e mostram um interesse incessante pela prosperidade de nossa escola. Eu gostaria de me deter num problema, simultaneamente antigo e novo, com o qual temos lidado e lidaremos também no futuro. Temos dito e é plenamente correto que a missão da nossa escola socialista é a formação ideológica, cultural-profissional e físico-militar da juventude. Sobre esta base foi construído todo o nosso sistema educacional, a sua estrutura, os programas escolares etc. Os resultados são bons. Mas devemos ter uma preocupação sempre, porque os tempos mudam, o país se desenvolve, novos problemas surgem e devem ser superados. Partindo disso, todos nós devemos fazer a pergunta e encontrar a resposta de que pessoas a escola deve preparar, qual deve ser a sua formação?

Revista "Nova Albânia"

É natural e sabe-se que a escola prepara a nova geração para o amanhã, para as tarefas que a esperam no futuro. Mas o importante não é apenas conhecer essa missão. O principal está na compreensão e definição de como será esse futuro, para que de acordo com ele, se elaborem também os programas escolares, se ensine e eduque a nova geração para que esteja plenamente preparada para o amanhã. Se devemos nos orientar sempre do ponto de vista do futuro, então devemos indispensavelmente ter uma visão clara também dos desenvolvimentos futuros.

As ciências jogam papel decisivo em todos os sentidos

Os anos que virão, e as tendências aparecem desde hoje, se caracterizarão por um grande papel das ciências em todos os setores da vida. Este papel será decisivo em todos os sentidos. A tarefa da escola, seguramente, não é falar sobre este futuro e fazer as suas previsões, mas dar aos alunos os conhecimentos necessários e a metodologia de estudo e de trabalho para ultrapassar esta nova etapa, para despertar neles o entusiasmo criativo, ensinar a ver longe e não se apegarem a interesses menores e mesquinhos que as velhas ideologias instigam, principalmente a ideologia pequeno-burguesa e as pressões das ideologias consumistas que vêm de fora, que não passam sem deixar marcas.

O jovem que sai da escola deve estar repleto de ideais e aspirações, esperanças e sonhos, para si e para a sociedade, mas também com a certeza de que estes são possíveis de serem realizados. Quando ele termina os estudos deve estar preparado mental e espiritualmente para lutar e marchar direto ao cume mais alto da ciência e da cultura, lutar pelo engrandecimento moral e pelo enriquecimento de sua personalidade enquanto revolucionário e patriota. O jovem deve enfrentar a longa luta que tem pela frente com vontade e certeza de que a sua vida e a de toda a sociedade



rios. Durante dois meses, mesmo às vésperas do pleito, orientaram-se pela bola de cristal dos Gallupes e Ibopes. As urnas negaram os prognósticos. Quem andava em terceiro ou quarto lugar nessas pesquisas assumiu a dianteira na contagem dos votos.

Sucedeu o inesperado. Boa parte dos eleitorais mudou seu comportamento em comparação com os pleitos anteriores. Neste, manifestou não somente repúdio a governantes reacionários e inescrupulosos. Condenou a política e os políticos conservadores, a velha rotina da substituição nos cargos eletivos de pessoas que repetem o mesmo ritual do faz-que-vai-mas-não-vai.

Operou-se mudança de conteúdo no quadro político partidário, favorável aos partidos e organizações mais ligados aos trabalhadores e ao povo. Venceram as correntes progressistas, políticos e partidos de oposição, descomprometidos com o sistema autoritário, com os vícios da política-gem burguesa, com a mentira oficial do Planalto. Nos centros de maior concentração industrial, a classe operária deu o seu recado. Desalojou das prefeituras locais os caciques de partidos decreptos, corrompidos. Na capital bandeirante, a mais importante do país, foi claro o confronto entre a direi-

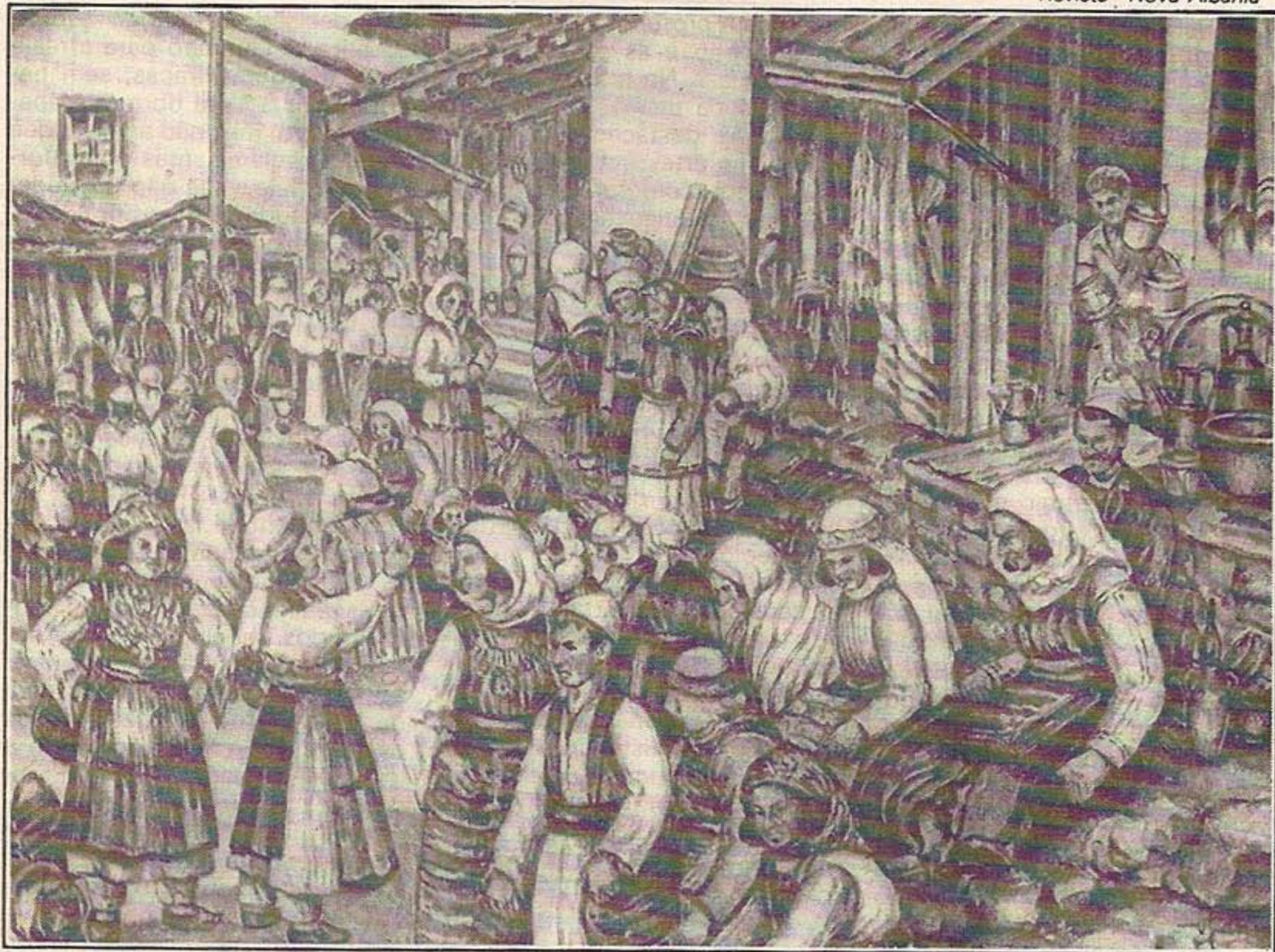
ta e a esquerda. No páreo final, defrontaram-se Maluf, típico representante do conservadorismo retrógrado, e Erundina, candidata das forças populares, da coligação PT-PcdoB. Ganhou a esquerda.

Especula-se acerca do que teria contribuído para essa evidente mudança de comportamento do eleitorado. Há quem afirme ter sido a coerência de certo partido que sempre disse não a todas as soluções intermediárias no processo da transição política. Entretanto, o não absoluto nem sempre guarda coerência com princípios democráticos ou revolucionários. Porque entrava o avanço do complexo desenvolvimento da luta de classes na sociedade. O longo caminho a percorrer até alcançar a meta libertadora é menos retilíneo e mais sinuoso do que se imagina. Comporta mil batalhas de características diversas. Há quem diga também que foram fatores emocionais, de conjuntura. Melhor seria dizer que foi a acumulação de desenganos e frustrações, um salto na consciência política do povo que começa a compreender que o xis da equação não é igual ao zero da simples falta de competência dos que têm administrado o Brasil. É algo mais. A incompatibilidade de interesses da classe dirigente com a solução pa-

triótica, democrática e progressista dos problemas nacionais.

O povo aprende com a vida, faz a sua própria experiência. Teria errado quando votou maciçamente no PMDB em 86? Na ocasião, acreditava que esse partido, como prometera, ia dar nova feição à realidade brasileira. Tal não aconteceu. O PMDB virou CENTRÃO na Constituinte e aconchegou-se oportunisticamente às benesses do poder, associou-se a um dos piores governos que o país já teve. A resposta do povo foi a repulsa a semelhante partido.

Muitas outras experiências viverá ainda o povo brasileiro, a classe operária em particular, até alcançar o ponto culminante de suas profundas aspirações de progresso, liberdade e justiça social. Voltar-se definitivamente para o partido e as correntes que representam o futuro e querem mudar radicalmente o presente de atraso, de crise, de fome, de dependência ao capital estrangeiro, exige algum tempo e reflexão maior. A fim de comprovar a justeza da orientação de cada partido dito de esquerda, sua conduta política, sua atuação prática. E também para liquidar as ilusões no reformismo, no socialismo pequeno-burguês, na Perestroika capitalista de Gorbatchev na URSS.



O realismo socialista combate a uniformidade e o esquematismo em nome da criatividade e do belo¹

Ramiz Alia*

¹ Título e intertítulos da redação

O nosso Partido e o camarada Enver Hoxha, logo após a libertação, dedicaram grande atenção ao desenvolvimento cultural do país. Eles entenderam a elevação do nível educacional e cultural dos trabalhadores como condição indispensável para o impetuoso e multilateral progresso da nova Albânia. A construção do socialismo seria impossível sem pessoas cultas e sábias, sem trabalhadores instruídos e qualificados e sem especialistas. Isto foi comprovado plenamente pela experiência vivida até hoje.

O desenvolvimento cultural de nossa sociedade, nos anos do socialismo, se deu a passos muito rápidos. Ele se expressa na educação massiva da população, no

progresso das artes, das ciências, da literatura e das publicações, na presença de instituições culturais em todas as cidades e vilas do país, na revolução técnico-científica, na transformação do modo de vida e da consciência das pessoas. Os resultados em todos esses campos são colossais. Eles não são menores do que os alcançados na indústria, na agricultura, na construção civil etc.

Entramos atualmente numa nova fase do desenvolvimento socialista. Na indústria e na agricultura, no transporte e na construção civil, no ensino e na arte, em todos os domínios da atividade social, busca-se o crescimento quantitativo e qualitativo, que

não pode ser assegurado sem elevar ainda mais o nível de conhecimento e de saber das pessoas, sem dominar a técnica e a tecnologia modernas, sem aplicar em todos os terrenos as conquistas da ciência, sem andar com o passo da época.

A nossa revolução popular em geral e a revolução ideológica e cultural em particular criaram o que nós chamamos a nova cultura, a cultura socialista. Isso não quer dizer que o nosso povo não tivesse anteriormente uma cultura própria. Pelo contrário, sabe-se que o povo albanês herdou uma cultura das mais antigas nos Bálcãs. A nossa revolução não apenas criou condições e deu impulso nunca visto ao multilateral

desenvolvimento da vida cultural, como também instrumentalizou a nossa cultura com novas qualidades, que estão principalmente no conteúdo, libertou-a de muitas influências dos modos aristocrático, cosmopolita, conservador e decadente, que, apesar de não terem raízes profundas, impediam o seu desenvolvimento progressivo. Este aprimoramento, que envolveu não apenas as esferas da criatividade, mas todo o campo espiritual e o modo de vida, abriu amplo caminho ao desenvolvimento da cultura popular, democrática e socialista. É importante acentuar que foram os novos conceitos estéticos e ideológicos marxistas-leninistas, que dirigiam esses processos, o que garantiu também o seu sucesso.

A direção, através dos ensinamentos do Partido, tem assegurado ainda uma outra grande vitória no campo da cultura. Nós chegamos à criação do conceito estético único, não apenas para a apreciação da herança cultural, nacional e mundial, um problema chave, dado que define o ponto de partida, mas também para indicar os caminhos ao maior desenvolvimento da cultura. Tudo isso representa uma rara conquista e uma grande força para o progresso de toda a cultura, assim como um fator que liga as pessoas da cultura às massas e coloca aquelas sob o controle destas. Aqui se explica por que sobre uma poesia ou conto, sobre um filme ou romance, sobre uma pintura ou canção, estão em condições de falar e julgar, partindo de sadias posições ideológicas e estéticas, os intelectuais e os operários, o homem simples e o quadro dirigente.

Quando falamos sobre o conceito estético único não subentendemos algum tipo de uniformidade na criatividade, nem uma percepção uniforme dela, nem nivelamento da individualidade dos artistas e do público. Se fosse assim, a cultura seria rebaixada a uma escala quase primitiva. Os princípios estéticos marxistas-leninistas não são moldes que dão forma imutável à criação cultural que deles deriva. Especialmente a arte não pode ser criada com esquemas pré-fabricados. Sendo um produto espiritual e reflexo da realidade, as suas expressões são infinitas, como são infinitas a am-

plitude e a profundidade do espírito humano e as próprias relações sociais. Na prática da criação artística de nosso país, nas obras mais destacadas da literatura e das artes do realismo socialista foi comprovado que o conceito estético único inspira não o esquematismo, mas a inovação, não a rigidez e unilateralidade temática, mas a amplitude da problemática e a variedade de estilos. A uniformidade e o esquematismo não derivam do método do realismo socialista. Sendo assim, entre nós, as obras fracas e sem valor artístico não são consequência de alguma base burocrática. São fruto de um nível ideológico e cultural insuficiente e da incapacidade criativa de seus autores. Portanto, o Partido tem insistido e insiste sempre em que o caminho para superar essas debilidades é o da assimilação cada vez melhor da nossa ideologia marxista-leninista, do estudo ininterrupto e da elevação do nível cultural e profissional dos artistas.

**É necessário lutar
contra a vulgarização
dos princípios
estéticos**

Os princípios estéticos fazem parte da questão da concepção de mundo, são uma generalização das leis internas das artes e da sua relação com a vida, com a sociedade e a natureza. Seguramente, o seu conhecimento e aplicação é uma necessidade para cada artista, se não deseja cair no espontaneísmo, se quiser saber aonde chegará e o que precisa alcançar, se pretende ser original e não um imitador. Mas sobre os princípios estéticos, assim como é fácil a lição segundo os manuais escolares, é difícil a sua aplicação no trabalho criativo concreto. Comumente pensa-se que basta escolher um tema correto do ponto de vista de classe ou que os personagens sejam pessoas do povo, que as suas vestes sejam nacionais, para que a obra esteja garantida. Frente a tal vulgarização dos princípios estéticos marxistas-leninistas e da própria arte é necessário lutar

com decisão, porque do contrário abre-se caminho para a realização de obras fracas, sem nenhum valor. Uma obra que apenas mostra, mas não analisa, que apenas declama, mas não informa, que fala, mas não diz nada, pode ser tudo, menos obra de arte. O gênio humano inventou a arte no esforço para conhecer a si próprio e o mundo que o rodeia, para conhecer o presente e principalmente para compreender o seu futuro. É essa grande filosofia, é essa busca que mantém viva a criatividade artística e a desenvolve. Sem isso não haveria arte.

Nesse sentido, as organizações do Partido, a Liga dos Escritores, as instituições culturais e as editoras têm imensas tarefas na educação dos trabalhadores da frente cultural. Eles devem encontrar as formas mais adequadas para que os escritores e artistas, todos os nossos criadores, dominem a linha e os ensinamentos do Partido, os princípios estéticos marxistas-leninistas. Mas a luta por uma arte militante e de qualidade elevada não pode ser bem sucedida sem o conhecimento da vida. Esta é uma exigência permanente para as artes e a cultura. Com o aprofundamento do processo de desenvolvimento socialista em todos os campos da atividade social, hoje ela ganha uma ênfase especial. Todos os trabalhadores da frente cultural devem viver intensamente, nas mais diversas formas, as inquietações da época, as preocupações do Partido sobre a produção, a educação e a vida do povo, a atividade criativa e a luta das massas trabalhadoras pela construção socialista e a defesa do país. A vida deve ser conhecida cientificamente, não superficialmente. Na atividade de criação deve-se dominar a lógica da vida, na aceção ampla da palavra, e não algum episódio em separado.

Na prática diária verifica-se frequentemente que diversas organizações do Partido e organizações estatais têm conceitos incorretos sobre a cultura e o seu desenvolvimento e sobre os trabalhadores da frente cultural e o homem culto. No geral, estes são identificados segundo o diploma escolar e principalmente o universitário. Por um período, especialmente devido às condições em que vivia o nosso país, isto pode-

ria ser explicável e compreensível. Mas na fase em que nos encontramos e no nível que alcançamos, estes diplomas não bastam como critério único e absoluto para julgar o homem culto. Sabe-se que o conceito sobre o homem culto tem evoluído e mudado muito segundo as etapas do desenvolvimento da sociedade humana, foi visto e tratado de forma idealista e materialista, foi medido com diversos critérios, mas a constante permaneceu a sua caracterização como uma pessoa avançada, que se esforça para compreender e influenciar com os seus conhecimentos e ações conscientes os fenômenos sociais, como uma pessoa que ilumina as mentes das outras e luta para tornar melhor as suas vidas.

A cultura é um atributo do homem emancipado

A sociedade socialista, no seu julgamento sobre o homem culto, parte de uma avaliação mais ampla e mais complexa. Ela não mede e não avalia apenas com a quantidade de saber, mas também com o bom posicionamento, com a contribuição que dá para o

progresso do país, com a preocupação contínua pelos destinos da pátria e do povo. Se olharmos assim, não devemos procurar e não acharemos o homem culto apenas na camada de pessoas instruídas, mas também na massa das pessoas simples do povo.

O camarada Enver disse que toda a vida é e deve ser cultura. Este conceito amplo sobre a cultura vale também para o homem culto. A cultura é um atributo do homem emancipado, que se expressa no pensamento e no trabalho, nas relações com as pessoas e no modo de vida.

Na época do Partido formou-se o novo homem, liberto dos preconceitos e dotado de sentimentos e pensamentos nobres. A própria atividade produtiva assumiu um amplo caráter criativo. As elevadas exigências estéticas na cultura hoje não são ditadas apenas pela autêntica atividade artística, mas também pela produção, a construção civil e a agricultura.

O conceito amplo e correto sobre o homem culto faz com que aumentem as exigências no trabalho e no comportamento de cada um, que se produza com alta qualidade, que se construa de forma bela e livre, que se encontrem as soluções mais racionais, que se utilizem todas as energias criadoras das massas em prol do socialismo. Isto também ajudará a que se combatam as manifestações que na essência expressam

falta de cultura. Isto se nota na produção, principalmente na baixa qualidade, assim como no tratamento com as pessoas. Existem diversos trabalhadores que se autoproclamam servidores do povo, enquanto se comportam como se o povo estivesse em débito com eles. Não expressa cultura a presunção intelectual, nem a arbitrariedade e as posições arrogantes com as pessoas, assim como não têm nada em comum com a cultura os comportamentos nocivos e quaisquer outras atitudes que causem no povo sentimentos ruins e que se contrapõem à moral socialista.

A formação de uma compreensão ampla sobre o homem culto é uma grande tarefa do Partido. A luta pela construção socialista não subentende apenas a criação de uma nova ordem social sem classes exploradoras e sem exploração, mas também a transformação do modo das pessoas pensarem e se comportarem, de suas relações na família e na sociedade, de sua posição no trabalho e fora dele, segundo a ética da civilização socialista.

A identificação do homem culto com o diploma escolar, principalmente quando se fala sobre pessoas que se ocupam com a criatividade artística, com a publicística, com a filosofia, com as ciências dos demais campos, traz consigo também um aspecto ruim que não deve ser subestimado. Um julgamento desse tipo le-

Revista "Nova Albânia"



varia, e de certa forma tem levado, a uma igualação dos valores culturais. Mas é sabido que a igualação de valores mata a cultura.

Existe uma tendência a que a igualdade social existe entre nós, que constitui uma vitória do socialismo, seja transplantada mecanicamente para o campo da criação artística. Como consequência esta tendência procura rebaixar, nivelar e igualar as individualidades criativas, os talentos na arte, na ciência, na engenharia, na arquitetura, na agronomia etc., os autênticos intelectuais com os demais que possuem o mesmo diploma, que atuam no mesmo campo, mas não com o mesmo resultado. Basta ousar valorizar, honrar ou gratificar alguma personalidade destacada da ciência e da cultura para que imediatamente levantem-se vozes em coro que clamam: "Não somos todos iguais? E nós o que somos, não fizemos, também nós, tantas e tantas obras?" Isto apesar de se saber que nem toda folha impressa é livro, nem toda canção é música, nem toda tela desenhada é pintura.

Igualar valores equivale à falta de profundidade

A igualação dos valores deriva também da falta de profundidade da crítica, dos julgamentos muito genéricos. Sobre isto basta ler aos domingos o jornal "Drita" ("A Luz" — órgão da Liga dos Escritores. N. da R.) para ver que está cheio de listas infundáveis com nomes de criadores e com uma grande inflação de elogios a eles. Fez-se muito bem em publicar as séries de obras dos nossos escritores mais destacados. Mas as editoras se encontram sob uma pressão contínua dos autores de menos talento, que também querem a publicação de coleções de sua obra.

Se os nossos jornais, a televisão, as editoras, os teatros etc. agirem como agem as massas, que fazem a seleção das obras artísticas comprando ou não um livro, aplaudindo ou não uma can-

ção, ligando ou desligando a televisão, eles farão um trabalho elogiável. Mas isto ainda seria pouco. As massas geralmente agem de forma intuitiva e se orientam pelos sentimentos. De sua parte, os órgãos e organismos que dirigem a frente cultural devem guiar-se pelos critérios de julgamento conscientes, porque têm por dever, por missão, indicar às massas que livro ler, que programa ou peça assistir. Eles têm uma grande responsabilidade moral e social pela formação dos gostos e pela educação estética das massas. A responsabilidade pela qualidade das obras artísticas não pode recair apenas sobre os autores, mas também sobre os que as publicam, as expõem, as executam e as divulgam.

Não tem nada pior do que quando a arte, de paixão e luta que é, se transforma por qualquer motivo em rotina. Não se pode deixá-la vegetar. Portanto a poda do bosque da criatividade não apenas faz bem, como é indispensável.

Constantemente diz-se que é necessário mais meios e condições materiais para o desenvolvimento da cultura. Não há dúvida de que isto é necessário e dentro das possibilidades que temos devemos fazer ainda mais. Mas quero acentuar que o que se procura mais é a melhor e mais eficaz utilização dos meios de que dispomos. O nosso estúdio cinematográfico produz em média mais de um filme por mês. Isto é louvável. Mas o que se exige é que entre eles não haja um ou dois, porém mais filmes de excelente qualidade. Nós publicamos livros, traduzidos da literatura estrangeira. Porém são os autores desses livros os mais representativos da atual literatura mundial? Não seria melhor para a elevação do nível cultural da juventude a publicação e reedição das principais obras dos grandes escritores, no lugar de se traduzirem e imprimirem não poucos livros com valores artísticos limitados? O mesmo pode dizer-se sobre a compra de filmes de televisão e cinema. Que sejam em menor quantidade, mas os melhores e mais atuais. Atualmente onde quer que seja, também na cultura é necessário mais qualidade, mais atividade criativa que eduque e possibilite lazer às pessoas e não que desperdice o seu tem-

po. Deve-se encorajar os cientistas, as pessoas de talento, os músicos e artistas mais destacados. Portanto, à sua disposição devem ser colocados os auditórios e palcos, os cinemas, as salas para palestras e aulas.

Geralmente se justifica a igualação de valores com a argumentação de que não somos a favor do elitismo na cultura, mas pela sua massificação, que não somos favoráveis a um número limitado, mas a todo um batalhão de artistas etc. Seguramente, nós somos contra os conceitos elitistas burgueses, mas isso não quer dizer que a sociedade socialista não deve apoiar as individualidades e as personalidades criativas. Isto se relaciona não apenas à arte, mas a todos os setores da atividade social.

Em todos os campos há e deve haver os porta-bandeiras, que se destacam pelo trabalho criativo e pelos bons resultados, pessoas que puxam as outras e se tornam exemplo para milhares e centenas de milhares de outras pessoas. Para nós não se coloca a questão de se criar alguma "camada de privilegiados", porém procura-se criar um clima favorável a uma produção o quanto mais ampla e mais avançada e que os talentos sejam apoiados e tenham todas as possibilidades para trabalhar em prol do socialismo e da Pátria.

As personalidades da cultura marcam com suas obras

Corretamente e em tempo se levantou o problema das individualidades na última reunião plenária da Liga dos Escritores dedicada à poesia, apesar de ter-se limitado o problema a esse campo. É verdade que a cultura é feita pelas massas, mas são as individualidades criadoras destacadas que a sintetizam e expressam.

Antes de Naim* e também na sua época havia inúmeros outros poetas, mas apenas ele pôde expressar tão bem e de forma tão bela o caráter e as aspirações de seu povo e se transformar numa referência inigualável para todas as épocas da história da literatura

albanesa e da nossa cultura nacional.

As personalidades da cultura, das ciências etc. fazem época com a sua obra, deixam marcas indeléveis no caminho pelo qual tem marchado o progresso do país, transformaram-se em fonte de orgulho nacional, admiração que será um exemplo inspirador para as gerações futuras.

A justa compreensão da política do Partido sobre a valorização das pessoas destacadas em todos os campos da atividade social não significa elogios gratuitos e inconseqüentes nem incentivo ao individualismo pequeno-burguês. O Partido deve ter claro que a superestimação dos talentos e o posicionamento acrítico frente às diversas limitações que eles possam ter seriam prejudiciais.

Os nossos avanços no campo do ensino são grandes. Eles representam a principal conquista no campo da cultura e falam claramente sobre a justeza do caminho seguido pelo Partido. Mas

problemas existem e existirão também nesse campo. São problemas do crescimento, do desenvolvimento e do aperfeiçoamento. O Partido e o Poder tratam continuamente deles e mostram um interesse incessante pela prosperidade de nossa escola. Eu gostaria de me deter num problema, simultaneamente antigo e novo, com o qual temos lidado e lidaremos também no futuro. Temos dito e é plenamente correto que a missão da nossa escola socialista é a formação ideológica, cultural-profissional e físico-militar da juventude. Sobre esta base foi construído todo o nosso sistema educacional, a sua estrutura, os programas escolares etc. Os resultados são bons. Mas devemos ter uma preocupação sempre, porque os tempos mudam, o país se desenvolve, novos problemas surgem e devem ser superados. Partindo disso, todos nós devemos fazer a pergunta e encontrar a resposta de que pessoas a escola deve preparar, qual deve ser a sua formação?

Revista "Nova Albânia"



É natural e sabe-se que a escola prepara a nova geração para o amanhã, para as tarefas que a esperam no futuro. Mas o importante não é apenas conhecer essa missão. O principal está na compreensão e definição de como será esse futuro, para que de acordo com ele, se elaborem também os programas escolares, se ensine e eduque a nova geração para que esteja plenamente preparada para o amanhã. Se devemos nos orientar sempre do ponto de vista do futuro, então devemos indispensavelmente ter uma visão clara também dos desenvolvimentos futuros.

As ciências jogam papel decisivo em todos os sentidos

Os anos que virão, e as tendências aparecem desde hoje, se caracterizarão por um grande papel das ciências em todos os setores da vida. Este papel será decisivo em todos os sentidos. A tarefa da escola, seguramente, não é falar sobre este futuro e fazer as suas previsões, mas dar aos alunos os conhecimentos necessários e a metodologia de estudo e de trabalho para ultrapassar esta nova etapa, para despertar neles o entusiasmo criativo, ensinar a ver longe e não se apegarem a interesses menores e mesquinhos que as velhas ideologias instigam, principalmente a ideologia pequeno-burguesa e as pressões das ideologias consumistas que vêm de fora, que não passam sem deixar marcas.

O jovem que sai da escola deve estar repleto de ideais e aspirações, esperanças e sonhos, para si e para a sociedade, mas também com a certeza de que estes são possíveis de serem realizados. Quando ele termina os estudos deve estar preparado mental e espiritualmente para lutar e marchar direto ao cume mais alto da ciência e da cultura, lutar pelo engrandecimento moral e pelo enriquecimento de sua personalidade enquanto revolucionário e patriota. O jovem deve enfrentar a longa luta que tem pela frente com vontade e certeza de que a sua vida e a de toda a sociedade

pode tornar-se ainda melhor, se lutar e se trabalhar com paixão e decisão, e os desafios do futuro, sejam estes políticos ou ideológicos, econômicos ou culturais, devem e podem ser vencidos. Em primeiro lugar, a escola deve ter como característica destacada este espírito que deve ser transmitido aos alunos. O aluno é o reflexo dos professores. Portanto, estes devem pensar sobre esses desafios a vencer, sobre as respostas a dar aos alunos sobre o que e por que estudar.

Já que estamos falando da escola, quero me deter num outro problema. Sob o cuidado direto do Partido foi construído todo um sistema educacional pós-universitário e aumentaram muito os trabalhos de habilitação para pós-graduação. Isso testemunha sobre a elevação, numa escala mais alta, da qualificação dos nossos especialistas e sobre um avanço visível e qualitativo das nossas ciências. Mas, como para qualquer outra atividade social, educacional ou cultural, há a necessidade cada vez maior de um aprofundamento e um aprimoramento contínuos. Penso que uma atenção especial deve ser dedicada ao conteúdo dos programas dos cursos pós-universitários, principalmente à sua fisionomia e ao seu objetivo. Na maioria deles o nível de informação do conhecimento que se transmite não ultrapassa o dos últimos anos da universidade, apesar de que esta informação seja dada de forma mais concentrada e mais unificada, sendo o aproveitamento pelos pós-graduandos maior.

Mas, se permanecemos nesse nível, se o pós-graduandos não conhecerem e não se instrumentalizarem com as conquistas mais contemporâneas das ciências que lhes interessam, com as mais novas metodologias de sua aplicação, com as melhores técnicas de pesquisa científica, os gastos que são feitos e os benefícios que trazem não são justificados. Há toda uma experiência mundial sobre os caminhos do ensino pós-universitário que nós podemos aproveitar.

A própria universidade e seus pedagogos aproveitarão muito da elevação do nível do conhecimento científico nos cursos pós-universitários, enquanto serão obrigados, além de acompanhar e assimilar os conhecimentos, as

técnicas e metodologias científicas e pedagógicas mais avançadas, também a se ligarem diretamente às crescentes exigências que o desenvolvimento econômico e cultural do país apresenta. Desta forma, a escola superior não apenas se colocará na vanguarda do pensamento científico como se transformará num verdadeiro centro de consulta científica sobre os problemas que a vida coloca no campo da produção, da técnica e da tecnologia em todos os setores.

Deve-se pensar num programa estudado e numa organização eficaz para os cursos pós-universitários de especialistas das ciências sociais. Ali a rotina e a espontaneidade são grandes porque também as dificuldades, que são compreensíveis, são grandes. Mas aceitando isso, não devemos permitir o formalismo que domina atualmente.

Devemos ultrapassar esta etapa, inclusive o mais rápido possível. Nesta questão as instituições interessadas não devem descarregar todo o peso na Universidade e questioná-la depois sobre o nível profissional e cultural insuficiente daqueles que saem dos cursos pós-universitários.

A cultura deve ocupar ainda mais a atenção do Partido

Assim, também há que dedicar maior cuidado à preparação dos aspirantes à graduação científica. Aqui tem importância a definição de uma regra melhor no estabelecimento dos temas para não deixá-lo na espontaneidade e na vontade do indivíduo. Deve-se ter cuidado para que os trabalhos de pesquisa de graduação tenham um nível o mais elevado possível. Ainda mais, é preciso aumentar a responsabilidade dos orientadores e das diversas bancas examinadoras, para que não permitam falta de compromisso.

Os pareceres dados por estas bancas devem ser indiscutíveis, não do ponto de vista da competência funcional, mas da sua personalidade científica e intelectual, do mandato social e estatal



que lhe foi confiado para verificar e garantir o testemunho que dão. O valor desses trabalhos deve ser medido em primeiro lugar pelo valor aplicativo no que se refere às ciências técnicas e para as ciências sociais com informações completamente novas que trazem, com os problemas teóricos que resolvem, com as interpretações originais que dão aos fenômenos.

No trabalho do Partido os problemas da cultura devem ocupar um maior espaço. Acentuo isso porque algumas vezes este setor é deixado de lado. Não poucas vezes, vários diretores, em nome da luta pelo plano de produção, não dedicam devida atenção à atividade cultural, não se ocupam das artes e da literatura, livros e filmes, ciência e música.

Com a sua política, o Partido deve assegurar, assim como tem assegurado, um desenvolvimento multilateral e harmônico do país. Mas isso não pode ser alcançado se falta a devida valorização dos órgãos do Partido e do Poder para uma esfera ou outra. Nenhum campo da atividade social, e muito menos a cultura, deve permanecer fora da atenção do Partido.

São conhecidas as recomendações do camarada Enver sobre o trabalho cultural a ser feito pelos



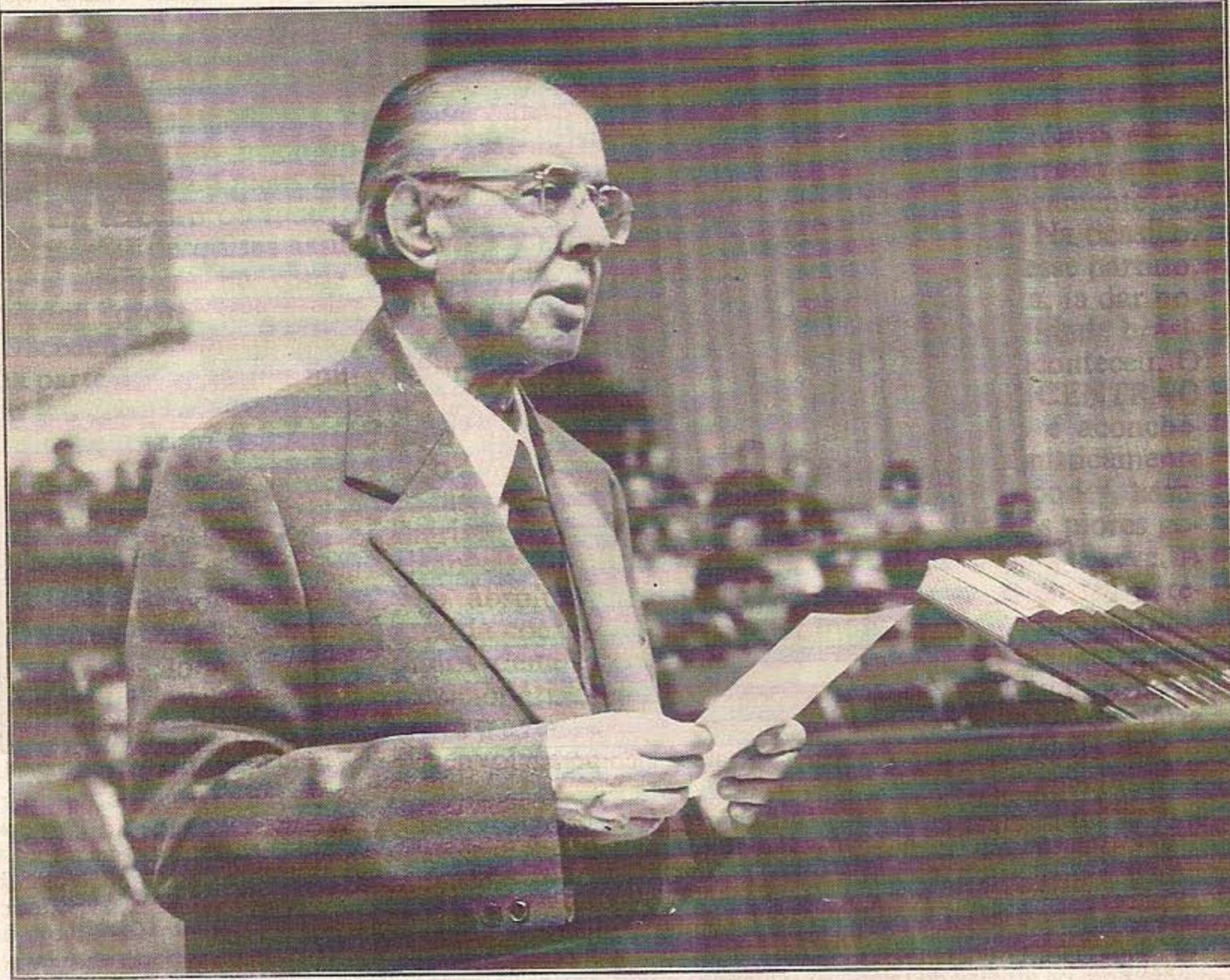
A cultura do realismo socialista incorpora e enriquece toda a tradição folclórica do país

Comitês Regionais do Partido, dadas ao primeiro secretário de Korça durante uma conversa em Drilon. Ali o camarada Enver falou sobre o interesse que o Partido deve ter pela cultura, pelo tratamento com os artistas de talento, pela necessidade da elevação da qualidade na arte e na cultura e a responsabilidade que os órgãos do Partido devem ter pela

situação dos trabalhos nesse campo. Essas suas recomendações devem ser consideradas diretivas permanentes para todo o Partido, para ontem, para hoje e para o futuro.

Quando numa região a vida cultural é vazia, o teatro dramático e o de comédias são pouco freqüentados e as atividades artísticas se desenvolvem raramen-

te, isto quer dizer que o Partido não trabalha bem nessa frente. Hoje, onde quer se seja, temos artistas talentosos que podem oferecer ao povo belas obras. Mas é tarefa do Partido encorajá-los e inspirá-los, incentivá-los a novos êxitos. O papel dirigente do Partido na frente cultural sustentando também a sua responsabilidade direta por essa frente.



Enver Hoxha, defensor do marxismo-leninismo

José Reinaldo Carvalho*

* *Jornalista, editor da "Princípios"*

Em 16 de outubro último transcorreu o 80º aniversário do nascimento de Enver Hoxha, figura das mais destacadas do movimento comunista e operário mundial na presente época. Enver Hoxha foi o fundador do Partido Comunista da Albânia (hoje Partido do Trabalho da Albânia), organizador e comandante da luta de libertação nacional de seu país (1939-1944), dirigente da construção do socialismo e o iniciador, em meados dos anos 50, da luta contra o revisionismo contempo-

râneo. O estudo de sua obra teórica e prática é valiosa fonte de ensinamentos políticos e ideológicos para os comunistas e revolucionários.

Ao longo de mais de 50 anos de militância comunista, assumindo tarefas gigantescas e complexas, enfrentando as mais diversas dificuldades e aceitando os grandes desafios do seu tempo, traduzidos em inumeráveis batalhas de classes, Enver Hoxha fundiu seu nome ao do seu povo. Temperado ideologicamente no fogo da

revolução, no estudo sistemático e profundo da ciência social mais avançada, no exercício da vida orgânica e da direção partidária, ele converteu-se num líder proletário e socialista da estatura dos grandes dirigentes históricos da classe operária.

O estudo da experiência da revolução popular e da construção do socialismo na Albânia mostra a formação e a evolução de um pensador marxista-leninista que soube iluminar a prática com teoria e, inversamente, fazer ge-

neralizações a partir da prática. Não é pequena a bibliografia de Enver Hoxha. Cerca de 60 volumes tomos que escreveu contém profundos estudos, análises multilaterais e acertadas conclusões sobre candentes problemas em todos os domínios do conhecimento e da ação social. Particularmente no terreno da tática e estratégia da revolução, da construção do socialismo, dos princípios de organização do Partido e do Estado, da política internacional e da luta contra o revisionismo, Enver Hoxha dá contribuições originais e enriquecedoras do acervo teórico do movimento comunista.

A atividade de Enver Hoxha para fundar o Partido, organizar e dirigir a luta de libertação nacional desenvolveu-se em condições muito particulares. Nos anos 30 reinava nas fileiras revolucionárias e no movimento comunista da Albânia a confusão ideológica e a dispersão orgânica. Não eram poucas as idéias falsas e as posições políticas pseudomarxistas no interior dos grupos que deram origem ao Partido. Desde então a lucidez de Enver Hoxha se fez sentir. Ele viu com perspicácia que o Partido só desempenharia seu papel e cumpriria a missão de vanguarda da classe operária e do povo oprimido se sua criação fosse o resultado de um amadurecimento político e ideológico, jamais da conciliação oportunista de concepções antagônicas — a proletária e a pequeno-burguesa. A garantia para que o Partido não surgisse com esse “pecado original” foi a elaboração de uma linha geral única, sobre bases científicas marxista-leninistas e a adoção dos princípios leninistas de organização. Isto cimentou a unidade política, ideológica e orgânica das fileiras comunistas e deu solidez à nascente organização.

A revolução na Albânia não triunfaria se a direção adotasse uma orientação dogmática, copiasse modelos externos e não levasse em conta as condições do país e do momento histórico. Ali a luta emancipadora realizava-se com dois condicionantes: de um lado, o subdesenvolvimento estrutural do país, à época o mais atrasado da Europa. A economia era fundamentalmente agrária. A classe operária pouco numerosa e dispersa em pequenos estabeleci-

mentos fabris. Por outro lado, o país estava ocupado militarmente pelas potências fascistas (Alemanha e Itália). Nessas condições, a revolução na Albânia assumiu o caráter de luta de libertação nacional. Com Enver Hoxha à frente, o Partido elaborou sua linha política, a estratégia e a tática da revolução, tendo em conta que o inimigo principal eram os fascistas italianos e alemães e os setores internos a eles aliados. O centro da orientação tática era unir o povo em torno de uma organização de massas ampla — a Frente de Libertação Nacional. O objetivo imediato da luta era a expulsão dos ocupantes fascistas e a conquista de uma Albânia livre e democrática.

Qual deveria ser o caminho da revolução, quais as formas e os métodos de luta? Na resposta a essa questão e na experiência vivida na Albânia despontou mais uma vez a argúcia e a ousadia do pensamento de Enver Hoxha. Nas condições históricas concretas em que ocorreu a luta revolucionária na Albânia, a tomada do poder não poderia se dar através de um levantamento armado rápido e único. A revolução foi uma multiplicidade de ações, um processo complexo que amadureceu a partir das manifestações de massas antifascistas, das ações ousadas nas cidades, das escaramuças dos grupos guerrilheiros, até se transformar, após a organização e o crescimento do Exército de Libertação Nacional, em insurreição geral popular.

De grande significado na obra de Enver Hoxha são as suas generalizações acerca da construção do socialismo proletário num país agrário e atrasado. Pode-se dizer, sem exagero, que ele resgata, com posições leninistas, uma das mais importantes polémicas do movimento comunista, persistente ainda nos nossos dias. Pode uma revolução popular vitoriosa conduzir um país atrasado ao socialismo, ou o socialismo é um objetivo distante, somente possível se se desenvolvem anteriormente em sua plenitude as estruturas capitalistas?

Em última instância foi esta a polémica de Lênin com Kautsky, Plekhanov e Trotsky. Esta no fundo foi a essência do enfrentamento de Stálin com Bukharin. Se tomarmos como referencial experiências como as da China,

da Iugoslávia e das mais recentes lutas de libertação nacional e revoluções populares, como os processos de descolonização da África, a guerra do Vietnã, a revolução sandinista da Nicarágua etc., chegaremos à conclusão de que não se trata de uma questão menor. A prevalência de um ponto de vista pequeno-burguês ou socialista proletário na solução desse problema é definidora dos rumos da revolução. Depende disso seu avanço, truncamento ou retrocesso. Isto está historicamente comprovado desde a revolução russa de 1917.

Segundo Enver Hoxha, “na época do imperialismo, quando se criou o sistema mundial da economia capitalista, quando amadureceram em seu conjunto as condições para a revolução socialista, o atraso econômico de um determinado país não constitui um obstáculo insuperável para o triunfo da revolução democrática e sua rápida transformação em revolução socialista”. Enver acreditou na “possibilidade prática e real da transição direta dos países atrasados do velho regime feudal-burguês (caso da Albânia) ao socialismo, superando a etapa do capitalismo desenvolvido”.

Tomado o poder político, ato contínuo destruiu-se a base econômica dos latifundiários e da burguesia, a partir da ofensiva sobretudo contra as classes dominantes colaboracionistas. O Partido elaborou um plano para socializar os meios de produção, primeiro nas cidades, depois no campo, através de um complexo e arrojado processo de coletivização. Foi o estabelecimento das relações de produção socialistas que impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas, tirou o país do atraso e viabilizou a construção do socialismo. Nada disso foi feito espontaneamente, mas a partir de um plano marxista-leninista, para o qual a contribuição de Enver Hoxha foi decisiva.

Outra importante questão da revolução albanesa que exigiu sistematização dos princípios marxistas-leninistas por Enver Hoxha e pelo PCA foi a do poder político. Em muitos dos seus escritos do período da luta de libertação nacional, Enver Hoxha explicitou que a conquista do poder político pelo proletariado, dirigido por

seu partido de vanguarda, era o problema-chave da revolução. Este é, aliás, um ensinamento que vem da época de Marx, da Comuna de Paris e posteriormente, da revolução russa. Nisso também apareceram particularidades. Durante a luta de libertação nacional o poder popular surgiu embrionariamente sob a forma de conselhos de libertação nacional nas regiões libertadas. Enver Hoxha definia esses conselhos como "órgãos da luta e da revolução, bases do regime democrático". A vitória da revolução popular, a implantação do novo poder a nível nacional, assinalou o cumprimento da primeira etapa da revolução — antifeudal, antiimperialista e democrática e iniciou a transição rumo ao socialismo. Enver dirigiu pessoalmente a criação do poder popular. Esteve à frente da organização do Congresso antifascista de libertação nacional que em 24 de maio de 1944 proclamou a fundação do Estado de democracia popular. Ele compreendeu que, vitoriosa a revolução, o povo só se manteria no poder se este novo Estado evoluísse para uma democracia de tipo superior, com a hegemonia da classe operária — a ditadura do proletariado.

Vemos, assim, que a passagem de uma etapa a outra da revolução, traduzida nas primeiras medidas estruturais nos campos econômico e político, constituem uma aplicação criadora da teoria

leninista da revolução. É uma experiência que se mostrou valiosa pelos resultados que deu e pedagógica pelos ensinamentos que encerra.

Enver Hoxha marcou a sua passagem na História também como resolutivo defensor da soberania nacional, da integridade territorial do seu país. Já nos referimos ao caráter democrático e popular da revolução albanesa. É necessário dizer também do caráter nacional desta revolução, durante a guerra e depois dela. O povo albanês tem antiga tradição de pugna pela independência nacional, uma experiência multissecular de refregas com ocupantes de várias origens. Essa experiência acumulada se fez sentir com toda a sua força quando os exércitos de Mussolini e Hitler invadiram o território albanês. O povo se uniu como um punho e atendeu ao chamado do Partido para derrotar o inimigo externo. Mas a luta contra as ameaças do imperialismo à soberania nacional não terminaram com o triunfo da revolução. Em certo sentido ela até se exacerbou. Mudou apenas na forma e na correlação de forças. Agora tratava-se do combate de um povo no poder em defesa do seu país, da liberdade e da independência conquistadas com sangue.

Uma grande batalha nesse sentido foi o esforço contra as pressões, intervenções e chantagens do imperialismo anglo-america-

no. O Movimento de Libertação Nacional na Albânia foi parte da grande coalizão de forças formada mundialmente para derrotar as potências do eixo nazi-fascista representado pela Alemanha, a Itália e o Japão. Objetivamente, durante a guerra, Estados Unidos e Inglaterra foram aliados do movimento de libertação nacional. Mas Enver Hoxha tinha clareza de que esta aliança era limitada e que, vencida a guerra, inevitavelmente se romperia. "Sabemos quem são os anglo-americanos — dizia Enver Hoxha — e não esquecemos em nenhum momento que são capitalistas, que estão contra o comunismo, contra o socialismo; nem eles esquecem quem somos nós, nem nós esquecemos quem são eles. Agora estamos aliados a eles contra o fascismo italiano e o nazismo alemão e permaneceremos fiéis a esta aliança."

As missões anglo-americanas, logo após a guerra, de tudo fizeram para impedir a implantação do socialismo na Albânia. Queriam uma monarquia constitucional encabeçada pelo rei Zogu, que estava exilado na Inglaterra. Não fosse a atitude firme de Enver Hoxha à frente do PTA, se repetiria na Albânia a triste história da Grécia e da Iugoslávia.

Esta posição independente, aliada a uma correta linha internacionalista constituíram os fundamentos para a elaboração da política externa do novo Estado

Foto: Arquivo



Stálin e Enver, que não vacilou em defender o líder soviético



Enver Hoxha e o governo de libertação nacional a caminho de Tirana, em 1944

albanês, baseada no princípio da autodeterminação e da soberania, na luta contra o intervencionismo das grandes potências e na solidariedade com os povos.

Enver Hoxha forjou-se como dirigente do movimento comunista internacional com a luta desencadeada contra o revisionismo contemporâneo e em defesa dos princípios do marxismo-leninismo. Não foi um debate acadêmico, apenas no campo teórico, ou um combate a partir de posições nacionalistas. Foi um embate histórico da dimensão do que Lênin moveu contra os oportunistas da segunda Internacional. Foi a expressão do agravamento da luta de classes a nível internacional, a reação do proletariado à tentativa de destruição do socialismo.

As circunstâncias históricas colocaram o PTA e Enver Hoxha à frente dos verdadeiros marxistas-leninistas nessa peleja de vida ou morte para o socialismo proletário.

Enver Hoxha jogou um papel de proa, ao lado de Stálin, para desmascarar o revisionismo titista. Nos cinco encontros que tiveram nos finais dos anos 40, Enver e Stálin trocaram impressões sobre o progressivo afastamento de Tito do marxismo-leninismo e do campo socialista. Anos mais tar-

de, em muitos escritos, sobretudo em "O Imperialismo e a Revolução", "O Eurocomunismo é anticomunismo", "A autogestão iugoslava — teoria e prática capitalistas", e "Os Titistas", Enver dissecou o revisionismo iugoslavo, demoleu um a um os argumentos de Tito e Kardelj, seus mentores, e avança importantes conclusões sobre a construção do socialismo. "O revisionismo iugoslavo — diz Enver Hoxha —, a primeira corrente que representa o revisionismo no poder, surgiu num momento chave da luta entre o socialismo e o imperialismo. Desde o princípio o imperialismo norte-americano e toda a reação mundial viram no titismo o caminho, a ideologia e a política que conduziam à degeneração dos partidos comunistas dos países socialistas, à cisão e à destruição da unidade do movimento comunista internacional, à sabotagem da revolução e das lutas de libertação nacional. Por isso o imperialismo e a reação apoiaram com todas as suas forças e meios os renegados de Belgrado, os mantiveram vivos e os orientaram para que, conservando alguns remendos 'socialistas', servissem como meio de diversionismo para a destruição dos demais."

Uma das páginas mais glorio-

sas da contenda entre o marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo foi escrita por Enver Hoxha quando os kruschovistas destruíram o principal baluarte da revolução e do socialismo — o Partido Comunista da União Soviética. Nos discursos, conferências, artigos e livros que escreveu sobre o revisionismo kruschovista encontram-se uma sistematização e uma análise profunda das características, das causas, das formas e das raízes de classe do revisionismo contemporâneo. Em seu conjunto esses escritos marcam um salto no grau de elaboração teórica do movimento comunista mundial, depois da morte de Stálin. A opinião fundamentada de Enver foi decisiva para esclarecer os partidos comunistas que se mantiveram fiéis à doutrina do proletariado, numa época e num ambiente em que se alastravam a descrença, a confusão e o desencanto nas fileiras revolucionárias. Um momento alto dessa luta foi a Reunião dos 81 partidos comunistas e operários realizada em Moscou em novembro de 1960. Ali, no covil do inimigo, numa plenária francamente hostil comandada pela batuta de Kruschov, Enver defendeu a teoria marxista-leninista, desmascarou

as tergiversações revisionistas dos soviéticos e seus seguidores e fez um vibrante chamamento à unidade das fileiras comunistas no plano mundial em torno do socialismo científico e do marxismo-leninismo.

Enver sustentou em seus escritos que “O surgimento do revisionismo contemporâneo, assim como do velho revisionismo, constitui um fenômeno social condicionado por diferentes e numerosas causas históricas, econômicas, políticas etc. Considerado em seu conjunto, este fenômeno é produto da pressão da burguesia sobre a classe operária e sua luta. O oportunismo e o revisionismo têm estado estreitamente vinculados, desde o início, à luta da burguesia e do imperialismo contra o marxismo-leninismo, têm sido parte integrante da grande estratégia capitalista orientada para minar a revolução e perpetuar a ordem burguesa”.

O dirigente albanês compreendeu a dimensão do desastre que representou a degeneração revisionista da URSS. “A traição kruschovista — dizia ele — significou para o socialismo e o movimento revolucionário e de libertação dos povos o golpe mais duro e perigoso que até então ha-

viam conhecido. Converteu o primeiro país socialista e grande centro da revolução mundial num país imperialista e em foco da contra-revolução. As repercussões desta traição em nível nacional e internacional foram verdadeiramente trágicas.”

Outras correntes do revisionismo contemporâneo, como o chamado eurocomunismo e o maoísmo também passaram pelo crivo da crítica demolidora de Enver Hoxha. Por muito tempo os chineses tentaram impingir ao movimento revolucionário o “pensamento Maotsétung” como a última palavra da teoria da revolução, como a terceira etapa do marxismo-leninismo que se teria transformado em “marxismo-leninismo-maoísmo”. Enver demonstrou que esse suposto desenvolvimento ulterior da teoria do proletariado não passava de uma tentativa de mascarar a interrupção do processo revolucionário chinês, estancado na primeira etapa, sem chegar a dar o salto para o socialismo. E de dotar o “grande estado chinês” de uma plataforma a fim de disputar a hegemonia mundial com o imperialismo norte-americano e o social imperialismo soviético.

Quanto ao “eurocomunismo”,

Enver denunciou-o como anticomunismo sem disfarces, como uma ideologia de submissão do movimento operário à burguesia. Analisando a fundo as posições dos partidos comunistas da França, da Itália e da Espanha, arautos do “eurocomunismo”, Enver chegou à conclusão de que o “socialismo” pelo qual lutavam não passa de um arremedo de nova sociedade, na verdade uma simples reforma do capitalismo atual.

Nos dias atuais, marcados por infrene ofensiva da reação contra o socialismo proletário, quando é urdida, através de métodos sofisticados, a mais aparatosa campanha anticomunista, quando os revisionistas intensificam o processo de retorno ao capitalismo, com a chamada “glasnost-perestroika” de Mikhail Gorbachev, a obra de Enver Hoxha reveste-se de valor e significado ainda maiores para o proletariado e o movimento comunista. Nela, os homens de vanguarda têm à sua disposição seguros ensinamentos para não cair nas armadilhas lançadas pela burguesia e indicações precisas para forjar a plataforma de luta que orientará os oprimidos de todo o Globo no caminho da revolução e da conquista de um mundo novo.

Foto: Arquivo



Ramiz Alia discursa na inauguração de uma estátua no 80º aniversário de Enver Hoxha

As idéias de Kruschev

A apreciação marxista sobre as características e o desenvolvimento do revisionismo contemporâneo pode ser observada em várias obras de Enver Hoxha. Publicamos nesta página trechos sobre o kruschovismo extraídos do seu livro "O eurocomunismo é anticomunismo".

O aparecimento na cena mundial do revisionismo kruschovista forneceu uma ajuda muito grande e muito desejada à estratégia do imperialismo norte-americano e a toda a luta da burguesia internacional contra a revolução e o socialismo. A traição kruschovista significou para o socialismo e o movimento revolucionário e de libertação dos povos o golpe mais duro e perigoso que até então haviam conhecido. Converteu o primeiro país socialista e grande centro da revolução mundial num país imperialista e em foco da contra-revolução. As repercussões desta traição a nível nacional e internacional foram verdadeiramente trágicas.

Não apenas os movimentos revolucionários e de libertação dos povos têm sofrido e estão sofrendo as consequências desta traição, como também colocam em grande risco a paz e a segurança internacionais.

Como corrente ideológica e política, o kruschovismo não tem grande diferença das outras correntes do revisionismo contemporâneo. É resultado da mesma pressão externa e interna da burguesia, do mesmo distanciamento dos princípios do marxismo-leninismo, do mesmo objetivo de opor-se à revolução e ao socialismo e de salvaguardar e consolidar o sistema capitalista.

Sua diferença diz respeito unicamente ao perigo que representa. O revisionismo kruschovista continua sendo até agora o revisionismo mais perigoso, mais diabólico, mais ameaçador. Isto se deve a duas razões. **Primeiro:** porque se trata de um revisionismo mascarado, que conserva sua aparência socialista, e para enganar as pessoas e fazê-las cair em suas armadilhas, utiliza-se amplamente de terminologia marxista e, conforme o caso e a necessidade, também das palavras

de-ordem revolucionárias. Através desta demagogia trata de levantar uma cortina de fumaça para que não se veja a atual realidade capitalista da União Soviética e, acima de tudo, ocultar seus fins expansionistas, fazer com que os movimentos revolucionários e de libertação se convertam em instrumentos de sua política. **Segundo:** e isto reveste-se de uma grande importância, o revisionismo kruschovista converteu-se na ideologia dominante num Estado que representa uma grande potência imperialista, o que lhe dá numerosos meios e possibilidades para manobrar em vastos terrenos e em grande proporções.

O kruschovismo e as outras correntes revisionistas identificam-se em seu objetivo de liquidar o partido comunista e transformá-lo numa força política a serviço da burguesia. Caso concreto é o da União Soviética, onde foi liquidado o partido comunista de Lênin e Stálin. É certo que não se mudou o nome do partido, como ocorreu na Iugoslávia, mas sem dúvida este partido foi despojado de sua essência e de seu espírito revolucionário. Mudou o papel do Partido Comunista da União Soviética e seu trabalho para fortalecer a ideologia marxista-leninista foi substituído pela deformação da teoria marxista-leninista, valendo-se de diversas máscaras, da fraseologia oca, da demagogia. O organismo político do Partido transformou-se assim, como o exército, a política e os demais órgãos da ditadura da nova burguesia, num organismo para reprimir as massas, sem mencionar sua transformação em veículo da ideologia e da política de opressão e exploração. O Partido Comunista da União Soviética degradou-se, perdeu sua força e converteu-se em "partido de todo o povo", ou seja, já não é o partido de vanguarda da classe operária que leva adiante a revolução e edifica o socialismo, mas sim o partido da nova burguesia revisionista, que degenera o socialismo e promove a restauração do capitalismo.

Assim como Browder, Tito, Togliatti e outros pregaram a transformação de seus partidos

em "associações", "ligas", "partidos de massa", supostamente para ajustar-se às novas mudanças sociais que se haviam operado como consequência do desenvolvimento do capitalismo, do crescimento da classe operária e de sua influência política e ideológica etc, Kruschev justificou a mudança do caráter do partido para adaptar-se supostamente às condições criadas na União Soviética, onde, segundo ele, a edificação do socialismo havia sido concluída e havia-se iniciado a construção do comunismo. Segundo Kruschev, a composição do partido, sua estrutura, seu papel e seu lugar na sociedade e no Estado deveriam mudar em consonância com esta "nova época".

Quando Kruschev começou a preconizar estas teses, não só o comunismo não havia começado a ser edificado na União Soviética, bem como mesmo a construção do socialismo não havia terminado completamente. É certo que as classes exploradoras haviam desaparecido como classe, mas seus vestígios, inclusive físicos, e com maior motivo ideológico, ainda existiam. A Segunda Guerra Mundial havia obstaculizado a vasta emancipação das relações de produção; e as forças produtivas, que constituem a base necessária e indispensável para isto, haviam sido gravemente afetadas. A ideologia marxista-leninista era a ideologia dominante, mas não se pode dizer que as velhas ideologias haviam sido erradicadas inteiramente da consciência das massas. A União Soviética ganhara a guerra contra o fascismo, mas uma guerra por outros meios e não menos perigosa fôra desencadeada contra ela. O imperialismo, com o norte-americano à frente, havia declarado a "guerra fria" ao comunismo e todos os dardos venenosos do capitalismo mundial estavam dirigidos acima de tudo contra a União Soviética. Sobre o Estado soviético e o povo deste país exercia-se uma grande pressão, a fim de infundir-lhes o terror à guerra, reprimir seu ímpeto revolucionário, conter seu espírito internacionalista e de oposição ao imperialismo.

A gênese da teoria do imperialismo

Luiz Fernandes *

* colaborador da "Princípios"

A teoria do imperialismo, elaborada por Lênin cinquenta anos depois da obra "O Capital" de Karl Marx, representou um avanço fundamental na compreensão teórica do marxismo sobre a realidade do sistema capitalista no século XX. Mesmo hoje, mais de setenta anos depois da sua primeira publicação, o livro de Lênin "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo" surpreende quem quer que o leia com espírito isento e objetivo, pela grande atualidade das suas formulações essenciais. Neste artigo, examinaremos como a teoria leninista surgiu do debate teórico sobre o imperialismo no início do século, sabendo apoiar-se e ao mesmo tempo superar diversas formulações que, aberta ou veladamente, se afastavam de uma compreensão marxista desse fenômeno.

O próprio significado do termo "imperialismo" sofreu uma profunda mudança na literatura política, econômica e social no decorrer do século XIX. No início desse século, ele estava mais vinculado à caracterização de sistemas de governo dominados pela figura de um imperador. Na França, por exemplo, era empregado para identificar as idéias dos defensores do Império Napoleônico. Ou então, os governos dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II no Brasil poderiam ser classificados de "imperialistas". Só

no final do século passado é que o termo "imperialismo" passou a ter um significado mais ou menos semelhante ao da linguagem comum de hoje — a ação de um Estado no sentido de estender a sua soberania sobre outros povos, nações e territórios.

O pano de fundo para esta mudança no significado do termo foi a grande corrida de expansão colonial das grandes potências européias nas três últimas décadas do século XIX. O livro de Lênin traz bastantes dados sobre a expansão territorial das potências capitalistas naquele período. Basta dizer que foi a época da partilha e ocupação da maior parte da África e da Ásia, sem falar na afirmação da hegemonia britânica na América Latina. Mas esta "recada" de expansão colonial, associada a um rápido desenvolvimento do sistema capitalista no mundo, suscitava problemas e desafios teóricos novos para os pensadores dos mais diferentes matizes. Afinal, a afirmação do capitalismo, sobretudo após a Revolução Industrial, era tida, até então, como um processo que levaria à decomposição dos antigos impérios coloniais. A lógica do novo sistema se apresentava como "anti-mercantilista" e se apoiava na defesa teórica do "livre mercado" por Adam Smith. Como explicar, então, esta aparente anomalia?

Na passagem do século XIX para o século XX desenvolveu-se um rico debate teórico entre autores dos mais diversos quadrantes, que procuravam "dar conta" deste novo imperialismo. O autor mexicano Alonso Aguilar Monteverde fornece a seguinte lista parcial de alguns estudos mais importantes sobre o imperialismo que surgiram nesse período:

Swift, "O Imperialismo e a liberdade", Los Angeles, 1899

Bérard, "A Inglaterra e o imperialismo", Paris, 1900

Lair, "o imperialismo alemão", Paris, 1902

Hobson, "O imperialismo", Londres, 1902

Seiltière, "A filosofia do imperialismo", Paris, 1903

Louis, "Esboço do imperialismo", Paris, 1904

Revue Socialiste. "O imperialismo anglo-saxão", Paris, 1904

Patouillet, "O imperialismo norte-americano", Dijón, 1904

Du Hemme, "O imperialismo financeiro", Paris, 1910

Estéve, "Uma nova psicologia do imperialismo", Paris, 1913¹.

Nota-se que uma boa parte desta literatura se ocupava em denunciar o imperialismo dos outros... De todos estes trabalhos, a análise mais séria do imperialismo é desenvolvida pelo jornalista inglês John Hobson. O próprio Lênin, na abertura do seu livro "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", faz as seguintes

observações sobre Hobson — “O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burguês — ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição do atual ex-marxista Karl Kautsky — faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo”².

Hobson foi o 1º a abordar o tema sistematicamente

O livro “Imperialism — A Study” de John A. Hobson foi, de fato, a primeira obra a tentar abordar o fenômeno do imperialismo de forma mais profunda e sistemática. O imperialismo é definido pelo autor inglês como “a política de um Estado expandir para além dos limites da sua nacionalidade”³. Por esta concepção, o termo se associa unicamente à prática do colonialismo aberto. Mas Hobson não se prende unicamente às aparências deste fenômeno. Horrorizado com a corrida das principais potências do seu tempo para a partilha da África e da Ásia, ele procura identificar os impulsos e os interesses que serviam de força motriz para a nova escalada colonialista.

Aqui reside a grande contribuição de Hobson na discussão teórica sobre a natureza do imperialismo. Ele identifica que o novo colonialismo tem motivações essencialmente econômicas, relacionadas com o papel do capital financeiro nas sociedades capitalistas modernas.

“A raiz econômica do imperialismo é o desejo de poderosos interesses financeiros e industriais de assegurar mercados privados para os seus bens e capitais excedentes, às custas do dinheiro público e da força pública”⁴.

Ao colocar o problema do “excesso de bens e de capital”, Hobson retoma formulações da chamada “teoria do sub-consumo” desenvolvida por economistas como Sismondi e Rodbertus no século passado. A distribuição



Lênin na Biblioteca de Berna (Suíça) trabalhando no livro “Imperialismo, etapa superior...” Pintura de V. Perelmán.

desigual de riquezas nas sociedades modernas geraria uma de “sub-consumo” crônico por parte da maioria de consumidores, já que a capacidade de consumo estaria permanentemente defasada da capacidade de produção na economia. Por outro lado, isto provocaria um quadro de “superpoupança” crônica, já que os grandes investidores não achariam escoamento para as suas mercadorias na economia interna, o que diminuiria a lucratividade dos seus investimentos.

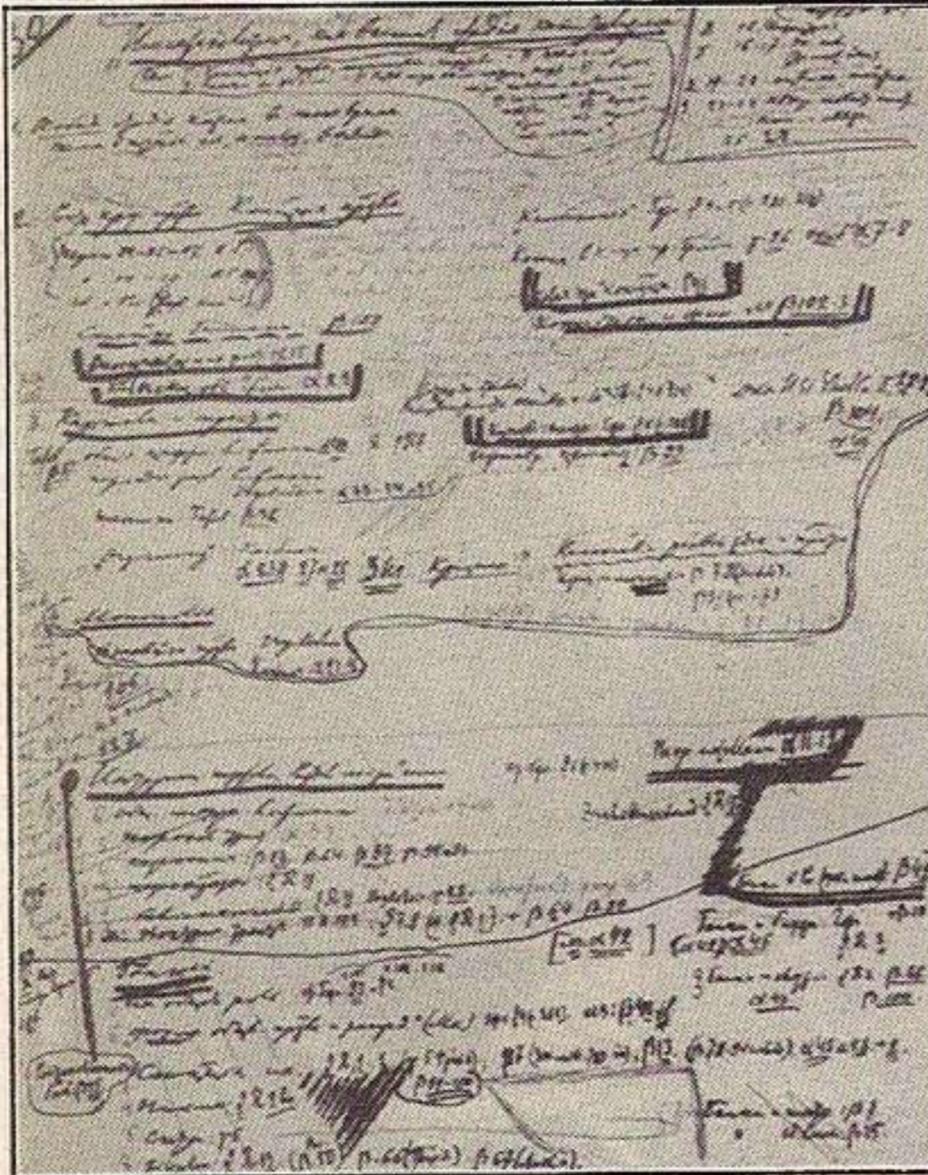
A teoria do “sub-consumo” de Sismondi foi criticada em várias obras de Marx e Engels. As mesmas observações críticas valem também para Hobson. Em primeiro lugar, eles chamam atenção para o fato do problema do “sub-consumo” não ser um fenômeno unicamente capitalista, já que ele se fez sentir com força em todas as diferentes formações sociais pré-capitalistas na história humana. Assim, ele não poderia

por si só explicar o surgimento das crises **capitalistas** de superprodução, que só começam a se manifestar na passagem do século XVIII para o século XIX. Da mesma forma, ao abordar um problema **crônico** na economia, a teoria do “sub-consumo” não consegue explicar a ocorrência de crises **cíclicas** no sistema capitalista. Por fim, a teoria marxista das crises do capitalismo localiza a sua raiz nas condições de **produção**, enquanto que a teoria de Sismondi (adotada por Hobson) localiza o cerne do problema **fora** da produção — nas relações de **distribuição**. Vale lembrar que, para a economia política marxista, as relações de distribuição e de troca no mercado estão **condicionadas e subordinadas** às relações de produção.

Para o autor inglês, no entanto, este estrangulamento provocado pelo “sub-consumo” levava os grandes grupos financeiros e industriais a se valerem do poder

Foto: Arquivo

Foto: Arquivo



"Cadernos sobre o Imperialismo" (Caderno "Gama"), manuscritos em que Lênin esboça o plano de sua obra.

Н. ЛЕНИНЪ (ВЛ. ИЛЬИНЪ).

ИМПЕРИАЛИЗМЪ, КАКЪ НОВѢЙШІЙ ЭТАПЪ КАПИТАЛИЗМА.

(Популярный очеркъ).

СКЛАДЪ ИЗДАНИЯ:

Книжный складъ и магазинъ „Жизнь и Знаніе“
Петроградъ, Поварской пер., 2, кв. 9 и 10. Тел. 227—42.
1917 г.

de Estado para tentar conquistar novas áreas de investimento no globo. Era este o impulso econômico fundamental por trás da política imperialista de expansão colonial. Cabe ressaltar que, para Hobson, o fator essencial era a procura de mercados para o investimento de capital. Mesmo a obtenção de termos mais favoráveis de comércio, através do colonialismo, estaria subordinada ao objetivo maior de aumentar a lucratividade dos investimentos realizados nas colônias. Neste aspecto, sua análise é muito mais avançada e correta do que a de boa parte dos nossos estudiosos contemporâneos, que situam a problemática do imperialismo fundamentalmente na questão dos termos desiguais do comércio, sem compreender a diferenciação essencial entre o imperialismo capitalista moderno e o colonialismo de períodos anteriores.

Outra contribuição de Hobson para a compreensão do imperialismo foi identificar seu caráter parasitário nas sociedades capitalistas dominantes. Na sua opi-

nião, o imperialismo beneficiava apenas uma minoria dessas sociedades — justamente os grupos dominantes — que faturavam em cima dos lucros extras obtidos nos empreendimentos coloniais. Comparando o parasitismo dos grandes grupos financeiros ao parasitismo das oligarquias no antigo Império Romano, o autor inglês concluía que o imperialismo condenava as próprias potências coloniais a um futuro de decomposição, atrofia, decadência e até mesmo extinção.

Mas é na hora de apresentar a alternativa ao imperialismo que os limites da análise de Hobson se tornam mais aparentes. Para ele, o imperialismo não se tratava de uma etapa necessária ou intrínseca ao sistema capitalista, e sim de uma política adotada por grupos dominantes para avançar os seus interesses às custas do resto da Nação. Nestes termos, o imperialismo era visto como uma **distorção** no desenvolvimento do capitalismo. O seu questionamento do imperialismo não levava a um questionamento da pro-

priedade privada capitalista em si. Sua conclusão era de que uma política de redistribuição de renda que combatesse as distorções do sistema evitariam o quadro de "sub-consumo" e "super-poupança", e, portanto, o próprio imperialismo. É neste sentido que seu pensamento político pode ser melhor caracterizado como "liberal-reformista". Em certa medida, ao defender uma ação firme do Estado capitalista no combate à concentração de riquezas, Hobson foi precursor de certas idéias que seriam desenvolvidas mais adiante pelo próprio Keynes. Apesar de não ser marxista, a análise de Hobson acabou tendo grande influência no debate marxista sobre o imperialismo no início do nosso século.

A primeira obra de maior profundidade que procurou analisar o fenômeno do imperialismo pela ótica da teoria marxista foi o livro "O Capital Financeiro" de Rudolf Hilferding. Esta obra do economista austríaco, que foi dirigente do Partido Social-Democrata ale-

mão e até ministro de Estado na Alemanha na década de 20, foi publicada pela primeira vez em 1909. O livro não se propunha a analisar propriamente o imperialismo, e sim as "características econômicas da fase mais recente de desenvolvimento capitalista", como pode ser lido no prefácio do próprio autor. Mas como a fase a ser descrita abarcava justamente o período da nova expansão colonial que passou a ser conhecida como "imperialismo", a obra entrou para a história como a primeira elaboração teórica marxista a tentar dar conta do fenômeno. Na abertura da sua obra clássica sobre o imperialismo, Lênin fez as seguintes considerações sobre o trabalho do autor austríaco.

O monopólio é a principal marca do imperialismo

"Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da 'fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo' (tal é o subtítulo do livro de Hilferding)"⁵.

A grande contribuição de Hilferding é mostrar a relação do imperialismo com o que ele considera a principal marca do capitalismo moderno: o processo de monopolização que, por um lado, elimina a livre concorrência através da formação de cartéis e trustes, e por outro, leva a uma relação cada vez mais "íntima" do capital industrial com o capital bancário, formando o que ele chama de "capital financeiro".

A inevitabilidade da concentração e monopolização das economias capitalistas já havia sido apontada anteriormente por Marx. O que Hilferding mostra é que, no início do século XX, este processo já estava de tal forma adiantado que os monopólios passavam a dominar o grosso das economias capitalistas. A formação do "capital financeiro" seria um patamar superior dentro deste processo. Com o desenvolvimento do capitalismo, haveria

um crescimento contínuo do dinheiro à disposição dos bancos, que o fornecem na forma de créditos para os industriais. O controle destes fundos massivos está nas mãos dos bancos. Assim, se acentua cada vez mais a dependência dos industriais em relação aos bancos. Uma parte cada vez maior do capital empatado na indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Estes têm acesso ao grande volume de capital exigido por intermédio dos bancos. Por seu lado, os bancos têm que investir uma parte cada vez maior do seu capital na indústria, e se transformam cada vez mais em capitalistas industriais. Desta forma, o capital investido na indústria toma cada vez mais a forma do "capital financeiro" — capital à disposição dos bancos que é usado pelos capitalistas industriais. Este "capital financeiro" atinge o seu apogeu com a monopolização tanto dos bancos como da indústria, quando os mesmos magnatas passam a dominar acionariamente tanto os grandes bancos quanto as grandes empresas industriais.

O processo de monopolização descrito acima leva à acumulação de gigantescos lucros extras. Estes, por sua vez, após serem capitalizados, retornam aos bancos que passam a concentrar grandes somas de capital. Mas, ao mesmo tempo, a monopolização tende a provocar uma redução dos investimentos de capital na economia. Isto tanto nos setores monopolizados da indústria (já que a preocupação primeira do monopólio seria restringir a produção para explorar preços monopolistas artificialmente altos), quanto nos setores não-monopolizados (já que a grande diferença nas taxas de lucros dessas indústrias em relação aos monopólios desestimularia novos investimentos). A consequência é que o volume de capital destinado à acumulação aumenta rapidamente, enquanto as oportunidades de investimento se contraem. O resultado é uma forte pressão para a exportação de capital em direção a áreas que permitam uma taxa de lucro mais elevada, em especial para os territórios coloniais do "além-mar" que ainda não tivessem sido industrializados. Este seria o impulso econômico fundamental do imperialismo.

A análise feita por Hilferding tem contradições

A análise do imperialismo desenvolvida por Hilferding tem algumas implicações interessantes, e de certa forma contraditórias. Ao contrário de Hobson que vinculava o imperialismo a uma "distorção distributiva" do capitalismo, o autor austríaco mostra como ele se vincula a uma etapa absolutamente inevitável (nos marcos do sistema) de predomínio dos monopólios. Mas no tocante à realidade interna das potências capitalistas centrais, ele considerava que o altíssimo grau de monopolização gerava uma tendência a atenuar o impacto das crises cíclicas do sistema. Ele chegava mesmo a afirmar que este processo, levado às últimas consequências, tenderia até mesmo a eliminar as crises cíclicas e inaugurar um novo período de desenvolvimento capitalista planificado. Esta formulação contém já o germe da sua teoria sobre o "capitalismo organizado", que viria a desenvolver mais tarde. No fundo, a concepção é de que o predomínio dos monopólios elimina a concorrência do seio das economias capitalistas, permitindo a regulação consciente da produção, mesmo com a sociedade dividida em classes antagônicas. Nesta sociedade monopolizada ao extremo, a luta para expropriar a oligarquia dominante seria a última fase da luta de classe entre a burguesia e o proletariado.

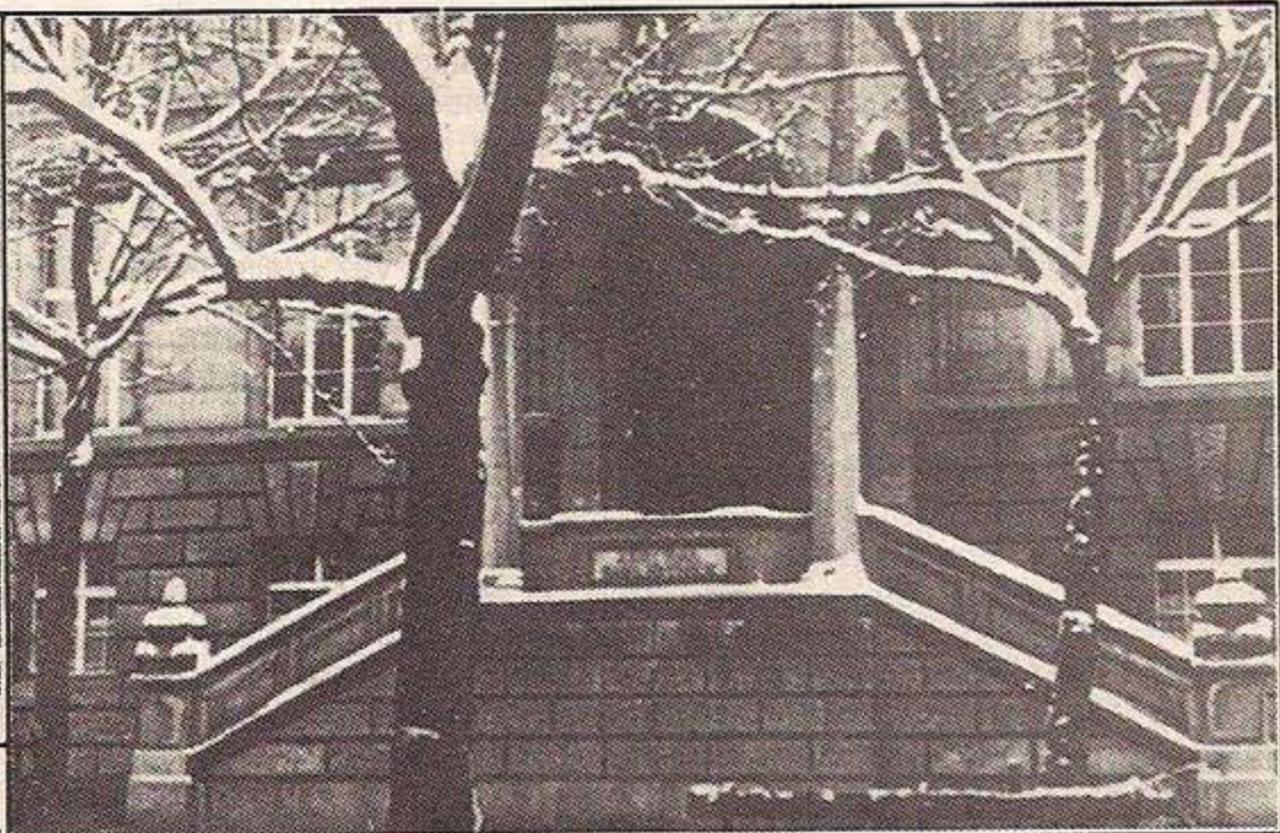
Só que, segundo Hilferding, como o "capitalismo organizado" avança tanto na regulação da produção, os monopólios acabam facilitando enormemente a transição para o socialismo. Assim, nas condições da Alemanha do início do século, bastaria à sociedade "tomar nas mãos seis grandes bancos de Berlim" para controlar as esferas mais importantes da indústria. Com base neste raciocínio, o economista austríaco resvalou para posições centristas e de conciliação com o oportunismo na crise da Segunda Internacional, supervalorizando o caminho parlamentar-pacífico para a tomada do poder pelo proletariado. A consequência histórica-prática dessa orientação foi a vitória do

Foto: Arquivo

Foto: Arquivo



Bibliotecas em que Lênin estudava em Zurich (Suíça).



nazismo na Alemanha. Podemos dizer que a conclusão política do pensamento de Hilferding também não saiu dos limites do reformismo.

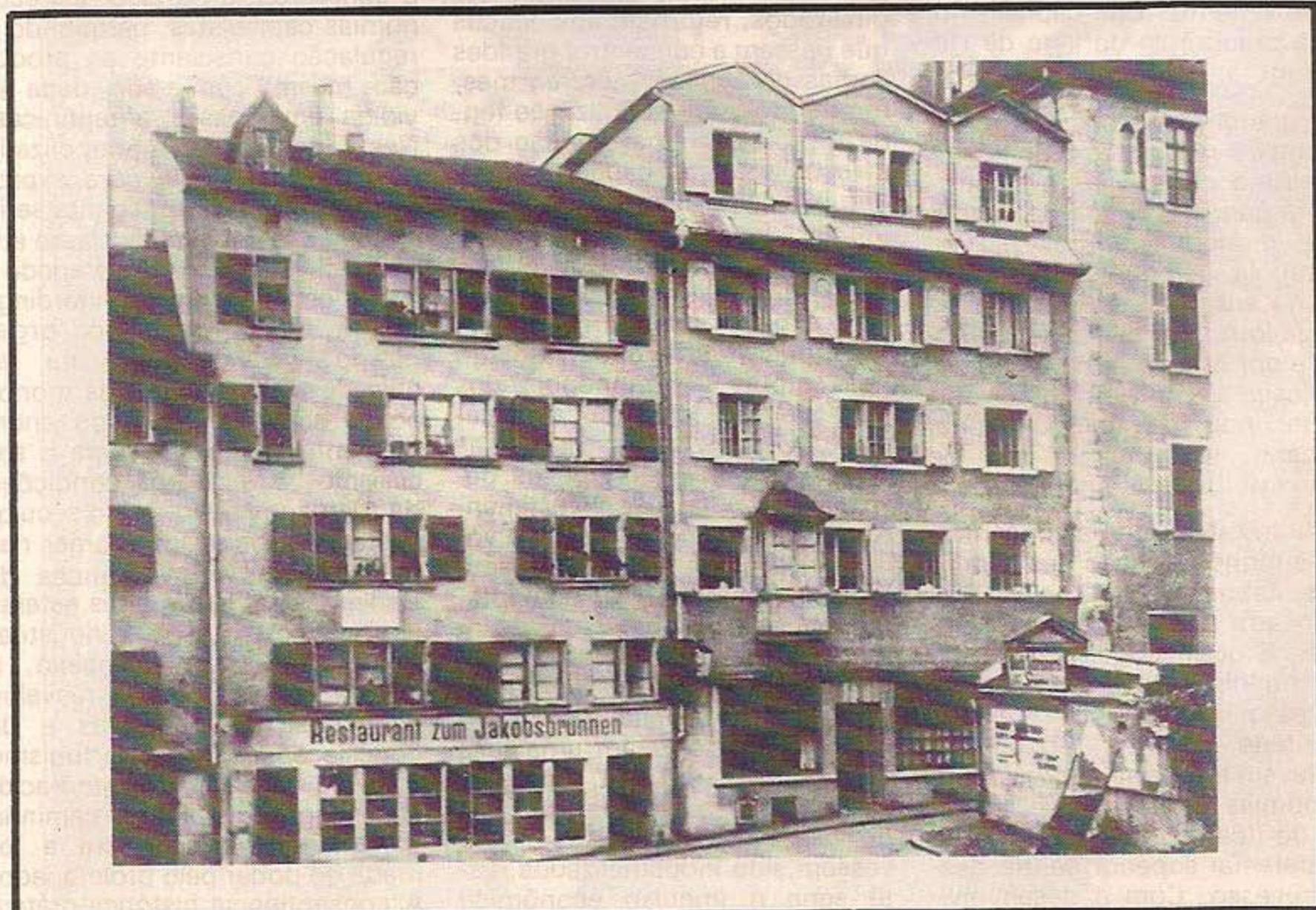
Esta formulação de Hilferding sobre o "capitalismo organizado" teve profunda influência em dois outros autores famosos que procuraram situar sua análise do imperialismo em termos marxistas — Karl Kautsky e Nikolai Bukha-

rin. Contemporâneo de Hilferding e dirigente do mesmo partido, Kautsky era tido como o "maior teórico marxista" do início do nosso século. Por isso é de estranhar que ele não tenha dedicado uma obra teórica de maior folego à análise do imperialismo. Suas observações sobre o tema estão espalhadas por diferentes artigos e panfletos. Em certo sentido, sua posição pode ser considerada um "desdobramento" da con-

cepção do "capitalismo organizado" de Hilferding.

Lênin dedica boa parte de sua obra clássica sobre o imperialismo a demolir a posição de Kautsky sobre o assunto, sem encontrar nada que "se salvasse". Kautsky procura extrapolar a formulação de Hilferding para o marco mundial, desenvolvendo sua tese sobre a possibilidade de uma nova fase de "ultra-imperialismo".

Foto: Arquivo



Casa onde morou Lênin quando escreveu "O imperialismo..."

Para Kautsky os monopólios eliminam a concorrência

“A furiosa concorrência entre fábricas gigantes, bancos gigantes e bilionários levou ao surgimento da idéia do cartel das grandes potências financeiras, que engolem as potências menores. Da guerra mundial entre as grandes potências pode surgir, agora, a federação das potências mais fortes, o que dará um fim à corrida armamentista. Do ponto de vista puramente econômico, portanto, não está excluída a possibilidade do capitalismo passar por outra fase, a da transferência da política dos cartéis para a política externa, a fase do ultraimperialismo”⁶.

No fundo desta formulação está a mesma concepção de Hilferding, de que o predomínio dos monopólios elimina a concorrência. Só que Kautsky transpõe isto para a análise da disputa inter-imperialista mundial, indo bem mais longe do que o seu antecessor austríaco. Para Kautsky, a ameaça de guerra no mundo poderia ser evitada mesmo nos marcos do imperialismo. Bastaria, para isso, que o proletariado desenvolvesse uma política de alianças com os setores burgueses interessados em “isolar” os setores burgueses mais agressivos (qualquer semelhança com a política atual de Gorbachov não é mera coincidência). Para o dirigente social-democrata alemão, isto seria possível porque, desde a eclosão da 1ª Guerra Mundial, já se notava um novo avanço na acumulação industrial capitalista graças ao progresso técnico. Os capitalistas teriam começado a se dar conta de que os custos de expansão colonial e da corrida armamentista representavam uma ameaça à acumulação do capital e aos próprios fundamentos econômicos do capitalismo. Neste sentido, já não pressionariam mais para a exportação de capital como antes, o que se refletia na elevação das suas taxas de juros internas. Com isto, o perigo das guerras imperialistas poderia ser evitado através de uma política de redistribuição de riquezas no interior das potências capitalistas, que viabilizasse novos campos para a acumulação de capital. No fundo, o argumento do

principal teórico da Segunda Internacional era de que interessava aos próprios capitalistas o fim da política belicista do imperialismo. Assim, por trás da fraseologia marxista, suas conclusões políticas voltam ao ponto de partida da análise feita sobre o imperialismo pelo liberal assumido Hobson.

Bukharin repetiu os mesmos erros de Hilferding

Também Bukharin, membro da direção do Partido Bolchevique, russo, assume uma compreensão essencialmente “Hilferdingista” do imperialismo. Assim como o economista austríaco, ele também considera que o predomínio dos monopólios reduz e até elimina a concorrência das sociedades capitalistas nacionais. Esta análise é desenvolvida repetidas vezes ao longo do seu livro “O Imperialismo e a Economia Mundial”, publicado pela primeira vez em 1916.

“Todas as peças desse sistema, altamente organizado (cartéis, bancos, empresas estatais), sofrem um processo contínuo de integração, que se acentua à medida que se desenvolve a concentração capitalista... Assim, as diversas esferas do processo de concentração e de organização estimulam-se reciprocamente e criam poderosa tendência à transformação de toda a economia nacional em uma gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas da finança e do Estado capitalista”⁷.

Em outro livro escrito em 1927, “O Imperialismo e a Acumulação do Capital”, Bukharin chega às mesmas conclusões de Hilferding em relação à possibilidade de amainar e até eliminar as crises nos marcos das economias capitalistas modernas, onde a classe capitalista se une num truste unificado e gera uma economia ao mesmo tempo organizada e dividida em classes antagônicas.

“Em lugar da ‘anarquia na produção’, um plano racional do ponto de vista do Capital... Ou seja, neste caso, não poderá ha-

ver uma crise em de superprodução”⁸.

Só que, ao contrário de Kautsky, Bukharin considerava que a concorrência eliminada da economia nacional se transferia para a arena da economia mundial. Por isso considerava inevitável, na época do imperialismo, a eclosão de guerras gigantescas sucessivas entre os “trustes capitalistas nacionais”. Na verdade, ele inclusive vinculava a perspectiva de uma vitória revolucionária à eclosão dessas guerras. Por isso Bukharin assumiu uma posição “esquerdista” contra Lênin no momento decisivo para a sobrevivência da revolução soviética que foi a assinatura do acordo de Brest-Litovsk de paz com a Alemanha. Posteriormente evoluiu para posições abertamente “direitistas”, defendendo a integração no “socialismo” da nova burguesia rural (os kulaks), gerada no campo soviético durante o período da NEP.

Rosa Luxemburgo não aborda a questão dos monopólios

Outra autora que procurou analisar o fenômeno do imperialismo com base num referencial teórico marxista, embora partindo de premissas totalmente diferentes de Hilferding, foi Rosa Luxemburgo, dirigente da ala esquerda do Partido Social Democrata Alemão e depois da “Liga Spartacus”. Sua principal obra sobre o tema foi o livro “A Acumulação do Capital”, publicado pela primeira vez em 1913.

A tese essencial de Luxemburgo era de que seria possível a acumulação do capital num meio puramente capitalista. Criticando os esquemas de reprodução ampliada do capital formulados por Marx no segundo livro do Capital, ela conclui que a contradição entre produção e consumo na sociedade capitalista forçava a burguesia a encontrar compradores fora do meio capitalista para realizar o seu capital. O capitalismo viveria, assim, uma crise de realização permanente, que o forçaria a estar sempre procurando conquistar e criar mercados para os seus produtos em áreas não-capitalistas. O sistema padeceria de

um mal semelhante ao "sub-consumo crônico" apontado por Simondi e Hobson. Esta crise de "realização" seria o impulso econômico fundamental do imperialismo. O próprio imperialismo não passaria de uma fase do capitalismo onde se esgota a partilha territorial das áreas não-capitalistas, e por isso há uma luta de morte entre as potências capitalistas pelo controle e domínio dessas regiões.

O fato é que todo o edifício da teoria de Rosa Luxemburg sobre o imperialismo está construído sobre bases nada sólidas. Sua argumentação fundamental gira em torno de uma compreensão **anti-dialética** dos esquemas de reprodução ampliada de Marx. No fundo, a autora não concebe os esquemas em movimento. Não vê o processo de reprodução e acumulação passando de uma fase para outra, de um ciclo para o próximo. Por isso fica presa a uma concepção de "crise permanente" de realização no capitalismo, sem conseguir dar conta do caráter cíclico das crises desse sistema.

Assim, do ponto de vista teórico, ela dá um passo atrás em relação a Hobson e Hilferding ao localizar a problemática central do imperialismo na necessidade de exportar **mercadorias**, e não capital. Mas com isso ela não consegue distinguir a lógica de expansão do imperialismo moderno das fases anteriores de desenvolvi-

mento do sistema. Rosa Luxemburg argumenta repetidas vezes que o imperialismo é uma fase do capitalismo. Mas, a bem da verdade, não há nada na sua argumentação que possa justificar essa caracterização. Os elementos que ela aponta como raízes econômicas e impulsos básicos do imperialismo estão presentes no capitalismo desde o seu nascimento. A ligação do imperialismo com os monopólios nem sequer é abordada por ela.

Lênin superou os estudiosos do imperialismo

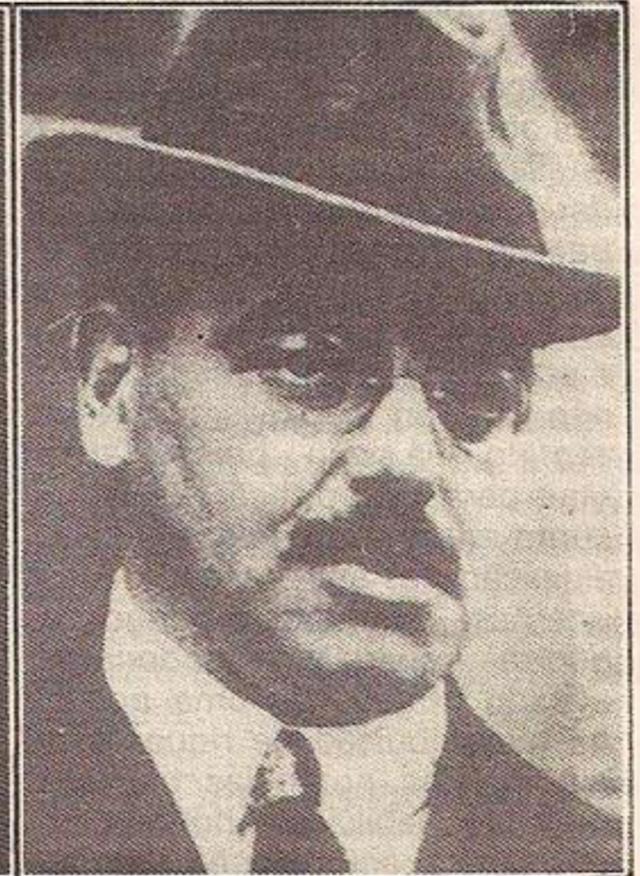
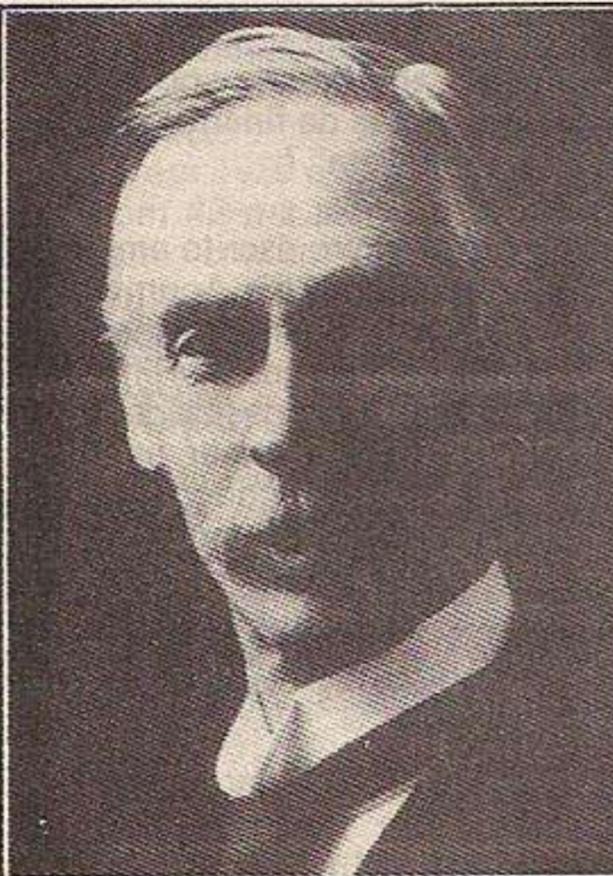
O que parece fundamentar a caracterização do imperialismo como uma fase do capitalismo por Rosa Luxemburg é o afã de fechar a sua análise com conclusões revolucionárias, em oposição às conclusões reformistas das alas de direita e de centro do seu próprio partido. Mas se é inegável a sua fibra revolucionária, o fato é que a sua teoria não dá ao revolucionarismo bases conseqüentes. Na sua concepção, à medida que o capitalismo fosse eliminando em todo o mundo as formas de produção pré-capitalistas, se esgotaria igualmente a sua capacidade de acumular. O sistema caminharia rapidamente para o colapso. Abrir-se-ia um período "catastrófico", marcado por guerras e convulsões sociais. A revolução proletária surgiria com força, como uma necessidade

objetiva. A verdade é que esta concepção de revolução acaba privilegiando o fator espontâneo, em detrimento da ação consciente dos partidos revolucionários. Neste sentido, situa-se no campo do revolucionarismo pequeno-burguês, e não do revolucionarismo proletário. Precisamente por isto, a concepção de Rosa Luxemburg considerava a greve geral, e não a insurreição armada, como o caminho principal para a revolução.

Em meio a este acirrado debate no início do século, a formulação da teoria do imperialismo por Lênin veio superar as formulações dos seus autores contemporâneos. Em síntese, sua análise do imperialismo o caracteriza como uma fase no desenvolvimento do capitalismo que tem cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial, e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância especialmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de

Fotos: Arquivo



Rosa Luxemburgo. John Atkinson Hobson. Rudolf Hilferding

capitalistas, que partilham o mundo entre si;

5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Cada ponto destes é desenvolvido com farta referência a documentos e dados oficiais. Nos cadernos preparatórios para a obra, compilados por Lênin, estão anotados trechos de nada menos de 148 livros e 232 artigos em diversas línguas, analisando diferentes aspectos do imperialismo. Mas o grande dirigente da revolução soviética não se limitou a compilar os mais recentes estudos sobre a evolução do capitalismo. Também submeteu esta literatura a uma crítica profunda, procurando superar as limitações teóricas dos enfoques respectivos de cada autor. Nesta base, ele chega a conclusões absolutamente fundamentais sobre a natureza do imperialismo. Entre estas, podemos destacar:

1. a continuidade e o acirramento da concorrência nos mar-

cos do capitalismo monopolista, e, portanto, a inevitabilidade das crises cíclicas do sistema;

2. a tendência à estagnação que também é gerada pelos monopólios, gerando um processo de decomposição que empurra o sistema para uma crise geral;

3. a possibilidade da expansão imperialista assumir formas distintas do colonialismo aberto, subordinando estados que mantêm independência política formal;

4. a inevitabilidade das guerras no sistema imperialista, em função do desenvolvimento desigual das potências;

5. a formação de uma "aristocracia operária" no interior do proletariado dos países capitalistas centrais, que acaba servindo de base social de apoio para concepções reformistas no interior do movimento operário;

6. o desdobramento do movimento revolucionário mundial em duas vertentes que se reforçam

mutuamente — a luta do proletariado contra a burguesia nos países centrais, e a luta anti-imperialista dos povos nos países coloniais, semi-coloniais e dependentes.

O gigantesco salto teórico dado por Lênin ao formular sua teoria do imperialismo fundamentou todo o processo de ascenso do movimento revolucionário mundial na primeira metade do século XX. Mas além da impressionante validade que a teoria leninista sobre o imperialismo continua mantendo nos dias de hoje como vimos no início, ela também nos traz importantes ensinamentos do ponto de vista do método da produção teórica na ciência do marxismo. A "chave" do grande sucesso teórico de Lênin é saber estar aberto para o que de mais avançado se produz nos diversos campos do conhecimento humano e, ao mesmo tempo, submeter essa produção ao crivo de uma análise de classe, baseada nos conceitos fundamentais da teoria marxista. É uma postura avessa tanto ao dogmatismo, quanto ao ecletismo.

NOTAS

1. Alonso Monteverde, "Teoria Leninista del Imperialismo", La Habana, Editorial de Ciências Sociales, 1984, p. 80.
2. V. I. Lênin, "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in V. I. Lênin — **Obras Escolhidas**, Lisboa, Edições AVANTE!, 1977, p. 586.
3. J. A. Hobson, "Imperialismo: A Study", Michigan, University of Michigan Press, 1985, p. 6 (tradução minha — L.F.).
4. *Ibid.*, p. 106.
5. *Op. Cit.*, V. I. Lênin, "O Imperialismo...", p. 586.
6. K. Kautsky, "Accumulation and Imperialism", in **Karl Kautsky: Selected Political Writings**, Londres, Macmillan Press, 1983, p. 88 (tradução minha — L.F.).
7. N. Bukharin, "O Imperialismo e a Economia Mundial", Rio de Janeiro, Editora MELSO, s.d., pp. 104-5.
8. N. Bukharin, "El Imperialismo y la Acumulación de Capital", Cidade do México, Ediciones Pasado y Presente, 1980, p. 168 (tradução minha — L.F.).

“A dependência inviabiliza o desenvolvimento do nosso país”



Ilustração: Claudius Ceccon, in “Brasil Vivo”

Entrevista a Umberto Martins *

* redator da “Princípios”

O Brasil é um país de grandes riquezas, um potencial fabuloso e capacitado para “soluções espetaculares”.

Não obstante, o caminho para o progresso está obstruído. “O modelo econômico dependente nos torna um país inviável”, constata o professor do Centro Multidisciplinar de Estudos Avançados da Universidade de Brasília, José Walter Bautista Vidal — autor do livro “De Estado servil a nação soberana” — em entrevista concedida à revista Princípios.

Princípios. Faz-se muita apologia nos dias de hoje sobre a chamada internacionalização da economia brasileira, defendida como uma espécie de redenção para nossos males inclusive por personalidades tidas como democráticas e até progressistas, caso de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Mesmo o conceito de dependência é contestado, como se a ele não correspondesse um fenômeno econômico da atualidade. Qual sua opinião sobre isto?

Bautista Vidal. Infelizmente o processo de dependência brasileira é uma coisa que já se estende desde o começo do século XVIII. Em 1703 Portugal, que até então era uma potência importante da Europa (tinha demonstrado grande capacidade de domínio sobre os mares, possuía a famosa Escola de Sagres e certo desenvolvimento das ciências), foi rendido pela Inglaterra, pelo Tratado de Methuen. A Inglaterra impôs que Portugal deveria ter suas atividades econômicas com o exterior limitadas à exportação do vinho do Porto. Enquanto isto, o país se subordinava a comprar todos os produtos manufaturados ingleses, àquela época basicamente produtos têxteis. Depois a obrigação estendeu-se a todas as demais mercadorias.

Isto transformou Portugal numa colônia da Inglaterra. Então, como nós éramos uma colônia de Portugal, viramos uma colônia de outra colônia, ou seja, uma subcolônia. Isto já no começo do século XVIII. Falar que Portugal é responsável pelo nosso atraso é uma grande inverdade. A rigor, desde o começo do século XVIII a Inglaterra passou a controlar o nosso processo econômico. Durante todo aquele século, que foi um século de grande estagnação para nós, surgiram as primeiras esperanças de maior autonomia com Napoleão Bonaparte na Europa. A primeira revolução francesa e depois as lutas de Napoleão, de libertação da Europa, abriram o horizonte, com a esperança de que as coisas podiam mudar para o nosso lado. E realmente isto quase sucedeu. Sucedeu quando as tropas do general Junot cercaram a cidade de Lisboa e o príncipe regente, Dom João, procurou o auxílio da esquadra britânica para escapar ao cerco da prisão das tropas napo-

leônicas e fugir para o Brasil. Desta forma, a família real, dentro de uma esquadra britânica, enquanto a cidade de Lisboa estava sendo invadida pelas tropas de Napoleão, veio parar aqui. Mas aí o embaixador da Inglaterra impôs como condição para trazer a família real, libertá-la do cerco da prisão, a abertura dos portos. O príncipe regente foi, então, obrigado a assinar a abertura dos portos.

Este foi o segundo ato de grandes conseqüências durante os dois séculos que se sucederam em nossa história, onde nós, através da abertura irresponsável dos portos, imposta pela força da Inglaterra, pela corte britânica, nos tornamos um país que não podia desenvolver nada da sua indústria, nada do seu poder criativo porque devia subordinar-se aos ditames da Inglaterra. As tarifas favorecidas das exportações inglesas inviabilizaram a indústria nacional.

A dependência é um fenômeno histórico que já conta séculos

Tanto isto é verdade que durante o processo de nossa história em várias ocasiões demonstramos a nossa capacidade, a nossa pujança. A primeira grande iniciativa de porte ocorreu quando o patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, que era um homem de grande nível (doutor em zoologia e alto funcionário da Corte em Portugal), quando chegou ao Brasil fez um projeto nacional que incluía, além de profundas reformas na educação — em todos os setores —, a construção de duas siderúrgicas. Isto ocorreu 60 anos antes da implantação da primeira siderúrgica japonesa.

Pois bem, essas duas siderúrgicas foram montadas pelo barão Eschwegen, que veio ao Brasil com esta finalidade a convite do patriarca. Mas as duas empresas foram destruídas por prepostos brasileiros sob ordens dos ingleses. O patriarca teve de sofrer um longo exílio, quase foi liquidado, e o Brasil perdeu aquele momento histórico que, indiscutivelmente, poderia tê-lo transformado em país importante e poderoso muito antes e em condições até supe-

riores às que os Estados Unidos depois tiveram. Tudo o que os EUA gozaram de independência, capacidade de desenvolver suas próprias potencialidades, o Brasil jamais teve por estar dominado pela Inglaterra. Os norte-americanos conseguiram a independência da Inglaterra antes desta se transformar numa potência muito forte. E nós sofremos a influência inglesa através de Portugal e depois por meio daquela fatídica abertura dos portos, que nos inviabilizou durante 200 anos. Apesar disto, em nossas escolas se ensina às crianças, e todos nós assim aprendemos, que a abertura dos portos foi uma coisa muito favorável ao Brasil. Na verdade foi uma maldição.

Assim foi nossa história até o interregno entre as duas grandes guerras. A 1ª Grande Guerra incentivou a luta pelo poder entre as grandes potências. Na segunda foi estabelecido um predomínio incontestável de uma nação sobre as outras, com a Alemanha e outras potências européias saindo parcialmente derrotadas. As nações líderes do poder mundial viveram um certo período, entre as duas guerras, de grandes competições e de um certo vácuo de poder, inclusive em relação ao nosso País. Foi, em toda a nossa história, o único período em que tivemos a possibilidade de manifestar nossas aspirações, foi exatamente quando construímos toda a base do Brasil moderno.

Ocorreram, então, grandes manifestações e mobilizações de natureza política que tiveram como coroamento a revolução de 30, que transformou o Brasil, do país antiquado da República Velha, vinculado ao colonialismo inglês, num país com pretensões de se transformar em nação. Aí surgiram as idéias básicas de libertação nacional. As lutas políticas e militares da década de 20, os 11 do forte, Coluna Prestes e tantas outras, provocaram na opinião pública uma crescente tendência para a construção de um projeto nacional.

Além disto, tudo o que é absolutamente fundamental para a construção de uma nação ocorreu neste período. Apesar de várias tentativas anteriores, depois de quatro séculos de resistência é que surgiram as primeiras universidades brasileiras. A Universidade de Minas Gerais, em 1927, a

Universidade de São Paulo, em 1934. Surgiram também os projetos básicos que levaram à construção de nossa primeira siderúrgica. As idéias nacionais surgiram nas teias da revolução de 30, embora o projeto que as contemplava só tenha sido implantado na década de 40. Portanto, quase que um século e meio depois da tentativa do patriarca.

Surgiram instituições básicas, como o primeiro instituto de tecnologia da América Ibérica, em 1922, no Rio de Janeiro. E na esteira dele surgiram outros em São

Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Houve a famosa Semana de Arte Moderna, onde a criatividade brasileira se manifestou de maneira pujante. E, enfim, toda a luta pela autonomia energética com uma consciência crescente sobre a importância de dominarmos nossos recursos energéticos e naturais, cuja conseqüência foi a criação da Petrobrás e mais tarde da Eletrobrás. Quer dizer, tudo o que de importante aconteceu no Brasil deu-se neste vácuo de poder entre as duas grandes guerras,

quando as grandes potências estavam absorvidas na luta entre elas próprias.

Tudo isto acabou, com o término da Segunda Guerra, quando uma só nação surgiu com o poder total, com quase 60% do produto bruto, detentora isoladamente da tecnologia nuclear e com isto nós tínhamos saído da guerra em situação relativamente folgada. Sem dívida externa e com reservas internacionais altíssimas.

Princípios. E até com créditos, que a Inglaterra e os Estados Uni-



dos vieram a calotear depois, não?

Bautista Vidal. Precisamente. Com crédito caloteado pela Inglaterra. Tudo o que se havia conquistado foi destruído rapidamente durante a administração Dutra. Os saldos na balança externa que tínhamos conseguido foram queimados de maneira irresponsável, comprando uma grande quantidade de bugigangas no exterior, o país foi inundado com bugigangas externas. O governo Dutra foi um desastre para o país.

Sobreveio uma fase de democratização e o segundo período do governo Vargas foi como um oásis. Vimos pelo que ocorreu na própria administração Vargas, levado ao suicídio, que as grandes potências já estavam cuidando de destruir qualquer projeto nacional, qualquer possibilidade de construir uma nação independente no Brasil.

Então veio o modelo de crescimento econômico dependente, que abriu a nossa economia às grandes corporações transnacio-

nais, implantou-se a indústria automobilística totalmente internacionalizada. É bom que se diga que houve luta, muitas pessoas defenderam e conseguiram numa fase inicial, uma participação nacional (alguns ramos de autopeças para carros, por exemplo).

Depois tudo isto também foi destruído.

Ilustra bem a dimensão da desnacionalização a evolução da indústria farmacêutica. Na década de 30 mais de 70% do mercado

NA ÉPOCA DO MERCANTILISMO A COISA FUNCIONAVA ASSIM: A COLÔNIA ESTAVA SEMPRE FORÇADA A VENDER SEUS PRODUTOS A PREÇOS IMPOSTOS E EM LUGARES INDICADOS PELA METRÓPOLE. A COLÔNIA TINHA DE ACEITAR A VENDA DE SEUS PRODUTOS A PREÇOS VIL, SEM DISCUSSÃO, NEM ESCAPATÓRIAS POSSÍVEIS, PORQUE ESTAVA PROIBIDA DE VENDÊ-LOS A OUTROS MERCADOS E, ALÉM DISSO, NÃO LHE ERA PERMITIDO VALORIZAR SEUS PRODUTOS PRIMÁRIOS MEDIANTE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL.

NESSE SENTIDO, HAVIA TODA SÉRIE DE MEDIDAS SEVERAMENTE APLICADAS A FIM DE QUE A COLÔNIA JAMAIS PUDESSE REAGIR CONTRA AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS.

ENFIM, A POLÍTICA COLONIAL DO MERCANTILISMO AJUDOU FORTEMENTE AS GRANDES NAÇÕES A CONSTITUIREM SUAS ECONOMIAS NACIONAIS, MAS, DE OUTRO LADO, OPOS-SE À FORMAÇÃO DE ECONOMIA NACIONAL NAS COLÔNIAS, OPOSIÇÃO PROFUNDA QUE ATÉ HOJE COMPLICA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE CERTAS NAÇÕES.

BASTA COLOCAR
TODOS OS VERBOS SUBLINHADOS
NO TEXTO ACIMA, NO
PRESENTE DO INDICATIVO.



era dominado por empresas nacionais, que detinham seus próprios centros de tecnologia privados, de enorme eficiência. Nós produzimos vacinas antes dos EUA produzirem, exportávamos remédios desenvolvidos por nossas empresas. Tudo isto acabou. Já na década de 60 sobravam, nas mãos de nacionais, menos de 5% do mercado farmacêutico brasileiro. Temos, ainda, a desnacionalização total da indústria automobilística, de eletrodomésticos, etc., tudo nas mãos de multinacionais.

Aquilo que foi conquistado no período de vácuo de poder entre as potências foi profundamente enfraquecido com este modelo de crescimento econômico de-

Temos hoje uma das economias mais abertas do mundo

pendente. Foi parar nas mãos de estrangeiros. Agora, apesar disto ficou o germe. Tudo o que aconteceu de avanço resultou da base construída naquela época, entretanto associada a um domínio estrangeiro crescente. A economia brasileira, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi transformada numa das economias mais abertas do mundo.

Este modelo está em absoluto confronto com a experiência internacional. Foi publicado em 1982, traduzido em 1986 para o inglês e nós estamos traduzindo agora para o português, um livro de um cientista político alemão, Dieter Senghaas, cujo título é "A experiência européia", no qual ele mostra que só através do fechamento as nações européias puderam resistir à dominação inglesa e à destruição de suas bases industriais nos últimos 150 anos. Todas que hoje se permitem o luxo de constituir o Mercado Comum Europeu, porque têm forças equivalentes, viveram um processo de 150 anos de fechamento, no qual adquiriram força de competição, estando unidas, atualmente, sem predomínio absoluto de nenhuma delas. O Senghaas estuda ainda a experiência de outros países.

Ele faz comparações interessantes, entre por exemplo a Noruega e o Uruguai, países que partiram da mesma base. En-

quanto um, baseado no fechamento de sua economia, está bem, o outro, através de sua abertura, está sendo destruído. O caso da Austrália e da Argentina, países que possuem um potencial semelhante (a Argentina era um dos países mais ricos do mundo, já foi a terceira renda per capita do Planeta no começo do século. Hoje é um país destruído).

A experiência internacional é absoluta e indiscutível. Nos últimos 300 anos não há exemplo de um único país, nem mesmo um, isto o Senghaas afirma, que tenha conseguido se desenvolver realmente sem um fechamento durante um certo período. Isto é ostensivo no exemplo dos Estados Unidos, que evoluiu conforme a doutrina Monroe. Fechou-se, construiu internamente sua economia e hoje é o que é.

Nenhum país que se abriu antes de adquirir uma certa potência deu certo. O caso do Brasil foi de um país em que, salvo aquele breve interregno de vácuo de poder entre as duas guerras, onde tudo o que é importante foi feito, tudo o mais saiu errado. O resto foi uma devastação provocada pela invasão estrangeira. Uma experiência de colônia vil, sem nenhuma consistência para resolver os problemas do seu povo, agir segundo suas necessidades e aspirações.

Nossa experiência é a de uma colônia vil onde tudo saiu errado

Dizer que a internacionalização serve aos nossos interesses é uma mentira descomunal, propagandeada por pessoas que se colocam ostensivamente a serviço de interesses alienígenas, com teses absurdamente irresponsáveis, sem qualquer comprovação histórica, como as que defendem, neste sentido, os senhores Fernando Henrique Cardoso e José Serra. O que nós precisamos hoje é de um fechamento para organizarmos a nossa sociedade, impormos neste país uma ordem justa, compatível com as necessidades do nosso povo. Nós temos hoje cerca de 40 milhões de pessoas na miséria absoluta, um processo de genocídio pela fome. Isto é um crime histórico jamais ocorrido em nenhuma

região do mundo, salvo nos casos de grandes invasões externas. Estamos, nesta situação, destruindo e inviabilizando o Brasil.

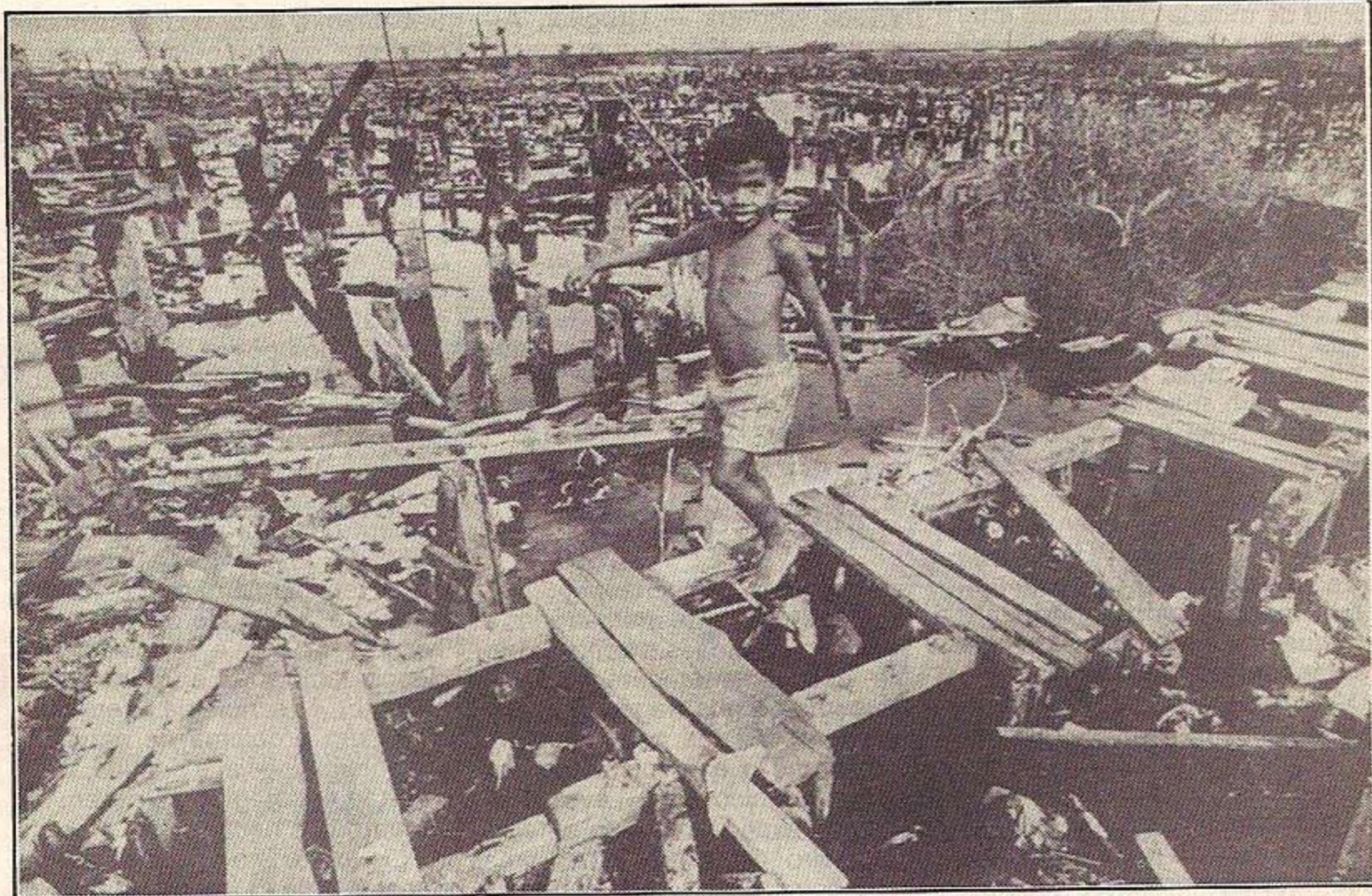
Princípios. A diferença que você enfoca é entre a internacionalização da economia de países já com uma independência e autonomia consolidadas e países como o Brasil, que ainda não possuem estas características?

Bautista Vidal. Não. Repare o seguinte. Não existe internacionalização nenhuma. Os Estados Unidos acabaram de aprovar uma lei comercial na qual se fecham profundamente. Isto porque, como eles estão perdendo na competição com o Japão e o Mercado Comum Europeu, estão tomando providências no sentido

É evidente que a internacionalização não serve ao Brasil

do fechamento que falei. Uma superpotência que se fecha para se proteger é ridícula. De qualquer forma, é absolutamente vergonhosa esta afirmação desses intelectuais que estão defendendo precisamente o oposto. Um outro exemplo claro é o do Japão, país hermeticamente fechado. Abriu-se, mas muito pouco, ficando a média de participação do capital estrangeiro na indústria em torno de 4%. No Brasil oscila por volta de 90%. Abrir uma coisa que já está aberta, quando as nações consideradas abertas mantêm uma participação estrangeira em suas economias de não mais que 10%, é evidentemente um contra-senso.

O Brasil ostenta uma posição econômica respeitável no mundo. É o maior produtor de açúcar, o maior produtor de mandioca, o segundo maior produtor mundial de cacau, o maior produtor de laranja. É bem colocado em muitas coisas e apesar disto tem 40 milhões de sua população morrendo de fome. Isto é uma coisa inacreditável, uma vergonha histórica, resultado do domínio governamental de maus brasileiros que trabalham visando satisfazer exclusivamente os seus interesses associados a interesses multinacionais muito perversos.



O Brasil poderia ser uma potência, mas milhões de pessoas vivem em condições subumanas

O caso dos chamados tigres do oriente, entre os quais se cita inclusive Singapura e Hong-Kong, é diverso. Veja só: Singapura e Hong-Kong não podem ser considerados países, são entrepostos comerciais. Vale tudo por ali, as corporações internacionais se quiserem fecham aqueles entrepostos em 24 horas. Não se pode subordinar uma nação continental, com mais de 100 milhões de habitantes, a tais contingências absurdas. Não faz sentido. O caso da Coréia é muito distinto, assemelha-se, em algumas coisas, ao do Japão. E o Japão é um dos países mais fechados do mundo, continua sendo desde a Segunda Guerra.

Depois que o Japão começou a ganhar dos EUA, da Alemanha e da França é que se abriu. Não vejo perigo nisto, mas é uma coisa precisamente contrária ao que estão propalando por aí pessoas irresponsáveis, que deveriam ter em mente pelo menos as lições decorrentes dos exemplos históricos. A internacionalização que vem sendo proposta vai nos levar à absoluta destruição.

Princípios. Historicamente você situou a dependência, mas

quais os mecanismos, os termos em que ela se coloca hoje?

Impuseram-se coisas inacreditáveis com o Tratado de B. Woods

Bautista Vidal. Eu analisei com maiores detalhes esses mecanismos no meu livro "De Estado servil a nação soberana — civilização solidária dos trópicos", lançado pela Editora Universidade de Brasília. Eles são o fundamento do modelo econômico que começou a se estabelecer no período de Juscelino Kubitschek e sobrevive até hoje, tendo sido exacerbado no período do regime militar. Os mesmos que implantaram este modelo na época de Juscelino, como Roberto Campos, Lucas Lopes e o Raul Fernandes — e especialmente o Roberto Campos —, continuaram depois e exacerbaram suas teorias.

É dramático que este modelo seja defendido por todas as teorias econômicas. Desde os estruturalistas da Cepal até os monetaristas. Isto me leva a concluir que as teorias econômicas que

predominaram até hoje no Brasil (estruturalistas e monetaristas) defendem uma coisa extremamente perversa para os interesses brasileiros. Isto fica claro no principal mecanismo de dominação, que a meu ver é o tecnológico, complementado por um outro mecanismo muito perverso que é o do sistema financeiro internacional.

Vou começar por este último. A participação no sistema financeiro internacional foi uma imposição do Tratado de Breton Woods, que o próprio representante da Inglaterra, Maynard Keynes, interpretou com a seguinte indagação: "Fui para Breton Woods pensando encontrar com o mundo, me deparei com um tirano". É preciso que se diga que as propostas de Keynes foram todas relegadas a segundo plano. Ele propunha, por exemplo, a instituição de uma moeda de compensação internacional. No final, o próprio Keynes — tendo a Inglaterra ficado como segunda beneficiária do acordo — abriu mão de suas concepções e rendeu-se ao tirano. Assim, neste tratado impuseram-se coisas inacreditáveis, como o dólar na con-

dição de moeda com curso internacional, coisa de uma arbitrariedade ilimitada.

A única possibilidade de controle disto consistia em que esta moeda tivesse uma referência, uma equivalência naquilo que Keynes chamava de relíquia bárbara, o ouro. Mas em 1971 Nixon rompeu unilateralmente o acordo, decretando que o dólar nada mais tinha a ver com o ouro. O dólar era o dólar e acabou. Uma nação, com sua moeda nacional, imprime papel pintado e expropria o mundo. Assim é o sistema financeiro.

Aí todo este instrumental, FMI, Banco Mundial, GATT, são organizações para defender este princípio injusto, bárbaro, violento, em que uma nação impõe as suas regras ao restante do mundo.

A concepção de hegemonia econômica, de capital, que está em vigor hoje é totalmente fundamentada no arbítrio. Não é fundamentada nem nas riquezas naturais nem no patrimônio físico das nações, nem no trabalho. É fundamentada exclusivamente num papel pintado que estabelece o arbítrio total. Este é um mecanismo tremendamente desfavorável para qualquer outra nação que queira se desenvolver. Nós não podemos negociar com

nossos vizinhos — Uruguai, Argentina — se não for com a moeda de um outro país, o dólar.

Este sistema está se deteriorando dia a dia, resultou na montagem de uma dívida externa que não resiste a uma auditoria, é uma coisa muito séria e está levando a situações absurdas. As relações econômicas em nível internacional são constituídas em sua maior parte de papel pintado,

FMI, BIRD e GATT sustentam um sistema injusto e bárbaro

apenas uma pequena percentagem são trocas de mercadorias e serviços. É uma situação extrema, que evidentemente vai resultar numa grande tragédia. Até líderes capitalistas compreendem isto, como o ex-ministro do Tesouro britânico Lord Lever, que chamou explicitamente o sistema financeiro de um cassino, uma verdadeira orgia, que beneficia naturalmente os bancos internacionais, os interesses que eles representam.

Este é um lado. Do outro, nós temos a questão tecnológica, que é profundamente mistificada. As comunidades científicas

trabalham a favor desta mistificação, por seus condicionamentos e também em função de interesses menores. A diferença que se estabelece, por exemplo, entre ciência e tecnologia é absolutamente equivocada, é uma coisa perversa até que em nenhuma outra época histórica fez tantos estragos. Agora se conseguiu fazer disto um mecanismo de subjugação dos povos e domínio de uns sobre outros. A questão tecnológica é totalmente distinta da questão científica. A ciência é conhecimento cultural, muitas vezes profundo, mas não necessariamente comprometido com a realidade dos povos, da sociedade. A tecnologia não. É algo vinculado à realidade dos povos. Tecnologia não é simplesmente ciência aplicada, é muito mais que isto. A tecnologia é, em 80 a 90%, um problema de natureza econômica, social e política, uma questão estratégica do desenvolvimento das nações.

Não existe isto que chamam de transferência de tecnologia. Existem grandes pacotes de decisões políticas que são transplantados dos países centrais para condicionar a produção nos países periféricos. A tecnologia nada mais é do que a agregação de uma grande quantidade de itens com um conteúdo técnico, mas principalmente com um conteúdo social e político. Veja o exemplo de um veículo simples como um Volkswagen desses 1.300 que não se produz mais no Brasil. São 30 mil itens, cada um deles vinculado aos interesses dos montadores, quer dizer, dos montadores de pacotes tecnológicos. Cada um desses itens se relaciona com a utilização e controle das matérias-primas e dos produtos intermediários, as especificações obedecem a interesses externos, dos países de origem das multinacionais. A agregação está condicionada à escassez ou abundância dos fatores de produção nos países de origem e associada aos interesses econômicos e políticos de dominação.

Então, o país que abre mão dessas decisões no campo tecnológico não pode ser um país viável. O próprio uso do trabalho nacional fica profundamente prejudicado se os pacotes tecnológicos vêm de outras regiões do mundo. Aqui o que mais temos é abundância de mão-de-obra, en-

Foto: Arquivo



O capital estrangeiro ocupou quase toda indústria. O setor automobilístico é exemplo do entreguismo.

quanto, em sua maioria, as potências econômicas utilizam de forma intensa tecnologia não apropriada à absorção desta mão-de-obra, com automação excessiva. Assim, quando transferem seus pacotes ao Brasil forçam-nos a deixar de usar nossos fatores abundantes, como o trabalho, os recursos naturais, para utilizar coisas que nós não temos, como muito capital e automação.

Além disto, a seleção de matérias-primas e produtos intermediários, componentes, obedece às conveniências, à dependência, ao que, enfim, favorece os países elaboradores do pacote tecnológico. Por isto no Brasil é impossível ter, no momento, pacotes com especificações de um aço brasileiro, porque as indústrias alemãs não abrem mão de suas especificações, as japonesas idem e assim por diante. Seria uma loucura alguém pensar em consumir na Alemanha um aço que não obedecesse à norma alemã. Isto não passa pela cabeça de ninguém. Aqui, pelo contrário, não passa pela cabeça das autoridades a idéia de usar uma especificação brasileira, porque as forças internacionais são tão fortes que impõem uma especificação de acordo com seus países de origem.

O resultado disto é absurdamente irracional. No Brasil somos forçados a produzir cerca de 1.500 tipos de aço, quando países como o Japão, a Alemanha, com indústrias extremamente sofisticadas, bastam-se com 300 tipos de aço, o que acarreta enorme racionalização e uma profunda economia de custos. Só aí, neste item, temos uma ineficiência que, a nível de indústria básica, chega a alcançar 30 a 40%. Agora, se nós acumularmos esta ineficiência à do produto básico e aos subseqüentes, intermediários ou finais, o índice chega a 80 e até 100%.

A ineficiência do modelo dependente é quase absoluta

Princípios. Que tipo de ineficiência?

Bautista Vidal. O seguinte. Uma coisa é uma indústria siderúrgica que produz 200 ou 300 tipos de aço. Outra é a que tem de

se subordinar a produzir mais de mil tipos. Quando chega uma encomenda nova é todo aquele aparato, o forno, tem que fazer alteração de matéria-prima, é um desastre. Agora, esta gente que fala em modernização querendo aumentar a ineficiência e a irracionalidade ou é muito incompetente ou age de má fé em relação aos interesses legítimos do povo brasileiro. Nós precisamos é nos proteger para dar maior racionalidade à economia, viabilizar a redução de custos, ser mais competitivos. Isto não é viável quando a economia é comandada pelos interesses de transnacionais, que só por milagre poderiam ser iguais aos do povo brasileiro. É evidente que uma coisa são os interesses japoneses, outra o dos americanos, dos alemães etc. Entre eles os interesses já não são coincidentes, imagine todos eles coincidentes com os interesses brasileiros! É uma piada, uma grande piada. Então, esta internacionalização toma a conotação de imoralidade.

Princípios. Você fala também em seu livro sobre a exportação de minérios brasileiros a preços irrisórios, inclusive às vezes inferiores ao custo de produção. Como é isto?

Bautista Vidal. Nas relações de trocas com as potências econômicas o valor do que nós produzimos é cada vez menor, enquanto compramos mercadorias a preços cada vez maiores. Através deste processo perverso, da deterioração das relações de troca, como somos detentores de grandes reservas (detemos mais de 90% das reservas mundiais de nióbio, 52% das reservas de titânio, 48% de tântano, somos grandes produtores de minérios de ferro em Carajás, descobrimos enormes reservas de manganês, alumínio temos em grande quantidade), sofremos com a manipulação dos preços pelas potências e vendemos nossos produtos por preços insignificantes. Os produtos minerais ocupam uma posição inexpressiva no produto bruto mundial, de 0,76%, salvo engano. Mais ainda, nós chegamos a exportar tendo de pagar para exportar como no caso dos minérios de ferro, vendendo a preços abaixo do custo. Só a extração e o transporte do minério de ferro custam cerca de 20 dólares, nós exportamos a 12, 15 dólares.

Outro exemplo importante é o do quartzo, matéria-prima absolutamente indispensável na produção de componentes estratégicos para a eletrônica moderna, a informática e a telecomunicação. O Brasil detém praticamente 100% das reservas de quartzo do Planeta, o que nos dá um grande poder estratégico. Quando Severo Gomes era ministro da Indústria e Comércio, eu era secretário de Tecnologia Industrial. Em três meses, um curto período, nós proibimos a exportação de quartzo porque estávamos exportando a 40 centavos de dólar, o preço subiu para 8 dólares e chegou a 16 dólares. Nosso objetivo era introduzir os componentes intermediários e em vez de vender a 0,40 dólar passaríamos a vender por 80 a 200 dólares o quilo. Na verdade, nós exportamos a matéria-prima básica dos componentes sofisticados da eletrônica, da indústria espacial, da informática, produto absolutamente fundamental, exportamos a 40 centavos de dólar e importamos o produto final a 2 mil dólares, produto que nada mais é do que o quartzo ao qual foi adicionado tecnologia, evidenciando o papel absolutamente fundamental da tecnologia no mundo moderno.

Muito bem. As experiências que têm sido feitas para estabelecer uma competência nacional nesta área são sistematicamente repelidas pelos próprios órgãos que comandam o desenvolvimento tecnológico. A Secretaria de Tecnologia Industrial, uma exceção dentro da estrutura estatal, pois cuida do interesse nacional neste setor, acaba de ser destruída, uma estrutura que começou a ser criada em 1922, levou mais de 60 anos para se firmar, com um quadro técnico extremamente competente (o programa do álcool foi criado por esta secretaria, a competência na área de metalurgia também se deve a ela), a secretaria foi destruída por esta nova política industrial que dizem ter sido definida para desenvolver a tecnologia. Imagine a piada. A estrutura que acaba de ser destruída era semelhante à do Ministério da Indústria do Comércio Exterior do Japão, sem ser cópia, envolvia 43 órgãos extremamente competentes.

Princípios. Como foi isto?

Bautista Vidal. A secretaria foi desmontada, destruída física-

mente. São as forças de maus brasileiros associadas a interesses internacionais, ilegítimos. Foi uma violência, as pessoas foram demitidas numa violência inusitada, o Conselho Nacional de Normas Técnicas — destinado a racionalizar a produção industrial — há 3 anos não se reúne porque os ministros não permitem, foi desmontado, não mais existe. O Fundo Nacional de Tecnologia foi destruído. Um processo inusitado de violência para inviabilizar a regulação e racionalização da indústria nacional. Como se não bastassem 300 anos de história para mostrar que a abertura comercial é uma loucura, um absurdo, eles estão destruindo algu-

mas das poucas coisas sérias que foram montadas neste país.

Princípios. No livro você fala no surgimento de um novo nacionalismo. Encontra-se aí uma saída para esta situação?

Bautista Vidal. A palavra nacionalismo é maliciosamente utilizada no Brasil, carregada com uma conotação pejorativa, quando expressa na verdade a defesa dos interesses legítimos do povo. Ora, uma nação que se volta contra seus próprios interesses, não é isto uma imoralidade? O nacionalismo é uma coisa que está vinculada aos interesses elementares de um país, é um princípio elementar de defesa de legítimos interesses, do bem-estar a que

todos têm direito, do respeito aos valores nacionais de um povo, de sua cultura etc. Tudo o que é impiedosamente destruído com a tal internacionalização de uma maneira brutal, violenta.

Em minha opinião não há a menor dúvida de que existe uma forte tendência de apoiar esses interesses da nação. Tenho participado de debates em vários níveis, inclusive entre empresários, militares. Posso observar que existe uma consciência muito séria da necessidade de união do povo em defesa dos interesses nacionais e até há certa urgência porque as coisas estão como que abortando. Nós não vamos suportar sobreviver durante mais

Foto: Arquivo



Símbolo da submissão das classes dominantes. Otávio Mangabeira, deputado da UDN, beija a mão do gal. americano Eisenhower (1946).

uma década nesta situação que estamos vivendo hoje. Nenhuma nação do mundo pode suportar isto, o que estão chamando de internacionalização não passa da doação vergonhosa de uma parte substancial do nosso patrimônio, construído com décadas de trabalho. Trata-se de uma rouba-lheira descomunal, que revolta a nação e não pode continuar.

Princípios. As disposições sobre a Ordem Econômica aprovadas na Constituinte — em particular o conceito de empresa brasileira de capital nacional — podem mudar este quadro?

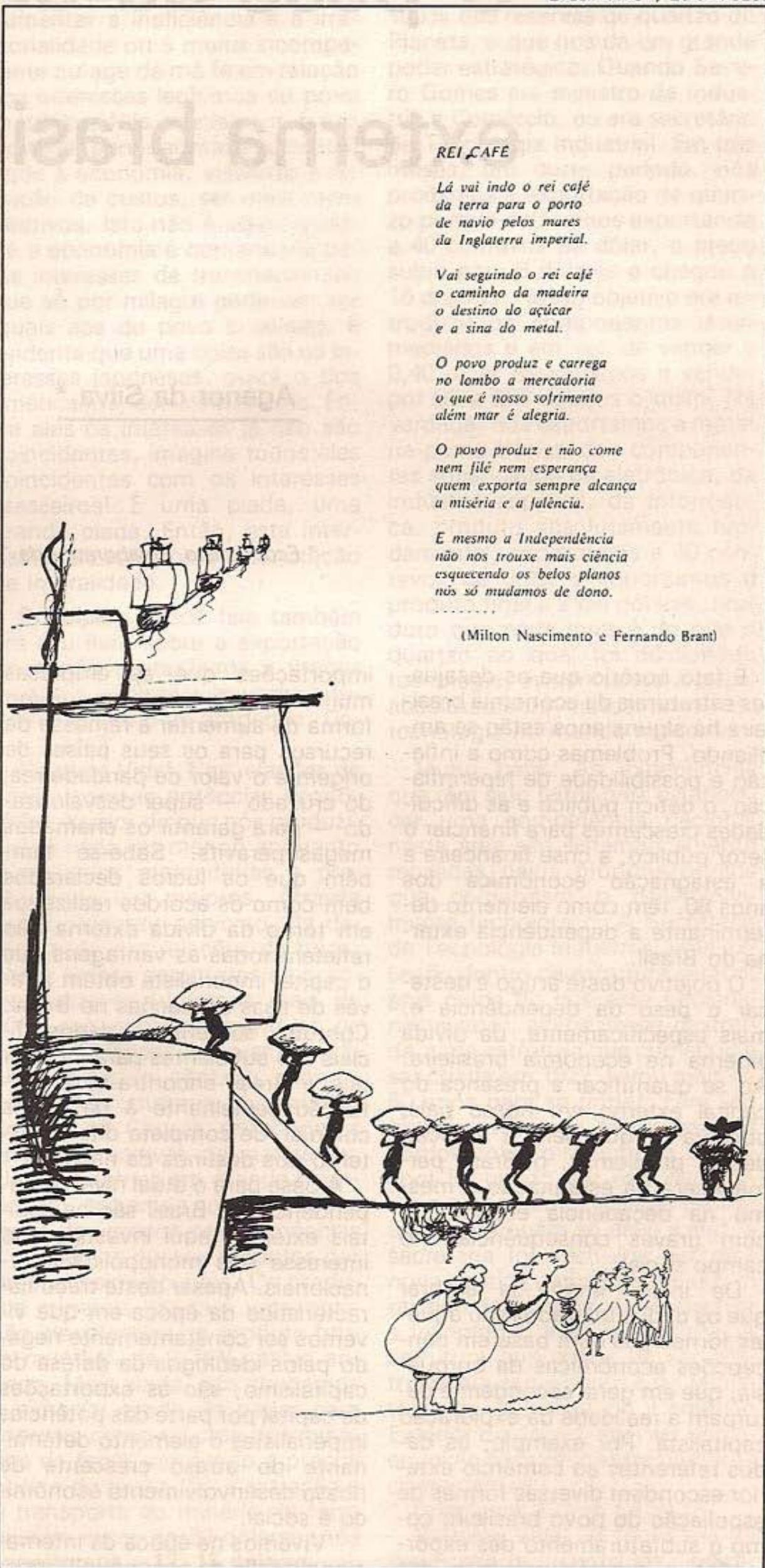
Bautista Vidal. Algumas foram positivas, mas no conjunto estão muito fracas, não te parece? Estão aquém do que deveria ser. O que deveria ser definido é empresa estrangeira, os seus limites de operação. Tínhamos que definir também o controle sobre a tecnologia. Mas veja nossa posição defensiva, somos forçados a aceitar isto e até considerar uma vitória, porque na verdade poderia ter sido muito pior. Infelizmente, os meios de comunicação no Brasil funcionam contra o povo, não permitem sua conscientização, mas nós precisamos explicar a atual situação custe o que custar, para que os brasileiros participem na defesa dos seus interesses e dos interesses dos seus filhos, para que tenham acesso à informação e à verdade, conheçam as conseqüências das medidas que são tomadas pelo governo e participem da vida política.

Precisamos recompor a situação, mudá-la a nosso favor, a favor do povo. O quadro é dramático. Veja o que ocorre no setor energético. A nação brasileira detém 40% do trópico úmido e, conseqüentemente, as grandes reservas energéticas do Planeta. Metade das terras não agricultáveis do Brasil dariam para construir um potencial energético com o dobro da reserva energética da Arábia Saudita. Para a produção do óleo vegetal, se usássemos a faixa oriental da Amazônia — que é muito apropriada —, nós poderíamos produzir 6 milhões de barris-dia de óleo diesel vegetal, que é muito mais adequado às nossas necessidades. Isto corresponde a mais do dobro da produção da Arábia Saudita — a grande produtora de energia proveniente do petróleo — o que

dá uma idéia do nosso potencial. Apesar disto, continuamos importando petróleo. Isto em função do modelo econômico dependente, montado conforme interesses alienígenas. O Brasil te-

ria soluções espetaculares no campo energético, ao contrário de nações como Japão e Alemanha, que aí não têm saída. O modelo dependente é que nos torna um país inviável.

"Brasil Vivo", Edit. Vozes



REI CAFE

*Lá vai indo o rei café
da terra para o porto
de navio pelos mares
da Inglaterra imperial.*

*Vai seguindo o rei café
o caminho da madeira
o destino do açúcar
e a sina do metal.*

*O povo produz e carrega
no lombo a mercadoria
o que é nosso sofrimento
além mar é alegria.*

*O povo produz e não come
nem filé nem esperança
quem exporta sempre alcança
a miséria e a fúlcia.*

*E mesmo a Independência
não nos trouxe mais ciência
esquecendo os belos planos
nós só mudamos de dono.*

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

O peso da dívida externa brasileira

Agenor da Silva *

* *Economista, colaborador da "Princípios"*

É fato notório que os desajustes estruturais da economia brasileira há alguns anos estão se ampliando. Problemas como a inflação e possibilidade de hiperinflação, o déficit público e as dificuldades crescentes para financiar o setor público, a crise financeira e a estagnação econômica dos anos 80, têm como elemento determinante a dependência externa do Brasil.

O objetivo deste artigo é destacar o peso da dependência e, mais especificamente, da dívida externa na economia brasileira. Ao se quantificar a presença do capital externo em nosso país, observa-se que sem a solução destes problemas, o Brasil permanecerá na estagnação e mesmo na decadência econômica, com graves conseqüências no campo social.

De início impõe-se lembrar que os dados utilizados são aqueles fornecidos com base em concepções econômicas da burguesia, que em geral escondem e deturpam a realidade da exploração capitalista. Por exemplo, os dados referentes ao comércio exterior escondem diversas formas de espoliação do povo brasileiro como o subfaturamento das exportações e superfaturamento das

importações que as empresas multinacionais realizam como forma de aumentar a remessa de recursos para os seus países de origem e o valor de paridade real do cruzado — super desvalorizado — para garantir os chamados megasuperávits. Sabe-se também que os lucros declarados bem como os acordos realizados em torno da dívida externa não refletem todas as vantagens que o capital imperialista obtém através de suas aplicações no Brasil. Contudo, somente os dados oficiais são suficientes para mostrar que o Brasil encontra-se em situação semelhante à da época colonial, de completo ditame externo nos destinos da nação.

A base para o atual nível de dependência do Brasil são os capitais externos aqui investidos no interesse dos monopólios internacionais. Apesar deste traço característico da época em que vivemos ser constantemente negado pelos ideólogos da defesa do capitalismo, são as exportações de capital por parte das potências imperialistas o elemento determinante do atraso crescente de nosso desenvolvimento econômico e social.

"Vivemos na época da internacionalização da economia", repe-

tem constantemente os defensores da presença do capital externo no Brasil. De fato, o mundo caminha a passos rápidos para a completa submissão da quase totalidade do globo aos interesses de um punhado de magnatas do capital financeiro de atuação internacional.

Mas não é só isso que melhor caracteriza a época em que vivemos. Lênin, que desenvolveu a teoria marxista aplicada às condições criadas no final do século passado e início deste, acentuava que o mundo tinha entrado em uma nova época histórica, a época do imperialismo, quando as contradições inerentes a este sistema acirravam-se ao externo colocando para o proletariado e os povos a necessidade da revolução proletária e edificação de um novo regime, o socialismo.

Ele assinalava que esta época era marcada pelas seguintes características fundamentais: uma grande concentração da produção e centralização do capital e o conseqüente surgimento dos monopólios; o entrelaçamento cada vez maior do capital industrial com o capital bancário e o surgimento, nesta base, do capital financeiro; o peso cada vez maior das exportações de capital em re-

lação às exportações de mercadorias; a divisão do mundo entre os grandes monopólios e o término da divisão territorial do globo entre as grandes potências capitalistas. Agregava: "O que caracterizava o velho capitalismo no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital."

Quando o capitalismo entrou em sua fase imperialista, o nosso país já havia conquistado formalmente a sua independência política. Estava, contudo, amarrado por mil laços com os países colonialistas e poderosos do ponto de vista do desenvolvimento industrial. Particularmente com a Inglaterra, nosso país colocava-se numa posição de verdadeira submissão colonial. Tornou-se assim presa fácil do novo esquema de domínio de umas nações sobre as outras.

No final do século passado começaram a chegar os primeiros investimentos externos do capital financeiro internacional. Foi com capital inglês que se construíram as primeiras ferrovias, deu-se o desenvolvimento de alguns portos e também um maior vulto na comercialização de produtos agrícolas e minerais e apareceram os primeiros bancos. Também veio o capital alemão, francês, e, de início em menor escala, o capital norte-americano.

Uma das particularidades dos investimentos externos no Brasil do entre-guerras foi o pouco desenvolvimento industrial por ele comandado. No que se refere aos investimentos industriais, o Brasil

A dívida externa

Reinaldo



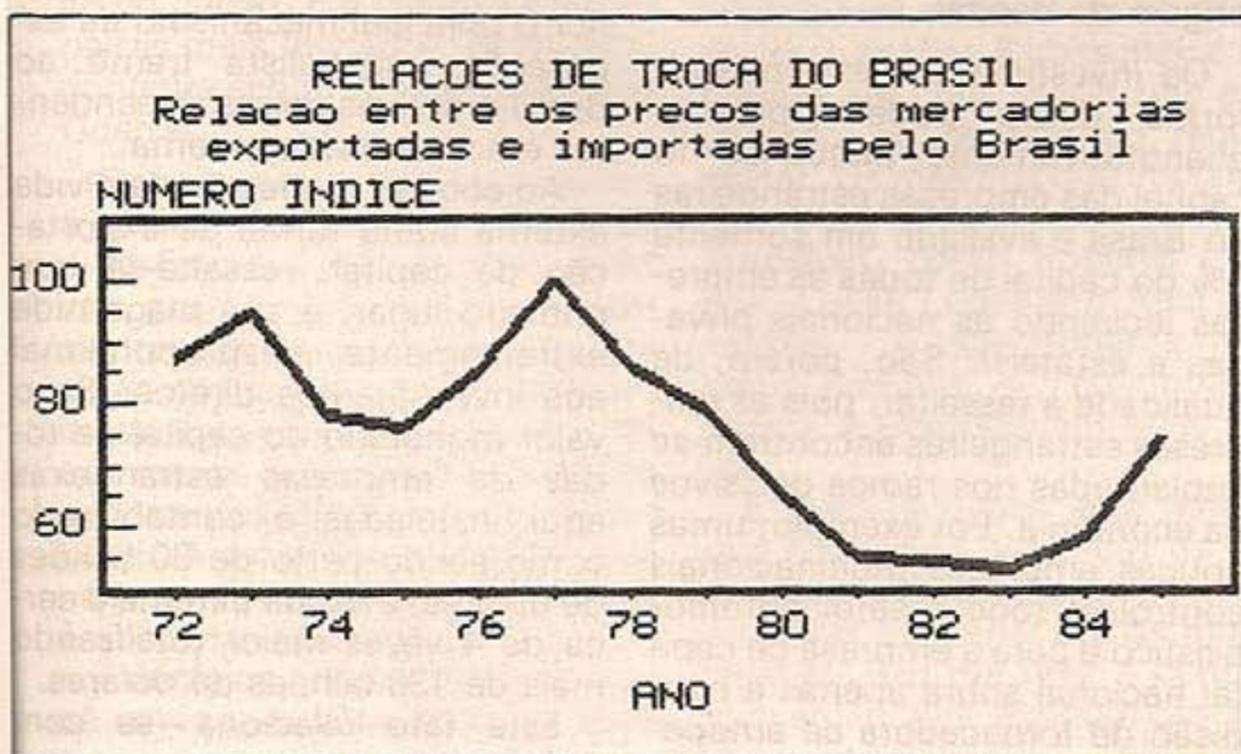
não era uma área privilegiada nos planos estratégicos dos monopólios imperialistas de então. O imperialismo tratava de manter o país sem indústrias. Servia principalmente como fonte de matérias-primas e mercado para alguns produtos industrializados.

No final da 2ª Guerra muitas mudanças ocorreram. O imperialismo norte-americano já suplantava o imperialismo inglês também nos seus investimentos no Brasil. Os investimentos em fábricas ganharam impulso em alguns setores. Num processo de substituição de importações, primeiro de meios de consumo, depois de

meios de consumo duráveis, em pouco tempo o parque industrial das multinacionais tornou-se importante posto avançado do saque de nossas riquezas e de nosso trabalho. Em termos de valores de uso, a exploração imperialista materializava-se em particular nas desiguais relações de troca (fenômeno que até no período atual se verifica), na grande quantidade de café, minério de ferro e muitos outros produtos "primários" e ouro que saíam de nossas fronteiras. Em contrapartida, o Brasil importava a quase totalidade de suas necessidades em máquinas e equipamentos a custos bastante elevados e com defasagem tecnológica.

Por outro lado, nas décadas de 50 e 60, nosso fluxo financeiro era relativamente equilibrado já que as remessas de lucro e os juros de uma menor dívida externa eram, em geral, suplantados pelo ingresso de novos capitais. Boa parte do lucro das empresas estrangeiras era reinvestido na ampliação dos seus negócios.

Para quantificar e qualificar melhor o peso do capital externo investido no país devemos conhecer um pouco a metodologia utilizada na contabilização dos fluxos de capitais entre os diver-



dos países. Esta metodologia está consolidada no que se chama Balanço de Pagamentos de um país. O Balanço de Pagamentos mede os diversos fluxos de recursos monetários entre determinado país e o resto do mundo. Desta forma, ele é dividido em três partes fundamentais.

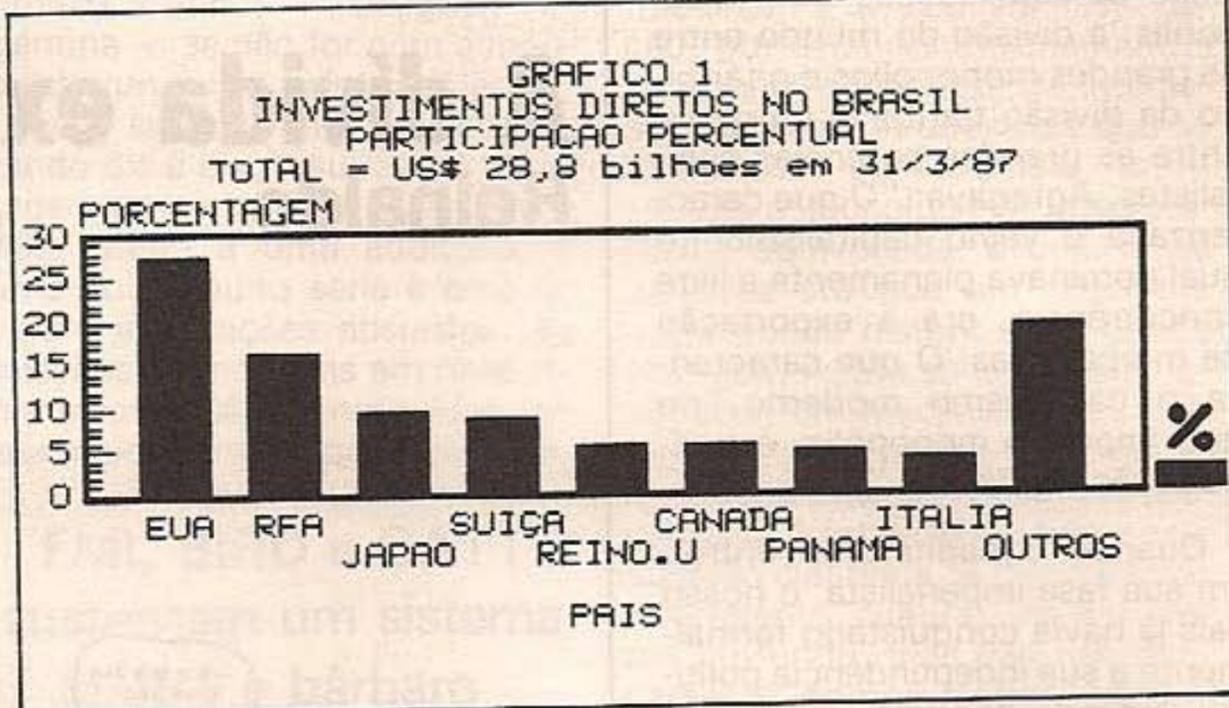
A primeira parte refere-se aos fluxos correntes, ou seja, os diversos pagamentos e recebimentos efetuados por um país em determinado período de tempo. É o que se chama Balanço de Transações Correntes. Nele se incluem tanto os pagamentos efetuados por conta do comércio externo do país como o pagamento dos rendimentos do capital exportado ou "importado" anteriormente.

Assim, por exemplo, o Brasil este ano deverá receber cerca de 32 bilhões de dólares referentes às nossas exportações. Deverá pagar cerca de 15 bilhões de dólares referentes às nossas importações; terá, portanto, um saldo comercial de 17 bilhões de dólares.

Grande rombo no balanço das contas externas

Ainda dentro do Balanço de Transações Correntes, deveremos pagar de juros da dívida externa, cerca de 11 bilhões de dólares, e mais US\$ 4 bilhões entre remessa de lucros (1,8 bilhões), pagamento de fretes, royalties e outras despesas de menor vulto. Na Balança de Serviços temos que incluir ainda o dispêndio de 5,3 bilhões devidos em juros atrasados de 1987 (época da moratória) e o resultado das Transações Correntes deverá ser um déficit de US\$ 4,3 bilhões. Este déficit tem que ser coberto com a entrada de "novos" capitais que estão sendo negociados com os credores já que novo capital efetivamente não deverá entrar de forma espontânea como será visto adiante. O que foi negociado recentemente refere-se somente à forma de incluir os juros atrasados no principal da dívida.

A segunda parte do Balanço de Pagamentos refere-se aos fluxos de capitais. Nela são lançadas as entradas de empréstimos e os investimentos realizados na forma direta. É o que se chama balanço



de capitais. Na terceira parte contabilizam-se as reservas do país tanto em moeda como em ouro e seus fundos no FMI.

O Brasil sempre foi um país mais ou menos equilibrado na sua balança comercial. Com exceção de poucos anos em que tivemos déficit — como nos anos de 73, 74, 75 em função da elevação do preço internacional do petróleo — em geral sempre vendemos mais do que compramos.

Ao lado disso, historicamente houve uma entrada líquida de capitais em nosso país. De início, predominantemente como capital de investimento direto e nos últimos 20 anos principalmente na forma de empréstimos.

Através dos investimentos diretos, o capital externo possui um significativo parque empresarial em nosso país. Segundo dados do Banco Central, estes investimentos atingem hoje a soma de 28,8 bilhões de dólares, com predominância dos capitais norte-americanos. O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual destes investimentos por país de origem do capital.

Os investimentos externos na forma direta podem parecer quantitativamente pequenos (o capital das empresas estrangeiras no Brasil é avaliado em somente 5% do capital de todas as empresas incluindo as nacionais privadas e estatais). São, porém, de qualidade a ressaltar, pois as empresas estrangeiras encontram-se implantadas nos ramos decisivos da economia. Por exemplo, umas poucas empresas multinacionais controlam todo o setor automobilístico e para a empresa de capital nacional sobra apenas a condição de fornecedora de autope-

ças para as grandes montadoras. Outro exemplo: as indústrias farmacêuticas estrangeiras não necessitam de grandes capitais já que atuam principalmente no

Multinacionais investiram nos setores de ponta

sentido de importar fármacos a preços aviltados de suas matrizes.

Em resumo, podemos dizer que a concentração da produção e a conseqüente maior inter-relação entre as empresas permite que um relativamente pequeno capital tenha um peso decisivo na produção nacional. Além disso, há que se considerar os esquemas de participação onde a junção do capital externo com empresas nacionais privadas e estatais coloca outros capitais à disposição do capital estrangeiro. A indústria petroquímica é um exemplo significativo deste esquema.

De qualquer forma, em termos de fluxos financeiros com o exterior o principal mecanismo de espoliação imperialista frente ao Brasil e demais países dependentes é hoje a dívida externa.

Ao abordar a questão da dívida externa como forma de exportação de capital, ressalta-se, em primeiro lugar, a sua magnitude extremamente desproporcional aos investimentos diretos. Se o valor monetário do capital de todas as empresas estrangeiras aqui instaladas é contabilizado como sendo perto de 30 bilhões de dólares, a dívida externa é cerca de 4 vezes maior totalizando mais de 130 bilhões de dólares.

Este fato relaciona-se com

QUADRO 1 INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

ANO	DIV. BRUTA	DIV. REAL	IBAL. COMER	DIV/PIB
	US\$ Bi (1)	US\$ de 87 (2)	US\$ Bi	%
1970	5.30	14.99	0.23	6
1971	6.60	18.07	-0.34	7
1972	9.50	24.91	-0.24	10
1973	12.60	29.22	0.01	11
1974	17.20	33.57	-4.69	14
1975	25.10	44.82	-3.51	20
1976	32.10	54.80	-2.26	21
1977	38.00	61.14	0.10	21
1978	52.20	77.91	-1.02	26
1979	55.80	74.03	-2.84	25
1980	64.20	74.72	-2.82	27
1981	74.00	77.87	1.20	28
1982	85.40	88.36	0.78	32
1983	93.60	95.13	6.47	46
1984	102.00	102.54	13.07	48
1985	105.10	105.55	12.44	46
1986	110.30	115.15	8.34	41
1987	115.00	115.00	11.15	42

1-Divida Bruta de longo e curto prazo

2-Os valores reais são obtidos deflacionando os valores nominais utilizando-se a inflação americana-IPA

3-Valores obtidos dividindo-se a dívida bruta pelo Produto Interno Bruto-PIB

um dos aspectos da crise geral do sistema capitalista constituído pelo profundo desarranjo estrutural do sistema monetário e financeiro internacional. Com a imposição do dólar como moeda internacional após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos podem operar com déficit no seu Balanço de Pagamentos exportando mais capital do que o obtido com os fluxos anteriores. Os Estados Unidos passaram a comprar o mundo fabricando a própria moeda e o mundo ficou inundado de dólares e títulos nominados em dólares.

Este processo, interagindo com as crises cíclicas próprias do capitalismo, levou à necessidade de se encontrar locais "privilegiados" onde este capital na forma de dinheiro pudesse ser valorizado independentemente de sua aplicação produtiva. Vários economistas procuram explicar o endividamento brasileiro como sendo decorrente de um "excesso de liquidez internacional". Acentuam que quando os países dependentes contraíram empréstimos havia no mundo muito capital dinheiro disponível e, conseqüentemente, as taxas de juros eram baixas.

É necessário agregar que esta sobra de capital dinheiro patenteou-se a partir da crise industrial

de 1971 quando o sistema padrão-dólar faliu; o dólar perdeu oficialmente sua convertibilidade em ouro. Assim, a aceleração do endividamento dos países dependentes serviu para sustentar os lucros dos monopólios internacionais. O Brasil, por exemplo, foi obrigado a contrair grandes empréstimos totalmente desnecessários única e exclusivamente para garantir os interesses imperialistas. Para que houvesse "um local privilegiado" de valorização do dinheiro de magnatas norte-americanos, e também japoneses, alemães e outros.

Era uma corrida entre os grandes bancos internacionais para emprestar. Pagavam comissões aos generais e ministros dos diversos governos vassalos para que estes aceitassem emprestado bilhões de dólares destinados a projetos faraônicos ou mesmo de destinação duvidosa.

Assim, a dívida externa em 1970 era de 5,3 bilhões de dólares — que levando em conta a inflação do dólar valeriam hoje 15 bilhões — e 10 anos depois ela já era 6 vezes maior.

Agregue-se que a crise monetária e financeira internacional evoluiu no sentido de processos inflacionários mesmo nos países exportadores de capital. Para

manter a "confiabilidade" no sistema e garantir a valorização do capital financeiro empregado em empréstimos, as taxas de juros internacionais dispararam em termos nominais. Passaram da casa dos 3 a 5% ao ano na década de 60 para até 20% ao ano, no início dos anos 80. Mesmo em termos reais, descontando a inflação do dólar, estas taxas elevaram-se significativamente, saindo do valor histórico de 2 a 3% para até 10% em 1982. Atualmente os juros internacionais situam-se perto dos 10% ao ano em termos nominais e cerca de 5% ao ano em termos reais, com tendência de elevação. Como os empréstimos são feitos em geral com juros flutuantes, a dívida externa deu um salto somente com a incorporação dos juros devidos ao principal. O Quadro 1 apresenta a evolução de alguns indicadores relativos ao endividamento externo brasileiro.

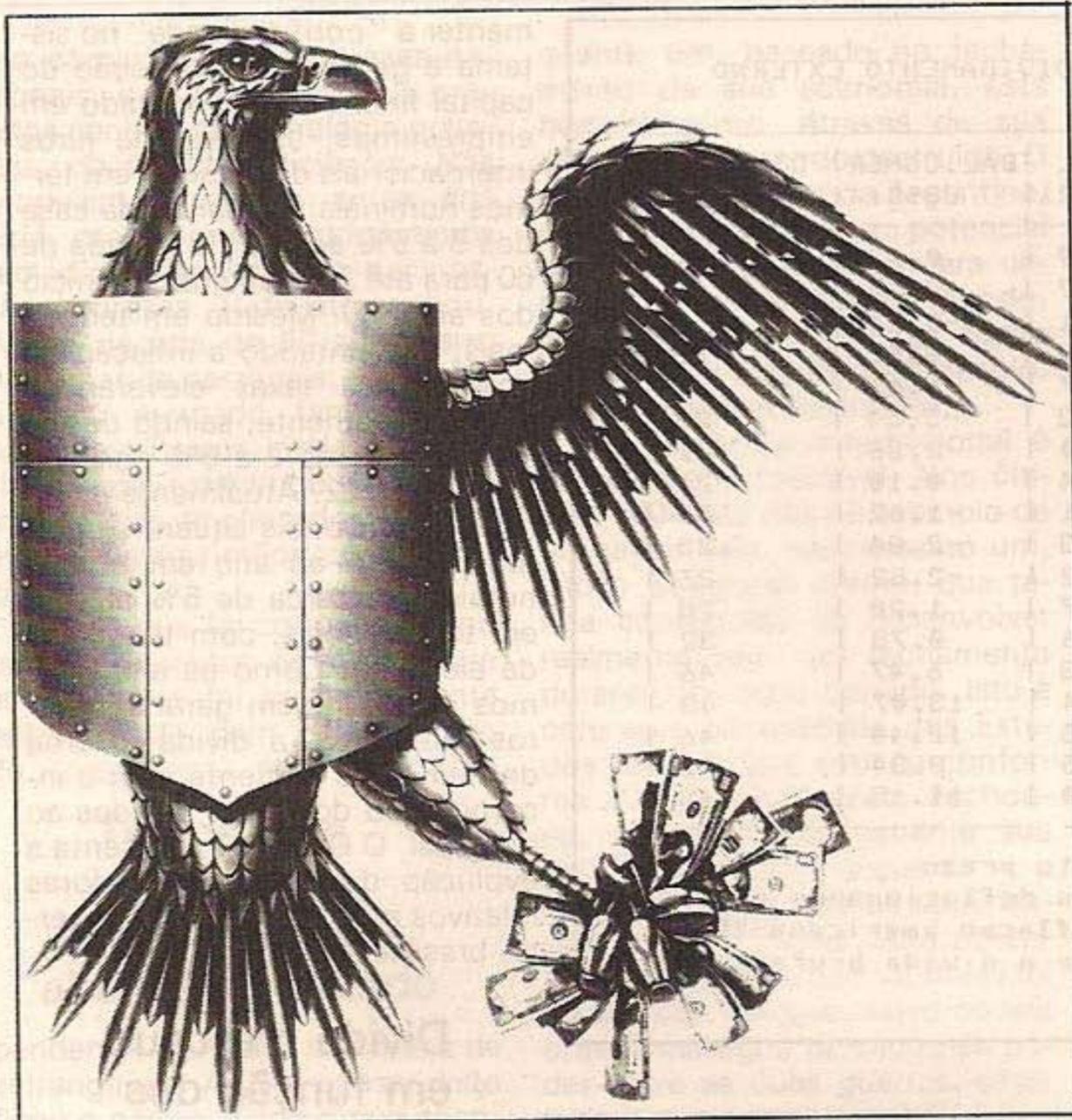
Dívida cresceu em função dos juros flutuantes

O quadro 1 apresenta, na sua primeira coluna, a evolução nominal da dívida externa de longo prazo do Brasil a qual, em termos reais, em valores de 1987 é mostrada na segunda coluna. Como já foi observado, ela teve um acelerado crescimento a partir de 1971 o que pode ser melhor visto no gráfico desta página.

Uma comparação significativa pode ser feita ao verificarmos a evolução do nosso comércio externo no mesmo período. Apesar dos anos de 74 a 80 apresentarem déficits comerciais, estes são amplamente compensados pelos superávits dos anos 80. Não se pode dizer portanto que os dólares obtidos com os empréstimos serviram para comprar mercadorias estrangeiras sejam para consumo ou investimento. Vale lembrar que estes saldos comerciais foram obtidos mesmo com a deterioração das chamadas relações de troca: os produtos exportados pelo Brasil, em geral, sobem menos de preço do que as mercadorias por nós importadas.

Por outro lado, sabemos que o endividamento não serviu para desenvolver o país. Um indicador deste fato está na última coluna

Arquivo



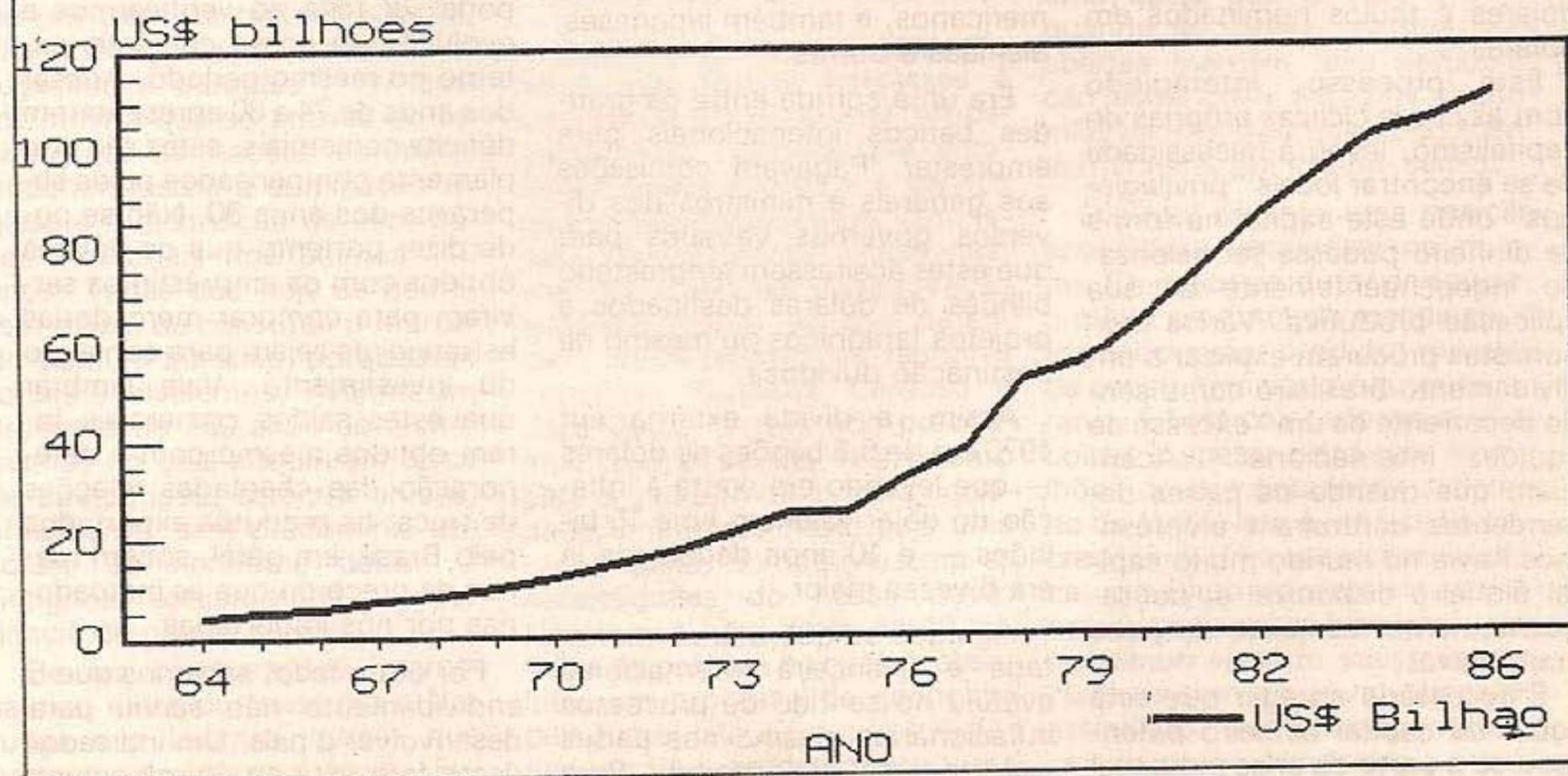
do quadro I. O montante da dívida aumentou muito mais do que proporcionalmente ao crescimento econômico e, conseqüentemente, a relação da dívida com o Produto Interno Bruto-PIB — evoluiu de 6% em 1970 para a casa dos 40% nos últimos anos. Se considerarmos que os títulos da dívida externa representam um

direito que estrangeiros têm em relação às riquezas aqui produzidas, dever 40% do PIB significa dever quase a totalidade de nossa produção industrial e agrícola de um ano. Este "direito" é exercido na medida que mandamos para fora do país muito mais mercadorias do que recebemos. A diferença serve para pagar principal-

mente juros do capital usurário. Voltamos à condição semelhante, em muitos aspectos, a das antigas colônias; uma boa parte do que é produzido no país é destinado ao mercado externo por conta de acordos passados. É o que alguns economistas batizaram de "armadilha da dívida".

A partir de 1982, o sistema monetário financeiro internacional aprofunda sua crise e patenteou-se que os recursos aplicados nos títulos de dívidas externas dos países dependentes não são resgatáveis. A moratória do México evidenciou o estágio a que se tinha chegado na aplicação deste esquema neocolonialista. A partir daí, os bancos internacionais pararam de emprestar dólares e a seus organismos institucionais como FMI e Banco Mundial coube a tarefa de administrar mais diretamente a retirada integral dos rendimentos devidos. Implantaram programas econômicos recessivos nos países dependentes para enquadrá-los nas necessidades do sistema. A dívida externa brasileira é matematicamente impagável a médio prazo, não se empresta mais ao Brasil. Mesmo "às custas de uma profunda e prolongada recessão, há que se ajustar sua economia ao pagamento líquido de somas volumosas de juros. Nada de pagar juros com novos empréstimos; que exportem o máximo para gerar as divisas necessárias". É mais ou menos esta a linha estratégica ado-

GRAFICO 2
EVOLUCAO DA DIVIDA EXTERNA DO BRASIL



tada pelo capital financeiro internacional após 1982.

Conversão pode alienar todo o nosso patrimônio

Mais recentemente uma boa alternativa para os monopólios internacionais, tem sido trocar os títulos da dívida por chamados ativos reais, valores de uso como empresas, terras, ouro e outros. Converter a dívida externa tem sido o complemento necessário no menu de opções nas negociações da dívida. Somente este ano, as conversões no Brasil deverão atingir cerca de 6 bilhões de dólares e os pedidos são de converter mais de 20 bilhões de dólares a curto prazo. Querem também converter os títulos da dívida externa em mercadorias de exportação. Ou seja, parte dos dólares relativos às nossas exportações não viriam mais para o Brasil e ficariam por conta da dívida passada.

Vale lembrar que os investimentos diretos somam 30 bilhões de dólares. Se um quarto da dívida for convertido, isto significa que o capital estrangeiro presente diretamente em nossa economia ficará o dobro do que é hoje. Engano pensar que os investimentos provenientes da conversão da dívida ampliam a produção em nosso país. Direta ou indiretamente, estes investimentos entram deslocando outros capitais. A valer o atual plano do imperialismo, caminhamos para uma desnacionalização completa da economia.

Estamos assim, em uma fase do domínio neocolonial em que o sistema em crise impõe aos povos dependentes uma situação semelhante ao regime colonial. A política imposta pelo FMI tem como ponto central a geração de mega-superávits comerciais que viabilizem a transferência líquida de recursos ao exterior com a contrapartida da drástica redução do consumo interno.

No Brasil, as conseqüências da política imposta pelo FMI são as mais perversas possíveis. Como exemplo podemos assinalar que a produção de arroz e feijão mantêm-se estagnadas há mais de 10 anos. O consumo per capita de carne bovina diminuiu cerca de

41% nos últimos 11 anos. A produção de automóveis está na mesma marca do final da década passada, o que considerando o grande aumento das exportações de veículos, faz com que a frota nacional esteja em declínio (o que fica para o mercado interno não chega a repor os automóveis que saem de circulação anualmente devido ao envelhecimento). De outra parte, os setores de exportação apresentam grande vitalidade incentivados pelos subsídios do governo e a taxa cambial favorável.

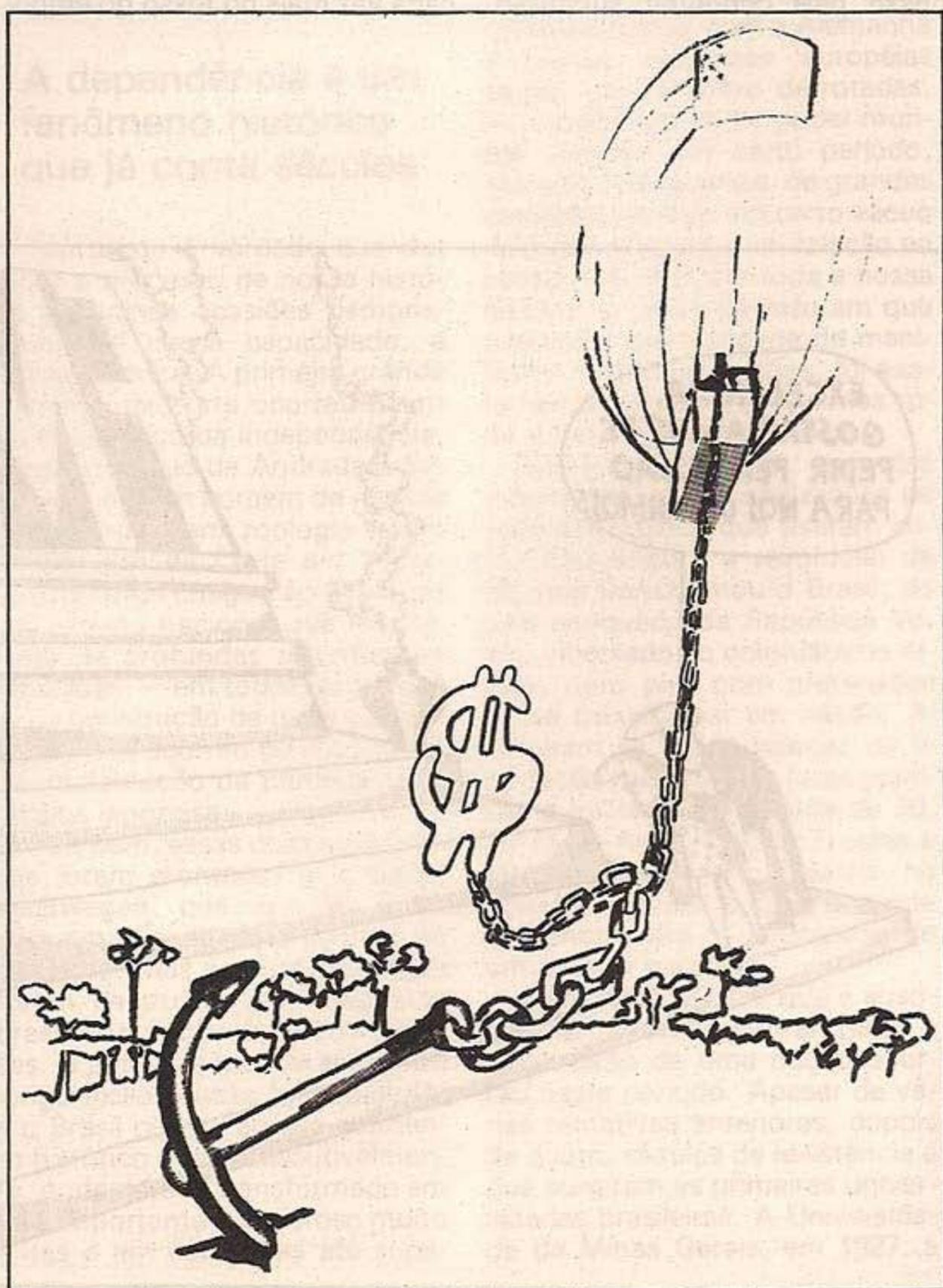
Isto para não dizer do significativo declínio nos investimentos públicos em infra-estrutura como energia elétrica, meios de transporte, comunicações e os sempre restritos investimentos de caráter social.

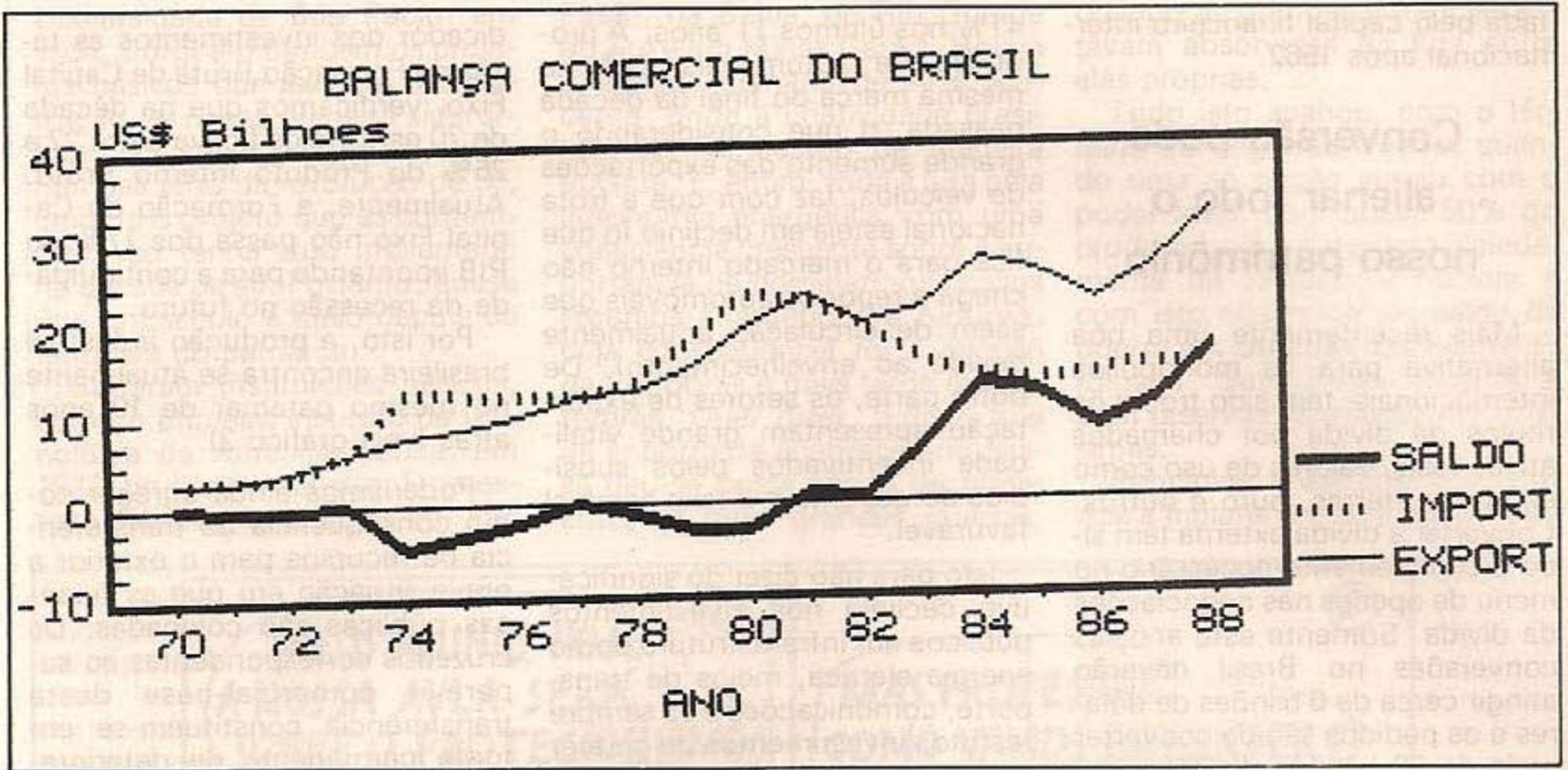
Os investimentos públicos são os mais atingidos, mas a deterioração é geral. Tomando como in-

dicador dos investimentos as taxas de Formação Bruta de Capital Fixo, verificamos que na década de 70 este índice ficava entre 22 e 25% do Produto Interno Bruto. Atualmente, a Formação de Capital Fixo não passa dos 17% do PIB apontando para a continuidade da recessão no futuro.

Por isto, a produção industrial brasileira encontra-se atualmente no mesmo patamar de 10 anos atrás (veja gráfico 3).

Poderíamos ainda agregar como conseqüência da transferência de recursos para o exterior a grave situação em que as finanças públicas são colocadas. Os cruzados correspondentes ao superávit comercial-base desta transferência constituem-se em fonte permanente de deterioração das contas públicas. Por mais que se procure cortar os gastos do governo, o déficit público continuará em ascensão au-



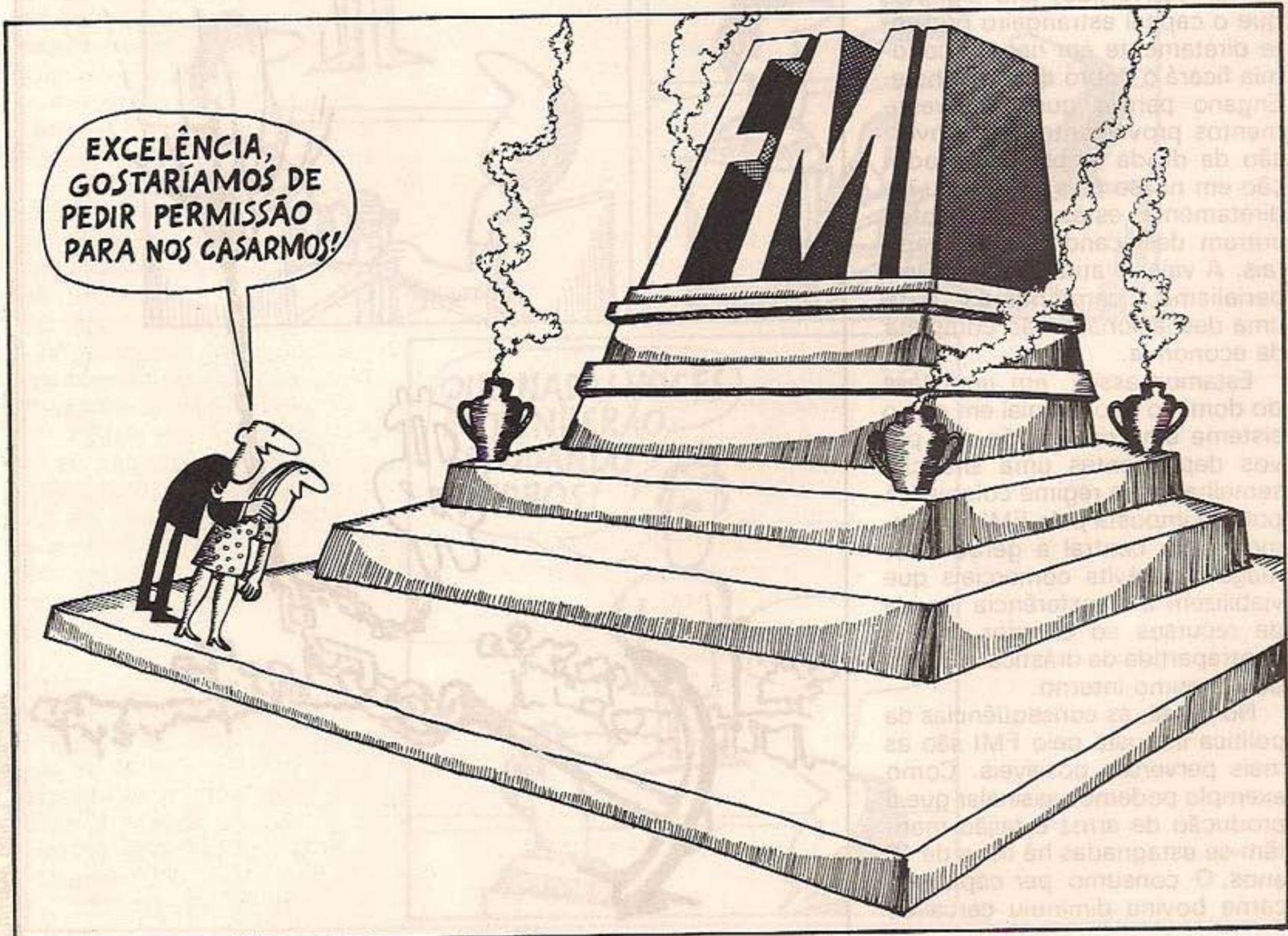


mentando as possibilidades inflacionárias no país.

Vê-se, portanto, que enquanto nosso país continuar submisso

aos ditames do capital financeiro internacional, seremos jogados cada vez mais no fosso do empou-

brecimento e estaremos caminhando para o descontrole geral da economia nacional.



Carta de Engels a Bloch

Foto: Arquivo

Uma das críticas do pensamento burguês ao marxismo é de que este seria um corpo de idéias reducionistas, ou seja, interpreta a realidade e suas mutações a partir de apenas de um de seus aspectos, no caso a base econômica. Mesmo entre aqueles que utilizam categorias marxistas de análise, mas na essência a tergiversam, é comum este tipo de enfoque, o que conduz a uma visão determinista e vulgarizadora do marxismo. Engels, nesta carta a Bloch, critica este tipo de deturpação do marxismo, chama a atenção para a "multidão de acasos" que exercem influência na história e para as "formas políticas da luta de classes".

Londres, 21/22 de setembro de 1890.

(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela — as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas — também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre



Engels no fim da década de 1870

esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau.

Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e

condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo. O Estado prussiano, por sua vez, nasceu e desenvolveu-se à base de causas históricas, em última instância, econômicas. No entanto, só por pedantismo se poderá afirmar que foi por imposição de outros fatores que, entre os vários pequenos Estados do norte da Alemanha, coube exatamente a Brandemburgo (sobretudo pelo fato de encontrar-se envolvido, através da ocupação prussiana, na questão

polonesa e, conseqüentemente, nas relações políticas internacionais, também decisivas na formação da potência dinástica da Áustria) transformar-se na grande potência em que se corporificaram as diferenças econômicas, lingüísticas e também, a partir da reforma, religiosas, entre o norte e o sul. Sem cair no ridículo, será muito difícil explicar, com apoio na economia, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado e do presente; ou as origens das trocas de consoantes no alto alemão, que fazem da muralha geográfica constituída pelas montanhas que se estendem dos Sudetos ao Tauno uma verdadeira linha de demarcação através da Alemanha.

Em segundo lugar, a história faz-se de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de uma multidão de condições de existência particulares. E, pois, de um conjunto inumerável de forças que se entrecruzam, de um grupo infinito de paralelogramas de forças que dão em consequência uma resultante — o acontecimento histórico —, que, por sua vez, pode ser encarado como produto de uma força única, que, como um todo, atua **inconsciente** e involutariamente. Pois o que um deseja tropeça com a resistência oposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava. Assim, toda a história transcorreu até hoje sob a forma de um processo natural e submetido, também, em sua essência, às mesmas leis de movimento. Não se deve, porém, deduzir que as diferentes vontades individuais sejam iguais a zero, pelo fato de que elas não alcancem o que desejam, mas se fusionem numa espécie de média geral, de resultante comum. Cada uma delas visa um objetivo a que a impelem sua constituição física e uma série de circunstâncias exteriores que, em última instância, são circunstâncias econômicas (condições particulares, suas, ou condições gerais da sociedade); e todas elas contribuem para a resultante comum e acham-se, portanto, incluídas dentro dela.

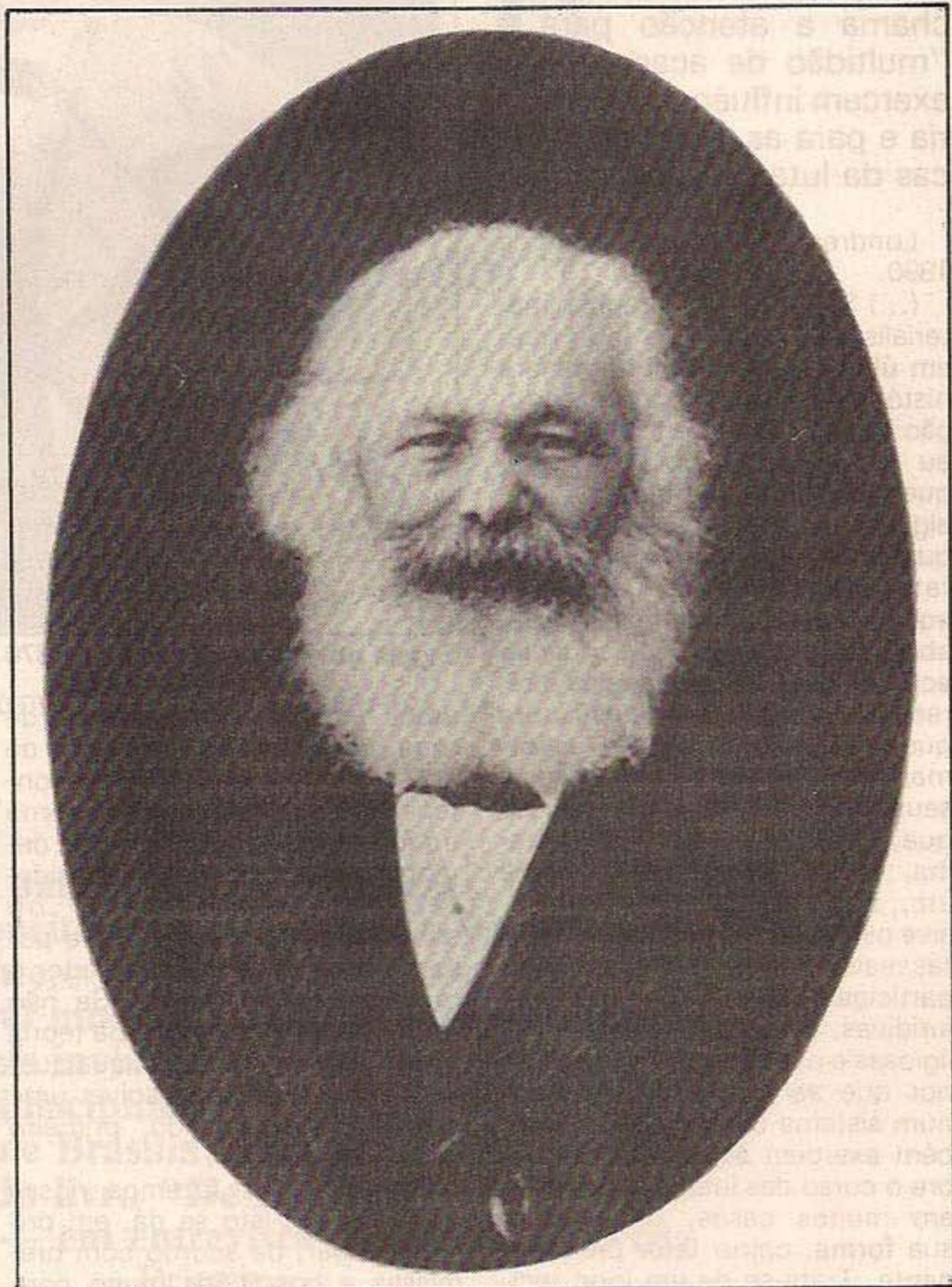
Além disso, tomo a liberdade de pedir-lhe que estude esta teo-

ria nas fontes originais e não em obras de segunda mão — fica, na verdade, muito mais fácil. Marx dificilmente escreveu um único trabalho em que esta teoria não desempenhasse seu papel. O "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" constituiu, em particulares, um exemplo magnífico de sua aplicação. Há também muitas referências, nesse sentido, em "O Capital". Além disso, permito-me sugerir-lhe ainda minhas obras "A Subversão da Ciência pelo sr. E. Duhring" e "Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã", em que está contida a exposição mais minuciosa que conheço sobre materialismo histórico.

Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos for-

çados a sublimar esse princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e das reações. Tão logo, porém, se devia analisar uma época histórica — e, portanto, aplicar esse princípio na prática —, as coisas mudavam e desaparecia a possibilidade de erro. Infelizmente, acontece com muita freqüência que se pense ter compreendido totalmente a nossa teoria e que se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado — e nem sempre de maneira exata — suas teses fundamentais. Não se acham isentos dessa censura muitos dos novos "marxistas", e assim se explicam certas coisas espantosas que surgem por aí. (...)

Foto: Arquivo



Karl Marx em 1882

Socialismo x Perestroika

DOIS CAMINHOS

NA EDUCAÇÃO

IDEOLÓGICA

Rogério Lustosa

Ao tomar o poder na Rússia, em 1917, além de erigir um novo sistema de produção, o proletariado lançou-se a um combate gigantesco contra a ideologia burguesa, por um novo modo de pensar, apoiado, como diz Lênin, "na disciplina livre e consciente dos próprios trabalhadores". Uma luta de massas longa e difícil, de muitas gerações.

O grande chefe da revolução russa advertia que seria "uma revolução mais difícil e mais decisiva do que o derrubamento da burguesia, pois é uma vitória sobre a própria rotina, o desleixo, o egoísmo pequeno-burguês, sobre todos esses hábitos que o maldito capitalismo deixou em herança ao operário e camponês".

Depois de 1956, com a traição revisionista de Krushev, e o início da restauração do capitalismo na URSS, voltam à cena as mazelas do pensamento burguês. O próprio Gorbachev, para vender o peixe podre da "perestroika" é obrigado a revelar que o trabalhador perdeu o ardor adquirido na construção do socialismo e voltou a ver o trabalho como um castigo.

Célula do novo

O dia 10 de maio de 1919 tornou-se um marco na batalha pela

nova ideologia. Os ferroviários da linha de ferro Moscou-Kazan decidiram trabalhar voluntariamente 6 horas, nos sábados, para "assegurar as conquistas da revolução", ameaçadas pela guerra civil.

O correspondente do Pravda relatou esta experiência: "Nunca se viu tanto entusiasmo e harmonia no trabalho. Terminado o trabalho, uma centena de comunistas, fatigados mas com os olhos brilhantes de alegria, saudaram o êxito do trabalho com o canto solene da Internacional. E, como ondas formadas por uma pedra atirada à água, as notas triunfais do hino propagavam-se pela Rússia operária a despertar os cansados e desleixados."

Em 17 de maio os trabalhadores introduziram os sábados comunistas na linha Alexandrovskaja. A produtividade do trabalho foi duas ou três vezes superior ao habitual. Em 31 de maio a iniciativa foi em Tver. Em 5 de julho em Sáratov. Um novo espírito movia os operários. Em vez de trabalharem para o patrão, tangidos pela fome, a troco de um salário miserável, passavam a ter interesse na produção. Eles eram os donos dos meios de produção. Vinculavam sua vida ao desenvolvimento

social. Ao fortalecerem a coletividade, sabiam que este era o caminho para a emancipação pessoal de cada um.

Lênin encheu-se de entusiasmo com a boa nova. "Os sábados comunistas têm uma imensa importância histórica precisamente porque nos mostram a iniciativa consciente e voluntária dos operários no desenvolvimento da produtividade do trabalho, na passagem a uma nova disciplina do trabalho e na criação de condições socialistas na economia e na vida (...) O sábado comunista dos operários ferroviários da linha Moscou-Kazan é uma célula da sociedade nova, socialista, que traz a todos os povos da terra a emancipação do jugo do capital e das guerras."

Ele assinalou que a nova concepção de trabalho comunista é, "no sentido mais rigoroso e estrito da palavra, um trabalho não remunerado em benefício da sociedade (...) sem ter em conta qualquer recompensa, um trabalho por hábito de trabalhar para o bem geral e pela atitude consciente (transformada em hábito) perante a necessidade de trabalhar para o bem comum, um trabalho como exigência de um organismo são".



Lênin discute o plano GOELRO durante o 8º Congresso dos Soviets, em 1920. Pintura de L. Shmatkó.

Escravo ou senhor

O capitalismo reserva duas alternativas a cada um, de acordo com sua situação na sociedade: roubar os outros ou ser roubado, trabalhar para enriquecer ainda mais os ricos ou explorar o trabalho dos outros; ser dono de escravos ou ser escravo. A mudança da base material da sociedade, com o fim da propriedade privada e da exploração, cria a possibilidade de novas relações entre os homens, baseadas na fraternidade dos trabalhadores. A revolução de 17 iniciou este processo.

A classe operária, ao derrubar a burguesia do poder, passou a dirigir toda a vida do país, através do seu Partido e do Estado proletário. Com o seu heroísmo, sua abnegação e unidade, e sua visão científica das transformações sociais, era a vanguarda capaz de educar a grande massa de explorados na nova filosofia do trabalho. Era a força apta a fundir a técnica e a ciência mais avançada com a união consciente dos trabalhadores, para forjar um novo mundo.

Uma das primeiras preocupações foi livrar o povo soviético da ignorância. O socialismo herdara da opressão burguesa milhões de analfabetos. "Comunismo —

afirmou Lênin discursando para a Juventude Comunista — significa que os rapazes e moças se digam: esta é a nossa tarefa; nos organizaremos e iremos às aldeias liquidar o analfabetismo."

Fiodor Matsuk, ativista da coletivização na região de Tambov, relembra: "ingressei no Partido em 1924, atendendo ao apelo lançado por ocasião da morte de Lênin. Durante o dia trabalhava no campo e, à noite, ensinava os analfabetos a soletrar "não somos es-cra-vos".

Desde 1921, ao lado do esforço para educar os milhões de analfabetos, foram criadas 87 faculdades operárias, com 27 mil alunos. Já em 1925 eram 113 faculdades, com 43 mil alunos. Em 1934 foram criadas as universidades kolkhosianas, com cursos de dois anos.

Operário de choque

Animado com a industrialização do país, definida como tarefa central pelo Partido, Nikolai Nekrasov, membro da Juventude Comunista, iniciou, em 1926, a formação de grupos de "operários de choque". O objetivo era reorganizar o sistema de trabalho, abolir os velhos métodos, inovar no sentido de obter maior produtividade. Sete anos depois já havia 5 milhões destes pioneiros.

Em 1935, 65% dos operários se enquadravam nesta qualificação.

Em 1930 operários de choque de Leningrado sentiram a necessidade deles mesmos analisarem e melhorarem, com suas sugestões, o plano quinquenal apresentado pelo governo soviético.

A imprensa deu ampla cobertura à proposta. Milhares de trabalhadores aderiram a esta "ousadia". Familiarizaram-se com os problemas da organização da produção. Sentiram na prática a dificuldade de transformar o entusiasmo revolucionário em objetivos concretos, metas a serem alcançadas e formas práticas de executar o planejado.

Muitas vezes tiveram que enfrentar a resistência de engenheiros e técnicos burocratizados. Mas receberam apoio caloroso dos comunistas. E, na prática, as idéias inicialmente pouco organizadas se encaixaram e aperfeiçoaram as metas. O plano quinquenal foi realizado em quatro anos e três meses! Os trabalhadores aprendiam com rapidez a manejar o poder que conquistaram para construir a nova sociedade.

Desafio ao gigante

Os operários da metalúrgica Ik-

hora, em Leningrado, como seus camaradas da Comuna de Paris, em 1871, mostraram-se dispostos a "tomar os céus de assalto".

O governo soviético encomendou à Ikhora um laminador — o primeiro a ser produzido na URSS. Encomendou também outro equipamento deste à fábrica alemã Demag — que possuía experiência e maquinário altamente sofisticado. Para se ter uma idéia, em 1930 foram produzidos, em todo o mundo, 12 laminadores. Todos pela Demag.

Os metalúrgicos da Ikhora chamaram o laminador de "encomenda da revolução", e anunciaram que derrotariam o gigante capitalista alemão. Marcaram logo a data de concluir o trabalho. Quem estivesse preso à velha lógica do trabalho jamais compreenderia a "loucura" do desafio.

Nos últimos três dias, nenhum operário abandonou a oficina. Foram 72 horas febris. No dia 30 de abril, exaustos, mas nunca tão alegres em toda a vida, comunicaram: "Está pronto o primeiro laminador soviético, feito de materiais soviéticos, pelas mãos dos soviéticos, sem nenhum auxílio estrangeiro". O laminador foi entregue ao governo no Dia do Trabalho, cumprindo o prazo prometido, de nove meses.

Vencer a Demag não era um assunto restrito ao comércio ou à indústria, era questão da revolução e da construção do socialismo. A Demag só entregou o seu laminador em 12 meses. Três meses de diferença!

Em 1935 o Partido Bolchevique mostrou a necessidade de especializar e elevar o nível técnico dos trabalhadores. Até então, a questão chave era dotar o país de uma infra-estrutura material moderna. Concluída esta fase, "os quadros decidem tudo" dizia Stálin. O impulso para o estudo ganhou as massas. Até fins de maio deste ano, um milhão e trezentos mil trabalhadores submeteram-se a testes de qualificação para avaliar seu desempenho e planejar as medidas adequadas para melhorá-lo.

O conteúdo da educação tinha presente a meta de forjar o novo homem socialista e não a mera elevação da produção. Nadedja Krupskaja advertia, desde o início dos cursos de especialização: "O ensino profissional não deve só

preparar o executor, o operário-mecânico, mas também deve preparar o trabalhador para convertê-lo em diretor da indústria".

Batendo recordes

Em 30 de agosto de 1935, Aléxei Stakhanov, vencendo a velha rotina do trabalho, extraiu, com uma perfuradora automática, 102 toneladas de carvão na mina Irmínio Central: 14 vezes a produção normal. Três dias depois, seguindo o exemplo, outro operário, Miron Diukanov, arrancou 115 toneladas. Em 8 de setembro o próprio Stakhanov bateu novo recorde, com 175 toneladas. Nova onda revolucionária, "despertando os cansados e desleixados", varreu o país. Metalúrgicos, ferroviários, operários de todas as categorias surgiam como heróis do trabalho.

Em 14 de novembro, 3 mil trabalhadores realizaram em Moscou a 1.ª Conferência Stakhanovista. Representavam 40 mil operários recordistas — na maioria jovens, muitos dos quais haviam cursado as faculdades operárias. Em janeiro de 36 já eram 100 mil stakhanovistas. A iniciativa de Stakanov transformara-se em movimento de massas.

É bom salientar que a base destes avanços era principalmente a racionalização do trabalho, a introdução de métodos e técnicas mais modernos e não propriamente a aceleração dos ritmos.

No campo, coube a uma mulher, Maria Demchenko, no II Congresso dos Kolkhosianos de Choque, em Moscou, lançar o brado: colher 500 quintais de beterraba (para a produção de açúcar) por hectare. Em 1936 o desafio dos 500 já havia passado a "movimento dos mil"! (1 quintal = 58,7 kg).

Os trabalhadores da mina Artem, na região do Donetz, também para aperfeiçoar a produção, lançaram a idéia de "reboçar" os retardatários. Uma mina vizinha sempre ficava abaixo dos planos de produção. Um belo dia recebeu a visita de um "grupo rebocador", formado com operários de choque da Artem. A recepção não foi amistosa. Mas os "rebocadores" retrucaram: "Vimos trazer um auxílio camarada. E ficaremos aqui até cumprir nossa tarefa". Em pouco tempo as

metas foram atingidas. E a experiência se alastrou com incrível rapidez.

No período do primeiro plano quinquenal, de 1928 a 32, a produtividade do trabalho subiu 41%. No segundo, de 1933 a 37, sob o impulso do movimento stakhanovista, aumentou 82%. Entre 1928 e 54, na URSS, a produtividade multiplicou-se por seis. Estes êxitos se davam em condições de pleno emprego. No capitalismo, ao contrário, o desemprego é um dos "estímulos" principais para o operário se dedicar ao trabalho.

A grande tarefa da vanguarda revolucionária era incorporar as massas operárias na direção do Estado. Até então os trabalhadores obedeciam ordens, num regime alheio a seus interesses. Agora tratava-se de assumirem conscientemente o papel de protagonistas, na produção e na administração do país.

"A organização feudal do trabalho social — diz Lênin — assentava na disciplina do cacete, na ignorância e no embrutecimento extremos dos trabalhadores. A organização capitalista do trabalho social assentava-se na disciplina da fome, e a massa enorme dos trabalhadores, apesar de todo o progresso da cultura e da democracia burguesa, continuou a ser, mesmo nas repúblicas mais avançadas, mais civilizadas e mais democráticas, a massa ignorante e embrutecida dos escravos assalariados ou dos camponeses esmagados, espoliados e escarnecidos por um punhado de capitalistas. A organização comunista do trabalho social, de que o socialismo constitui o primeiro passo, assenta e assentará cada vez mais na disciplina livre e consciente dos próprios trabalhadores."

Herói do trabalho

Com o socialismo, pela primeira vez na história da humanidade o trabalho passa a ser um dever de todos, sem distinção alguma, e todos passam igualmente a ter direito ao trabalho. O trabalho passa a ser o critério maior de honra e de heroísmo. Em vez de uma rotina estafante, torna-se uma atividade criadora, mobilizadora e alegre.

Na União Soviética, a revolução criou o título honroso de He-

rói do Trabalho Socialista. No capitalismo tem o empresário do ano, o mais elegante, o mais rico. Para os trabalhadores sobra o troféu de operário-padrão, que em geral quer dizer o "puxa-saco" do ano.

Gorbachev, reconhecendo o grau de putrefação a que chegou a sociedade soviética com a traição revisionista, assinala que tornou-se comum "a prática de se colocar itens falsos nos relatórios só para auferir ganhos (...) Todas as pessoas honestas viam com amargura que o povo estava perdendo seu interesse nos assuntos sociais, que o trabalho não mais possuía seu status de respeitabilidade, que o povo, principalmente os jovens, perseguia o lucro a qualquer custo".

Que distância entre esta confissão vergonhosa e o apelo entusiasmado de Mikhail Kalinine à Juventude Comunista, em 1941: "Que classe de jovens seríeis se

não sonhásseis com uma vida grande, se cada um de vós não pensasse em derrubar montanhas ou em levantar o mundo com a alavanca de Arquimedes?"

Expressando o sentimento do cidadão comum, Lênin afirmava com muito vigor: "Que cada um tenha pão, que todos usem calçados sólidos e boa roupa, tenham casa quente, trabalhem conscientemente e que nem um só vigarista (incluindo os que fogem ao trabalho) passeie em liberdade, mas esteja na prisão ou cumpra pena de trabalhos forçados do tipo mais duro. Que nenhum rico, que infrinja as leis do socialismo, possa escapar à sorte dos vigaristas, que por justiça deve ser a do rico (...) Quem não trabalha não come, eis o mandamento prático do socialismo".

Dois caminhos

Como se organiza o trabalho

no novo regime dirigido pela classe operária? Em que se diferencia do velho regime burguês de exploração?

No capitalismo manda a concorrência: a derrota ou a morte de uns, a vitória e o domínio de outros. O sucesso das empresas poderosas se dá pela quebra das que foram ultrapassadas. A economia funciona pela disputa feroz dos capitalistas em busca do lucro máximo, fruto da propriedade burguesa sobre os meios de produção.

No socialismo impera a emulação revolucionária: competição para levantar os ânimos, estímulo ao aperfeiçoamento e à melhoria da produção, mas ajuda amistosa dos adiantados aos atrasados, visando ao sucesso de todos. Os meios de produção tornam-se propriedade social. A lei econômica fundamental é, como afirma Stalin, "assegurar a satisfação máxima das necessidades mate-

Foto: Arquivo



Stakhanov, mineiro do Donets. Sua iniciativa desencadeou poderoso movimento de emulação socialista

riais e culturais, sempre crescentes, da sociedade, mediante o desenvolvimento e aperfeiçoamento ininterruptos da produção socialista à base da técnica mais avançada”.

Assim, se em certas empresas os trabalhadores melhoram a produção e notam-se dificuldades em outras, brigadas de ajuda dirigem-se em solidariedade aos camaradas. Vão estudar os problemas, explicar os novos métodos, dar o exemplo com o trabalho conjunto.

Não é este o pensamento da “perestroika”. Gorbachev prega abertamente “o fechamento (falência) das fábricas e indústrias que operam com prejuízo (...) Como a economia pode avançar se cria condições preferenciais para empresas pouco desenvolvidas e penaliza as que mais se sobressaem”? Este procedimento é plenamente justificado no capitalismo, onde domina a anarquia na produção. Em oposição, no socialismo vigora o planejamento e o desenvolvimento harmonioso da economia.

Hoje, na URSS, fecham-se empresas que outrora foram dos operários. E que, mesmo não sendo “lucrativas” em certos momentos, poderiam desempenhar papel importante para defender interesses dos trabalhadores e do conjunto da economia.

Conquista dos camponeses

Nos anos de 1929–30, inúmeros operários foram voluntariamente ao campo ajudar a organização dos colcosos. Cada grupo trabalhava de três a seis semanas — ajudavam tanto no trabalho com as máquinas como na educação política e ideológica, por sua compreensão mais avançada da revolução. Muitos operários acabaram ficando nos colcosos.

Isaac Babuchkine, organizador dos grupos na cidade de Dnepropetrovsk — na Ucrânia — relata que “eles não só ingressavam de bom grado nestas equipes como também criavam, eles próprios, condições materiais necessárias para o trabalho no campo”. Os trabalhadores da cidade constituíam um “fundo de coletivização” com descontos nos salários de cada um, para garantir a manutenção dos voluntários. Naquela região, só no primeiro se-

mestre de 1929, duzentas equipes operárias dirigiram-se para os colcosos.

Os jovens eram os mais entusiasmados na tarefa de construir a nova sociedade. Os participantes da Juventude Comunista que se deslocaram para a aldeia Perechepkino escreveram no seu diário: “Convocamos os camponeses e explicamos o objetivo de nossa chegada. Começamos a executar o trabalho — conserto de máquinas. Inicialmente os camponeses ficaram perplexos: como se podia trabalhar gratuitamente?”

Aos poucos, entretanto, foram percebendo o novo espírito que vigora na sociedade dirigida pelos operários. Como relata Babuchkine, “os camponeses revelavam interesse cada vez maior em relação à vida dos operários. Por este motivo, o Comitê Regional do Partido passou a organizar visitas sistemáticas de delegações de camponeses à cidade. No período de 1929–30, só na fábrica de laminação de tubos V.I. Lênin e na metalúrgica G.I. Petróvski, estiveram cerca de 7 mil camponeses”.

A ligação operário-camponesa se estreitava. Os trabalhadores da oficina de altos-fornos, conta ainda Babuchkine, foram premiados com um trator, por êxitos na emulação. Ofereceram o prêmio aos camponeses. Por sua vez, os colcosianos da aldeia Teplovka, competindo com os operários, conseguiram superar o plano de produção de trigo e centeio.

Vencer o velho

É claro que isto não se realizava espontaneamente. Havia resistência furiosa das classes exploradoras derrotadas. E choque de idéias velhas e novas entre os próprios trabalhadores. Mas o processo de educação quebrava antigos tabus. No colcós Smitchka, na Sibéria Oriental, ainda como resultado de preconceitos contra as mulheres, os homens recusaram-se a trabalhar sob o comando de uma mulher, Natacha Tverina, que concluía um curso de especialização.

Diante disto, as mulheres organizaram uma equipe feminina, que foi a primeira a cumprir a tarefa de plantio de cereais, numa área de 360 hectares. Dentro do espírito da emulação socialista,

as trabalhadoras vitoriosas não deram seu trabalho por terminado. Deslocaram-se para socorrer a teimosa equipe masculina. Agora, evidentemente, tiveram de ser aceitas. E chegaram para a labuta com um grande cartaz: “Levemos a reboque a segunda equipe”. Lição de trabalho e lição de idéias avançadas. Ganhou o socialismo, ganharam os homens e as mulheres.

Em que sociedade, onde predomina a exploração, alguém que termina a sua obrigação vai ajudar os colegas? No socialismo a tarefa não se limita ao trabalho do dia. Forma-se uma nova maneira de avaliar a vida e o tempo. Já não se trata de entregar o sangue e o suor para multiplicar a riqueza e o poder dos ricos. A revolução do poder político tem continuação com a revolução na produção e nas idéias.

Em tudo este sistema difere da sociedade burguesa. No capitalismo a busca do lucro faz cada invenção ser guardada como segredo. É ser “protegida” por patentes, para que outros não possam ganhar com ela. No socialismo, qualquer inovação, na técnica, na ciência, nos métodos de trabalho, são divulgadas com rapidez, transformam-se imediatamente em patrimônio de milhões. As equipes pioneiras vão a todo lado mostrar na prática os avanços e ensinar as novidades.

Visão pequena

Vale notar uma questão importante. Com a revolução, a burguesia é derrotada politicamente, perde os meios de impor, ameaçar e ludibriar as massas. Mas durante muito tempo sobrevive a pequena produção — que cria capitalismo e burguesia a cada dia. A pequena burguesia — com suas concepções estreitas, mesquinhas — permanece intimamente entrelaçada com os trabalhadores, penetra em todos os poros da sociedade.

Técnicos graduados intelectuais, pequenos proprietários, se não adotam o ponto de vista do proletariado, desconfiam do povo e da sua capacidade de aprender e de dirigir uma nova sociedade. Olham as coisas não através do social mas a partir de seu próprio umbigo. Estão sempre prontos a revelar ao mundo a “sua” última verdade e a “sua” inova-

dora descoberta sobre qualquer assunto.

Vivem horrorizados com a disciplina — que pode castrar a sua sacratíssima individualidade — e com a possibilidade de não serem notados e valorizados como julgam que merecem. Fingem alegrar-se com os sucessos dos trabalhadores. Mas mal conseguem disfarçar sua desmedida ambição de dirigir tudo. A tal ponto chegou esta camada que acabou produzindo dentro do próprio Partido homens como Bukharin e Trotsky, que se tornaram inimigos mortais da revolução e do proletariado — que no desespero de assaltar os postos de comando não vacilaram em fazer acordos com o serviço secreto nazista para sabotar a pátria do socialismo.

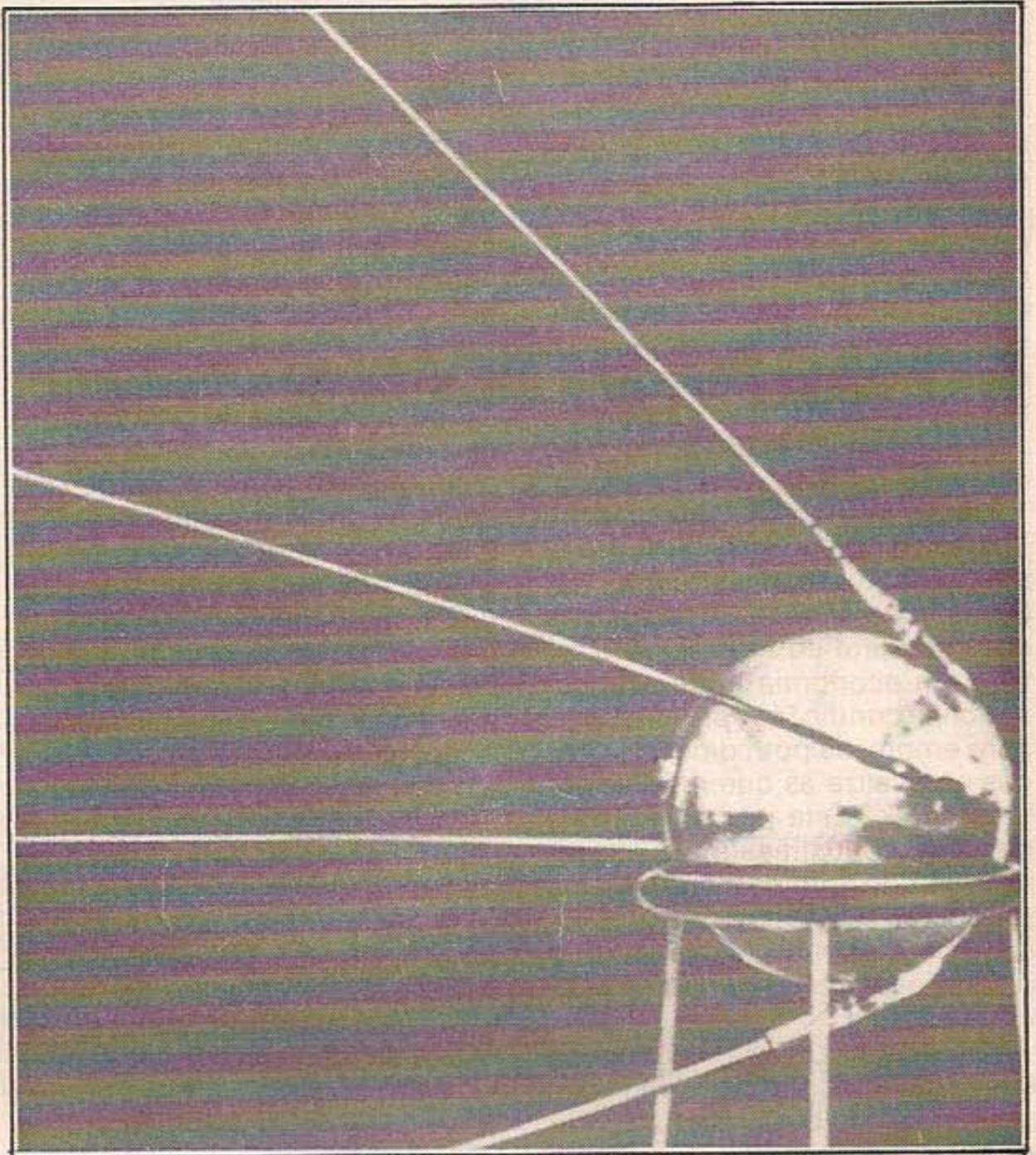
A pequena burguesia é uma camada intermediária, entre a burguesia e o proletariado. Sonha em subir e, ao mesmo tempo, é empurrada para baixo. Não tem um projeto próprio. Imagina uma liberdade absoluta, desligada da realidade social, que se realizaria em cada indivíduo. Não aceita que, numa sociedade dividida em classes, ou há liberdade para a burguesia e opressão para o trabalhador, ou o proletariado usa a força para se libertar, tomar o poder e construir o socialismo.

Na época do primeiro plano quinquenal, os pequenos burgueses, céticos, berravam: "é o delírio, só loucos planejam fundir 10 milhões de toneladas de ferro-gusa por ano". Os trabalhadores soviéticos, surdos a tais apelos, de fato reformularam o plano: para 17 milhões!

O socialismo, para avançar, deve realizar um esforço concentrado para livrar as massas desta influência ideológica. "Essas tradições e estes hábitos — dizia Stálin em 1924 — atormentam milhares e milhares de trabalhadores, dominam às vezes camadas inteiras do proletariado, representam em certas ocasiões um perigo enorme à própria existência da ditadura do proletariado".

Cultura elevada

A educação comunista, para vencer as concepções burguesas e pequeno-burguesas, abrange todos os terrenos do pensamento. Segundo Kalinine, seu objeti-



Primeiro satélite artificial soviético (1957)

vo é o "desenvolvimento da consciência política e da cultura geral, e a elevação do nível intelectual das massas".

No próprio Partido Bolchevique, o grande mestre da formação ideológica mostrava que o militante precisava "formular os seus próprios pensamentos, manejar independentemente a sua própria bagagem intelectual, em vez de limitar-se a fazer citações de livros. Não necessitamos de gente que só conheça a letra do marxismo, mas de homens que dominam o método marxista e saibam aplicá-lo na vida prática".

A nova mentalidade na URSS não se apoiava em concepções limitadas. Pelo contrário, o Partido insistia em demonstrar que a cultura proletária teria que assimilar e transformar toda a riqueza de conhecimentos produzidos pela humanidade em todo o seu desenvolvimento.

Na literatura, no teatro, nas ciências e nas artes em geral, o poder soviético tratou de difundir as obras clássicas russas e estrangeiras. Shakespeare, Schil-

ler, Molière e outros autores foram traduzidos. Da mesma forma foram reeditadas as obras de Gogol, Tolstói e de inúmeros outros expoentes do povo russo. Novos talentos brotaram por toda parte. Gente como Gorki, Maiakovski, Alexei Tolstói, Sholokov, Fadeiev, Furmanov, passou a ser amplamente lida no país e no exterior.

A URSS saiu do obscurantismo czarista para ser, proporcionalmente, um dos primeiros países, senão o primeiro, em edição e leitura de livros e revistas, produção cultural e científica. Na escola, os textos dos grandes autores nacionais e estrangeiros passaram a servir de base para o estudo, desde os primeiros passos.

Os trabalhadores tinham sede do saber. Anastasia Tenikhina, que militou na coletivização da terra na região de Voronej, lembra: "As mudanças ocorridas influenciavam de forma especialmente benéfica às mulheres. Entre elas despertou a aspiração de uma vida nova e independente, o gosto de adquirir conhecimentos.

Às altas horas as mulheres estavam de bom grado. E de dia trabalhavam no campo e na horta”.

Os meios de informação se multiplicaram. Os jornais, tanto de alcance nacional como os locais, das fábricas, dos colcoses, das Estações de Máquinas e Tratores, brotavam aos milhares. Nos colcoses, em 1933, havia cerca de 200 mil jornais murais. As Estações de Máquinas e Tratores tinham 1.400 jornais, somando 675 mil exemplares. Em 1938 circulavam na URSS 8.550 jornais, com uma tiragem aproximada de 37 milhões de exemplares. E cerca de três milhões de trabalhadores escreviam como correspondentes destes jornais.

Em 1938, um ano antes que os Estados Unidos, a URSS inaugurou seu sistema de televisão. A ciência avançou vertiginosamente. Em 1955, os soviéticos construíram a primeira usina de energia nuclear do mundo. Em 1957, o primeiro satélite artificial, o Sputnik, subia à estratosfera, anunciando a superioridade socialista no terreno da tecnologia.

Teste de fogo

Mas a consciência socialista — o amor ao novo regime, ao Partido e ao governo proletários — atravessou uma prova de fogo com a guerra. A invasão dos tanques e divisões de elite nazistas criava a possibilidade real de esmagar toda a obra construída.

Diante da agressão, os operários de vanguarda lançaram a palavra de ordem: “trabalhar pelos camaradas que lutam na frente”. No dia 17 de agosto de 1941, organizou-se um “domingo vermelho”, do qual participaram nove milhões de pessoas, para contribuir com o fundo de defesa.

Na Geórgia, relata Koba Tchokheli, que trabalhava no colós Zemo Kedi, os camponeses passaram a entregar ao Estado 1.500 toneladas de cereais, ao invés das 800 de antes da guerra. Os colcosianos recolheram voluntariamente dinheiro para adquirir um carro de combate, oferecido às forças blindadas.

Em 12 de julho de 1942, os habitantes de Stalingrado, em conjunto com o destacamento do Exército Vermelho na região, iniciaram a defesa da cidade, mobilizados pelo chamamento de Stá-

lin: “Nem um passo atrás!” Suportaram um combate desigual, que se desenvolveu bairro por bairro, casa por casa, e cômodo por cômodo nos casarões antigos, contra tropas infinitamente melhor equipadas.

Depois de um cerco de quatro meses, em 20 de novembro de 1942 iniciaram o contra-ataque. As forças soviéticas envolveram os nazistas num movimento de pinças gigantesco. E em 2 de fevereiro de 1943, o mundo comemorou a vitória da democracia e do socialismo na frente de Stalingrado. Esta virada marcava o início da derrota hitlerista na guerra.

A história da defesa apaixonada da pátria atacada emociona até hoje todos que lêem a literatura dedicada a esta época. Operários, camponeses, mulheres e jovens, no Exército, na guerrilha, na atividade clandestina nas áreas ocupadas, mostraram toda a grandeza do novo homem socialista, já revelada no amor ao trabalho sob o novo regime.

Em Stalingrado, um casarão de quatro andares, na Praça 9 de janeiro, foi defendido das investidas alemãs — durante dois meses — por um punhado de combatentes sob o comando do sargento Pavlov. Nesta desesperada tentativa de desalojar os soviéticos, os nazistas perderam mais homens que em toda a tomada de Paris — onde a classe dominante burguesa capitulou e foi incapaz de mobilizar o povo para a luta.

Em Sebastopol o povo bateu-se também com dedicação sem igual. Foi obrigado a retirar-se depois de 250 dias de cerco, quando a fome ameaçava liquidar a todos. Mas causou 300 mil baixas ao agressor.

Papel do partido

Quem dirigia e alimentava tamanho heroísmo? Quem era o responsável maior para indicar o caminho, as formas e os planos do combate? O Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética, que apontara os rumos para levar o proletariado ao poder em 1917, que conquistara o coração das amplas massas na construção do socialismo era, também diante das hordas selvagens do nazismo, o destacamento de vanguarda, a esperança de vitória. E, por mais que isto horrorize a bur-

guesia, à frente deste Partido estava o grande chefe revolucionário Josef Stálin.

Prova deste reconhecimento e da estreita ligação entre o Partido e os trabalhadores, é que no ano de 1942, no auge da agressão alemã, quando ser comunista significava estar nos postos mais difíceis e colocar a vida em permanente perigo, um milhão e trezentos e quarenta e nove mil homens e mulheres soviéticos ingressavam no PC(b)US.

Quando o Exército Vermelho tomou a ofensiva, colados com as tropas soviéticas que expulsaram os nazistas, os trabalhadores reconstruíam o “seu” país, o “seu” socialismo. Só em 1943, nas zonas libertadas, as Estações de Máquinas e Tratores passaram de 394 para 1.072, por iniciativa dos camponeses e operários.

Se houvesse a mínima dúvida para os soviéticos, entre o capitalismo e o socialismo, bastaria um pouco menos de heroísmo. Um pouco menos de adesão e fidelidade dos trabalhadores ao Partido. Um pouco menos de confiança no Estado proletário. Os tanques alemães fariam o resto. Eles chegaram a 20 quilômetros de Moscou.

Esta confiança não era em vão. A transição do capitalismo ao comunismo é um combate em todos os terrenos. Além de vencer a sabotagem das classes dominantes derrotadas, e todos os costumes milenares, tem que enfrentar inclusive a agressão armada externa. Só um destacamento temperado pela luta, apetrechado com a ciência marxista-leninista “que goze da confiança de tudo o que há de honrado dentro da classe operária” e que incorpore os melhores e mais avançados lutadores do proletariado, pode levar a cabo a tarefa de orientar o povo até a vitória.

Sem um destacamento avançado deste tipo, a revolução não pode superar os obstáculos, não pode contar com todo o potencial dos próprios trabalhadores, vencer a apatia, a desconfiança e mesmo as tendências de acomodamento com os primeiros resultados das mudanças.

Stálin acentuava que “sem a colaboração constante e ativa das massas, será impossível transformar o aparelho do Estado de alto a baixo, eliminar dele os fatores de burocracia e corrup-

ção". O Partido dedicava-se com afinco a pulsar o estado de espírito dos trabalhadores e chamar seus melhores elementos para intervir diretamente nos órgãos do governo. Ao mesmo tempo, sabia formular diretrizes mobilizadoras e comprovadas no dia a dia. Por isto era reconhecido como direção.

Via burguesa

É esclarecedor comparar a sólida unidade entre governo, povo e Partido vista acima, com a situação "nos últimos 15 anos", confessada por Gorbachev, depois da reconstrução capitalista: "Começou a decadência moral e pública. O forte sentimento de solidariedade forjado durante os tempos heróicos da revolução, dos primeiros planos quinquenais, da Grande Guerra Patriótica e da reabilitação pós-guerra, estavam enfraquecendo. O alcoolismo, o consumo de drogas e o crime aumentavam".

E tal situação só pode agravar-se com a linha da "perestroika":

associação com as multinacionais (joint-ventures), legalização das empresas privadas e das cooperativas de tipo particular (capitalista) arrendando as terras dos antigos colcoses por 50 anos, incentivos para que a mulher volte a cuidar das "tarefas domésticas"...

O que permite a modificação da mentalidade de vida e de trabalho é a mudança na base material da sociedade. A revolução quebra o sistema de trabalhadores de mãos vazias e com fome, de um lado, e de ricos proprietários do outro, dando ordens. O desenvolvimento social e a satisfação das necessidades individuais passam a ser um processo harmônico. Do trabalho de cada um depende o crescimento da coletividade. E este avanço cria melhores condições para cada um. O trabalhador tem nas suas mãos o seu presente e o seu futuro. Torna-se senhor de seu trabalho e das riquezas por ele produzidas.

Nesta realidade a pregação do ideal comunista encontra guarida. A experiência prática é o

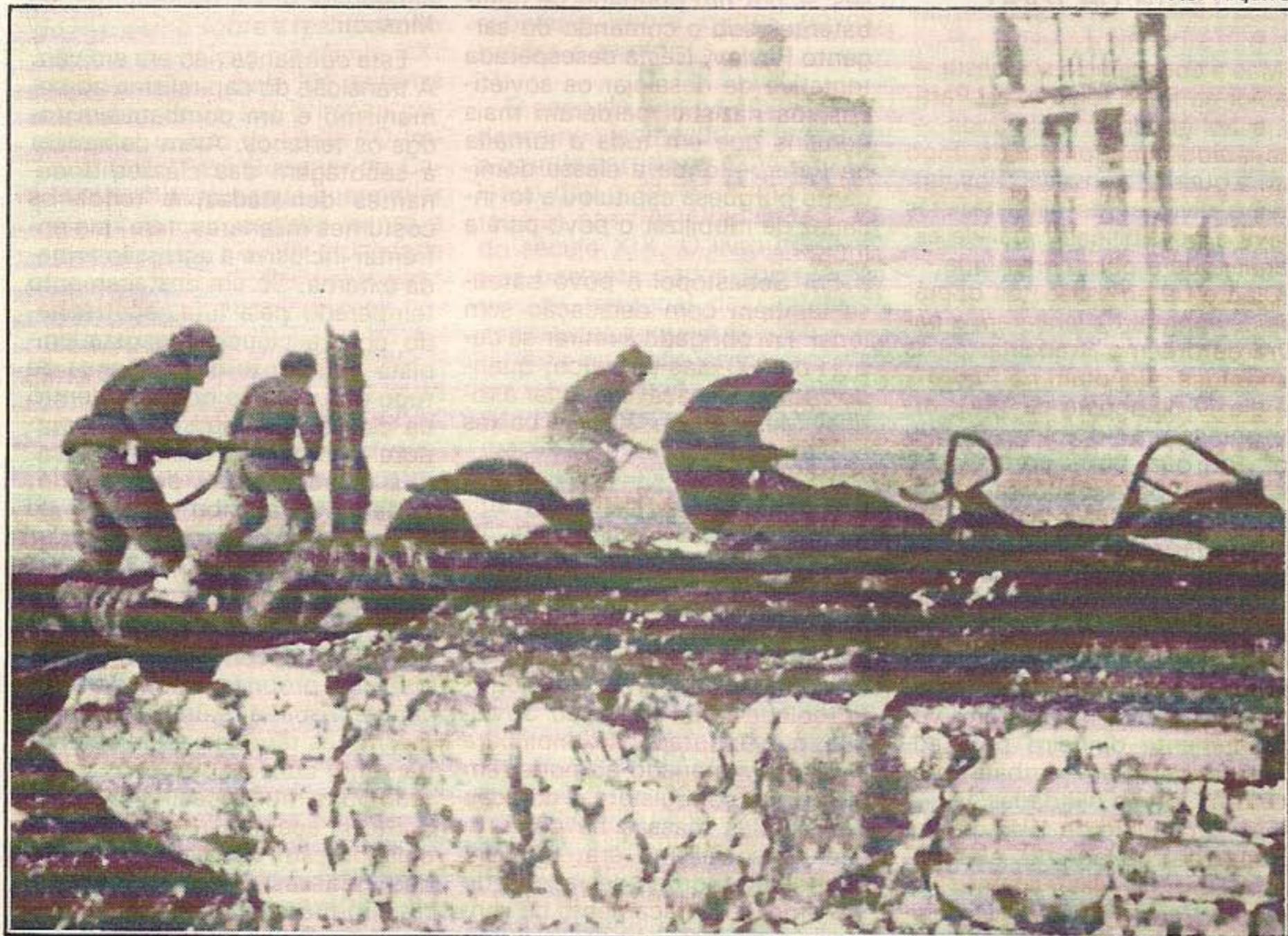
maior argumento para conquistar cada dia mais o coração das massas. O espírito entusiástico, o otimismo, a alegria de viver, são características do novo homem. O ódio ao caduco, à rotina e à passividade; a busca do novo e do progresso, são as idéias com que o Partido da classe operária sempre tratou de educar o povo.

Em contrapartida, na medida em que os trabalhadores foram alijados do poder e do controle sobre os meios de produção, voltam a trabalhar para satisfazer interesses alheios, da nova burguesia soviética, só encontram frustração. O pessimismo, o medo do futuro, a filosofia do desespero, são próprias do sistema burguês.

Inimigo camuflado

Na URSS o modo pequeno-burguês de ver o mundo sob a ótica do indivíduo, afastar-se dos grandes ideais e buscar sobretudo a segurança pessoal, camuflou-se e permaneceu vivo, apesar do prolongado combate. A pequena burguesia, entrincheira-

Foto: Arquivo



Em Stalingrado o povo combateu em cada rua, em cada casa e porão. Uma das mais heróicas epopéias da 2ª Guerra.

da em gabinetes, escondida em cada frente de trabalho, em cada fábrica e em cada cooperativa socialista, conseguiu minar o próprio Partido. Criaram-se condições para a liquidação do poder operário e a reconstrução do capitalismo.

Desde a subida de Krushev ao poder iniciou-se a retirada dos meios de produção das mãos dos trabalhadores. Já em 1957 as primeiras Estações de Máquinas e Tratores foram vendidas aos coloses. E Gorbachev, como produto mais refinado desta pequena burguesia, que ao assenhorear-se da máquina estatal transformou-se em grande burguesia, dá hoje um salto ainda maior na traição ao socialismo.

Não é por acaso que a argumentação matreira da "perestroika", prometendo um socialismo cor-de-rosa, que "não faz mal a ninguém", cativa tanto a pequena burguesia. É o que ela sempre sonhou: não ser atormentada pelo proletariado indomável que ousa romper com tudo o que está estabelecido em busca da "vida grande" de que fala Kalinine.

É esta gente que Gorbachev representa. Por isso apressa-se em afirmar que, finalmente, a "intelligentsia" deixou de ser perseguida. E cuida de "reabilitar" figuras desqualificadas como Trotsky e Bukharin. Permite inclusive que o pintor Stanislav Kapilov expresse "livremente" sua preferência pe-



As filas na URSS: um problema que a "perestroika" não resolve.

lo Czar Nicolau — que a revolução varreu do poder pintando seu retrato e o expondo, no último dia 13 de setembro, no centro de Moscou. Só não se tem liberdade, na URSS da "perestroika" — para alívio da pequena burguesia — de defender o "desalmado" Stálin e os reais interesses socialistas.

Entre o socialismo, garantido pela ditadura do proletariado, e a ditadura burguesa, desde que enfeitada, cinicamente, como florzinhas vermelhas, como a "perestroika", o pequeno burguês se sente mais seguro ao lado de Mikhail Gorbachev.

É o divórcio entre o trabalhador e os meios de produção que gera

a preguiça, a desonestidade, a falta de perspectiva, a luta para "levar vantagem em tudo", às drogas e ao alcoolismo. Marx, há mais de um século, tratou cientificamente do processo de alienação do trabalhador no sistema capitalista. Gorbachev, mesmo com seu ódio ao marxismo-leninismo, certamente já leu isto. Mas finge desconhecer. E seus adeptos por todo lado encenam o mesmo teatrinho.

Resta saber até quando será possível ludibriar e manter calada a heróica classe operária soviética, que realizou a maior transformação social jamais vista na história e inaugurou uma nova era para a humanidade, com a revolução socialista de 1917.

Bibliografia

- Esquerdismo, doença infantil do comunismo — Lênin
- Uma grande iniciativa — Lênin
- Como organizar a emulação — Lênin
- Tarefas da juventude — Lênin
- A emulação e o entusiasmo das massas no trabalho — Stálin
- Manual de economia política — Academia de Ciências da URSS
- História da URSS — Academia de Ciências
- Sobre a educação comunista (discursos e artigos) — Mikhail Kalinine
- O leninismo e o problema agrário campesino — S. Trapeznikov
- O materialismo histórico — F.V. Konstantinov
- Restauração do capitalismo na URSS — Martin Nicolas
- O primeiro sulco — depoimentos de velhos kolkhosianos
- URSS, uma nova civilização — Sidney e Beatrice Webb
- Perestroika — Mikhail Gorbachev
- Os quinquênios econômicos soviéticos — Leonid Danilov
- Quem foi beneficiado com a industrialização na URSS — V.V. Borodine

Política nuclear brasileira.

Uma ameaça à segurança da população

Olival Freire Júnior*

Um ano depois do acidente de Goiânia o governo Sarney anunciou uma reformulação de certo alcance na política nuclear brasileira. Destacam-se entre as medidas anunciadas a criação do Conselho Superior de Política Nuclear, que ficará responsável pela formulação da política nacional de energia nuclear, a extinção da Nuclebrás, a transferência da responsabilidade pela construção das usinas Angra II e III para a Eletrobrás e a extinção da NUCLEI.

Mostraremos que as recentes alterações da política nuclear brasileira atacam, de forma superficial, uma das características da política nuclear brasileira, a dispersão de esforços. Mas consolidam os aspectos mais nocivos adquirindo um feitiço de verdadeira ameaça à segurança do povo brasileiro. Analisaremos quatro aspectos básicos cotejando-os com as recentes decisões governamentais: a indefinição da política, os fins militares, a questão ambiental e a questão energética.

Política nuclear

A história da política nuclear brasileira é a história de iniciativas contraditórias, muitas vezes anu-

lando-se mutuamente. É também a história de um conto-do-vigário exemplar, o Acordo Nuclear Brasil — Alemanha assinado em 1975. Também é uma história de disputa pelo poder entre uma camada de militares, burocratas e tecnocratas.

A pesquisa em física nuclear no Brasil iniciou-se na década de trinta com a criação da Universidade de São Paulo e a contratação de cientistas estrangeiros para aqui implantar cursos e desenvolver pesquisas.⁽¹⁾ Mas é no final da Segunda Guerra que ocorrerá o primeiro ato governamental que poderíamos caracterizar como elemento de uma política nuclear. O Departamento de Estado americano, através do seu Subsecretário Edward R. Stettinius Jr. conseguiu em fevereiro de 1945 a concordância do presidente Vargas para a aquisição das areias monazíticas — matéria-prima para combustíveis nucleares — brasileiras, a verdadeiro preço de banana: 30 dólares por tonelada. A exportação de areia monazítica brasileira continuou ininterruptamente até 1951. Este acordo de exportação levou o pomposo nome de Acordo Atômico Brasil — Estados Unidos.

Esta postura entreguista encontrou oposição de setores polí-

ticos e intelectuais patrióticos. No próprio governo esta oposição expressou-se através do Almirante Álvaro Alberto. No plano diplomático esta oposição expressou-se na Assembléia Geral da ONU, onde a delegação brasileira chefiada pelo Almirante teve papel importante na rejeição do Plano Baruch proposto pelos EUA que colocaria todas as atividades nucleares sob o comando de uma autoridade supranacional, controlada pelos países que detinham a tecnologia nuclear, à época os próprios EUA.

A luta entre grupos nacionalistas e entreguistas pela definição da política nuclear brasileira estendeu-se pelos anos 50 e 60, com vitórias parciais para os dois lados. Exemplo típico da evolução pendular da nossa política nuclear ocorreu em 1953 quando o mesmo Almirante Álvaro Alberto "foi autorizado pelo presidente Vargas a ir à França e à Alemanha inteirar-se dos progressos da tecnologia nuclear. Esta missão viveu alguns episódios rocambolescos, como a contratação da construção secreta de três estágios de uma instalação de ultracentrifugação para a separação isotópica de hexafluoreto de urânio por 80.000 dólares, pagos diretamente pelo governo brasileiro

ao Instituto de Física e Química da Universidade de Bonn. Em 1954, na véspera do embarque dos equipamentos para o Brasil, os norte-americanos vetaram a operação e, com a interveniência das tropas inglesas de ocupação, apreenderam as centrífugas. O embargo só foi levantado em 1956, durante o governo Eisenhower.) (2).

No período pós 1964 a linha mais nacionalista na política nuclear brasileira ficou bastante enfraquecida, seja pela orientação abertamente entreguista do regime militar, seja pela cassação de cientistas de destaque defensores destas posições como os físicos Leite Lopes e Mário Schemberg. Os remanescentes destes grupos buscaram neste período uma aproximação com o próprio regime que levou a uma forte militarização da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, órgão que aglutinava no período anterior de 1964 os setores nacionalistas.

Acordo com Alemanha

A iniciativa mais importante do regime militar na área nuclear ocorreu em 1975, quando o General Geisel assinou o Acordo Brasil – Alemanha. O acordo previa a construção de 8 usinas ao custo de 10 bilhões de dólares. Previa também a transferência para o Brasil de uma determinada tecnologia de produção do combustível nuclear partindo do urânio como matéria-prima. Esta tecnologia, denominada de jato centrífugo, ainda não estava testada mesmo na Alemanha. Aliás, a extinção da NUCLEI, anunciada por Sarney, é o reconhecimento da inviabilidade deste processo tecnológico comprado aos alemães.

O Acordo Brasil – Alemanha revelou-se um verdadeiro fracasso. O governo Sarney, ainda em 1985, reconheceu ao reduzi-lo para duas usinas e formalizar o adiamento dos prazos mesmo para estas. Inicialmente previstas para estarem concluídas em 1986 e 1987 as usinas de Angra II e III agora estão previstas para 1993 e 1995 respectivamente. “Já nos custaram 4 bilhões de dólares em estarem concluídas. Este acordo constituiu o que alguns convencionaram chamar de o negócio do século, somente com-

parável aos contratos de compra de usinas nucleares realizadas por Reza Pahlevi, do Irã, com empresas norte-americanas, posteriormente anulados pela revolução xiita” (3).

Insucessos

Estes insucessos levaram o próprio regime militar a buscar outro caminho. No início dos anos 80, a Marinha, articulada com a CNEN, desenvolveu secretamente, e sob seu controle, o chamado Programa Nuclear Paralelo revelado publicamente no ano passado pelo governo Sarney. Este programa é mais promissor do ponto de vista tecnológico, permitindo o desenvolvimento autônomo nesta área. Em particular este programa desenvolveu, com sucesso, uma tecnologia de produção do combustível nuclear, chamada de ultracentrifugação, distinta daquela constante no Acordo Bra-

sil – Alemanha e que nunca saiu da fase de projeto.

Levamos, portanto, quase oito anos nos dando ao luxo de desenvolver dois programas nucleares. Isto num país com uma dívida externa astronômica e com graves carências sociais. É esta dispersão que as medidas governamentais recentes tentam eliminar. Especialmente através da extinção da Nuclebrás, criada com o único fim de executar o Acordo com a Alemanha e da centralização da política nuclear no conselho criado. Mesmo neste aspecto as medidas são limitadas. Primeiro porque os reais executores do mal fechado acordo Brasil – Alemanha continuam em posições-chaves nesta área. É o chamado grupo Geisel na questão energética em geral e nuclear em especial. A começar por Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia. E em segundo porque os militares já anunciaram que não aceitam dividir o comando nesta frente. O Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, apressou-se a declarar no dia imediato ao anúncio das medidas governamentais que seu Ministério não irá perder o poder de decisão sobre o programa nuclear desenvolvido pela Marinha (OESP, 2/9/88)

Militarização

O segundo aspecto a salientar na atual política nuclear brasileira é a sua militarização. O programa nuclear paralelo, sob o comando da Marinha, foi desenvolvido secretamente por quase oito anos. Mas os fins belicistas da política nuclear brasileira ficaram evidentes quando a maioria da Constituinte, sob pressão dos ministérios militares, recusou proposta de texto constitucional apresentado pelas sociedades científicas brasileiras com mais de 30.000 assinaturas, proibindo a produção, o armazenamento e o transporte de artefatos nucleares pelo Brasil.

Os fins belicistas ficam também evidentes quando o governo brasileiro aceita salvaguardas internacionais para os reatores de Angra, para os reatores de pesquisa, para as instalações nucleares no âmbito do Acordo Brasil – Alemanha mas recusa estas mesmas salvaguardas quando se trata do Programa Paralelo, de-



Ilustração: Chico Martins

envolvido em Aramar, no IPEN e no CTA.

As medidas anunciadas pelo governo federal são completamente omissas na garantia dos fins pacíficos da política nuclear brasileira. A luta contra o belicismo inerente à nossa política terá nova fonte de inspiração na iniciativa da Sociedade Brasileira de Física de propor a criação de um órgão/sistema subordinado ao Congresso Nacional com competência técnica para supervisionar e fiscalizar, inclusive com inspeções *in loco*, as instalações nucleares brasileiras que estejam fora das salvaguardas internacionais contra bombas nucleares e de articular com a Asociación Física Argentina uma proposta idêntica ao Congresso Argentino.

Meio ambiente

É na questão da segurança ambiental que a política nuclear brasileira apresenta a sua feição mais perversa. O acidente de Goiânia revelou a incapacidade do governo brasileiro para assegurar a defesa da nossa população ante os mais elementares usos dos fenômenos nucleares. A opinião pública mundial tem desenvolvido grandes movimentos contra o impacto ambiental dos dispositivos nucleares preocupando-se com problemas como: corrida armamentista, possível guerra nuclear e o conseqüente desaparecimento da vida na Terra, testes nucleares, acidentes em usinas com vazamento de material radioativo como em Three Milles Island, nos EUA e Chernobyl na URSS, e guarda do "lixo atômico". Não se registra, todavia, um movimento de opinião pública contra o uso da radioatividade na medicina, na agricultura e em pesquisas científicas. E tal ocorre porque os riscos aí envolvidos podem ser completamente controlados com severa fiscalização do licenciamento e uso destes dispositivos.

No Brasil um hospital abandona um aparelho radioativo num local de fácil acesso. Cidadãos desinformados levam-no para um ferro velho e demolem a proteção de chumbo para a venda deste metal. E ocorre o acidente. Três mortos, mais de 50 internamentos, 250 contaminados. Uma cidade estigmatizada. E o que é pior: nos próximos anos serão re-



Ilustração: Bernardo Joffe

gistrados aumentos na incidência de câncer entre as pessoas contaminadas e deformações genéticas nos seus descendentes. Assim como tivemos no passado a criação da Associação das vítimas da Talidomida, hoje temos no Brasil a Associação das Vítimas do Césio, fundada em dezembro do ano passado.

Decorrido mais de um ano desde os trágicos acontecimentos em Goiânia, persiste sem solução a causa de fundo do acidente. O mesmo órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização das atividades nucleares, a CNEN, é também órgão executor da política nuclear e produtor de artefatos radioativos. É como botar cachorro para tomar conta de lingüiça.

Uma dificuldade adicional para a adoção de providências é que entre certos setores científicos existe uma subestimação do pro-

blema. Um exemplo: a comissão constituída pelo governo Sarney para avaliar o Acordo do Brasil-Alemanha analisa no item 11 das suas conclusões "os impactos ambientais do uso de cada forma de energia". Dedicar 10 linhas ao impacto ambiental da combustão do carvão e aos riscos de "inundação de extensas áreas do território nacional". Quanto aos riscos inerentes ao uso dos fenômenos nucleares como fonte de energia dedica 3 parcas linhas para afirmar genericamente que "os riscos e impactos ambientais do uso da energia nuclear devem igualmente ser objeto do mais acurado exame e de medidas institucionais apropriadas". Esta leviana conclusão sobre os riscos da energia nuclear foi elaborada por uma comissão com a participação de cientistas brasileiros do renome de Oscar Sala, Leite Lopes, Marcelo

Damy, Ramayana Gazzinelli, entre outros. Estas conclusões causaram grande mal estar nos meios científicos, tendo o físico Rogério Cerqueira Leite tachado os subscritores destas conclusões de "nucleopatas e sofistas".

Incompetência

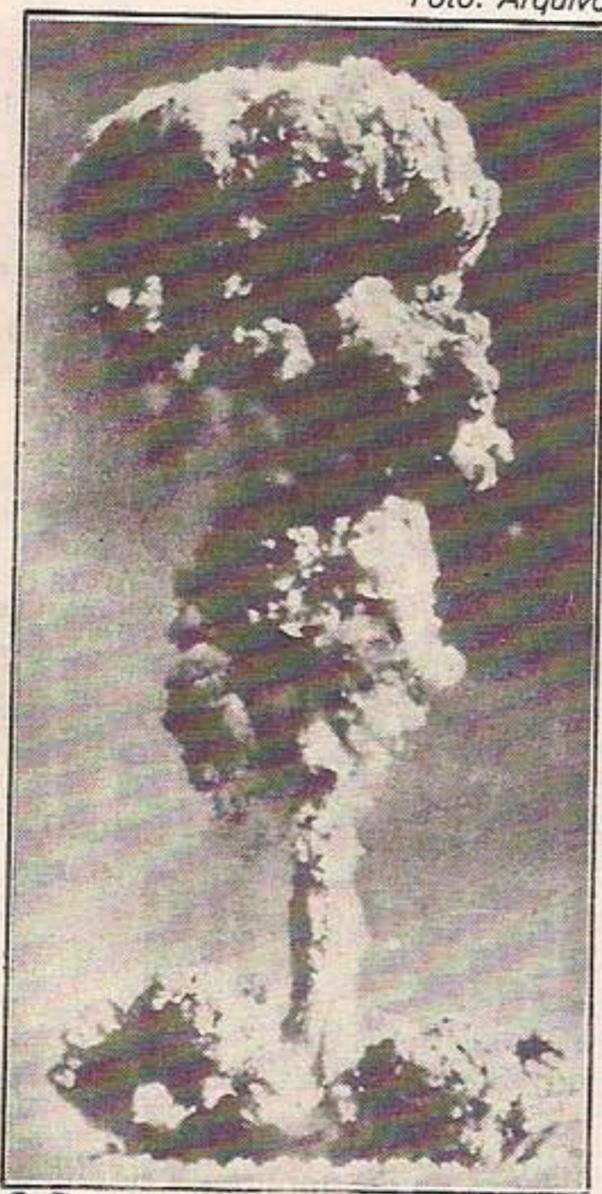
A incapacidade e a despreocupação da CNEN com a proteção ambiental são gritantes. Em relatório encaminhado ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, anteriormente ao acidente de Goiânia, não faz a menor referência à fiscalização de aparelhos radioativos usados na medicina e na indústria. Levantamento feito pelo CRA, órgão do governo da Bahia, revelou que a CNEN só tinha conhecimento de 25% dos aparelhos radioativos existentes naquele estado. Mesmo em Goiânia teremos problemas no futuro. A CNEN passou para o governo do Estado de Goiás a responsabilidade do lixo atômico. A própria CNEN afirmou publicamente que o depósito estará em boas condições de segurança apenas até o ano que vem. Coincidentemente é quando termina a sua responsabilidade (4).

Cabe assinalar que nas medidas anunciadas pelo governo Sarney não há uma só destinada a resolver este problema pelo qual, no Brasil, o órgão federal que executa a política nuclear é o mesmo encarregado, nesta espera, pela fiscalização destas atividades. Não é por desconhecimento do problema. Desde 1975, pelo menos, a Sociedade Brasileira de Física tem exigido do governo a criação de um órgão especial de fiscalização das atividades nucleares, com orçamento próprio e participação paritária de representantes da sociedade civil. Medida, aliás, adotada por quase todos os países que lidam com dispositivos nucleares.

Fonte energética?

Quanto ao uso dos fenômenos nucleares como fonte capaz de suprir parte da demanda energé-

Foto: Arquivo



O Brasil precisa da bomba?

tica brasileira, o primeiro comentário a fazer é que se fôssemos depender desta fonte teríamos tido grave déficit nos últimos 10 anos. É que a primeira usina, a Angra I, comprada dos americanos no início dos anos 70 até hoje não funciona regularmente. É justamente denominada de usina-vagalume. Já o acordo com a Alemanha previa a construção de oito usinas para fazer frente ao "previsto" déficit dos anos 80. Nem ocorreu o déficit, nem as usinas foram concluídas. O déficit não ocorreu porque o governo superestimou o crescimento econômico considerando que a economia manteria os índices de crescimento do "milagre" econômico da época do General Médici. E também subestimou as nossas reservas hidrelétricas. Agora as usinas estão reduzidas a duas, com previsão de entrarem em funcionamento em meados da década de 90.

A discussão sobre a viabilidade econômica da energia nuclear e da existência de outras alternativas de suprimento energético es-

capa ao objetivo deste artigo. Mas a política nuclear de um país democrático e soberano deve necessariamente subordinar o uso de uma fonte energética com riscos ambientais tão graves, alguns sem solução consistente como o do "lixo" nuclear a uma decisão soberana das populações envolvidas. Tal foi a decisão da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Sintomaticamente o estado que terá de conviver com as usinas Angra I, já concluída, e Angra II, em construção. Positiva, neste sentido, a decisão da Constituinte de subordinar a localização das usinas a lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

No que toca ao financiamento da construção das usinas, as medidas anunciadas pelo governo federal trazem embutidas uma importante consequência para o bolso do cidadão. Com a extinção da NUCLEBRÁS sua dívida externa, de 4,6 bilhões de dólares passa à responsabilidade do Tesouro Nacional. Ou seja, ao bolso do trabalhador. E o financiamento para concluir Angra II e construir Angra III passa à responsabilidade da ELETROBRÁS, ou seja, cada consumidor de energia elétrica passará a pagar mensalmente, embutido na conta de luz, a herança do governo do General Geisel, o espólio do finado Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Concluimos que a nossa política nuclear é uma política de dispersão de esforços, militarizada, sem fins pacíficos assegurados e sem nenhuma preocupação ambiental. A sociedade brasileira deve exigir uma política que evite a dispersão de esforços e incorpore as universidades brasileiras no seu desenvolvimento. (*) Uma política transparente, sob o comando de autoridades civis e cuja primeira preocupação seja a proteção da saúde ambiental. E principalmente uma política decidida democraticamente pela sociedade.

(*) Que priorize os investimentos em pesquisa para uso da energia nuclear em aplicações industriais, biomédicas e agricultura.

1. *Ciência e Libertação*, J. Leite Lopes, Editora Paz e Terra, 1978, págs. 137-50
2. *O Brasil Nuclear*, vários autores, editora Tchê! 1987, pág. 17
3. *De Estado civil a nação soberana*, J. W. Bautista Vidal, Editora Vozes, 1987, pág. 172
4. *Informe*, Boletim informativo da SBPC, n.º 140, pág. 3

Alguns pressupostos filosóficos da pós-modernidade

José Carlos Ruy

* *Jornalista e historiador. Colaborador de "Princípios"*

A questão da modernidade é um tema muito debatido entre intelectuais, artistas, políticos, empresários, no Brasil de hoje. Ela se baseia na idéia de que o Brasil precisa atualizar-se, embarcar no bonde da história e, para isso, adquirir novas tecnologias — principalmente na área da informática e de outros setores de ponta da economia moderna como a química fina, a biotecnologia etc.

Quem tem agitado a questão são principalmente empresários ligados ao grande capital (brasileiro e multinacional), e políticos e intelectuais a ele ligados. Eles defendem a manutenção e o aprofundamento do atual modelo econômico vigente no país, que produz bens de grande requinte para uma elite endinheirada, e deixa de fora, à margem do mercado de consumo, a enorme massa empobrecida, cerca de dois terços da população, cuja renda mal dá para atender a necessidades básicas, como alimentação e moradia. Os porta-vozes do grande capital pregam que só há salvação nesse caminho, que conduz a uma integração maior do Brasil na economia internacional (1).

Os grandes empresários têm interesses específicos nesta questão. Querem manter intocado o atual modelo econômico e aumentar seus negócios com o mundo. Para a grande burguesia,

a tese da modernidade significa o aprofundamento da articulação com o mercado mundial, sob hegemonia do grande capital brasileiro e multinacional.

Para as áreas sob domínio ideológico da burguesia, essas teses se traduzem em um conjunto de idéias que dominam o debate contemporâneo sobre a modernidade. Eles valorizam o domínio do mercado em todas as áreas da atividade humana, a prostração servil ante o imperialismo e suas modas intelectuais e o abandono de qualquer projeto coletivo. As teses da modernidade e do pós-moderno diluem a fronteira entre a cultura erudita e os produtos da indústria cultural, radicalizando a tese de que **tudo é cultura**: um filme publicitário tem o mesmo valor cultural que uma sinfonia de Beethoven. Elas destróem também toda perspectiva histórica, incapazes de compreender o presente como parte de um processo cujas raízes estão na experiência humana vivida coletivamente. A realidade é transformada em imagens dilaceradas e o tempo é fragmentado numa série de presentes perpétuos, "uma perpétua mudança que apaga aquelas tradições que as formações sociais anteriores, de uma maneira ou de outra, tiveram de preservar" (2).

Os propagandistas da modernidade entendida dessa forma — domínio do mercado, submissão

ao estrangeiro, perda do sentido da história — encantam-se com idéias que julgam novas. Já se proclamou a morte de Deus; frequentemente anuncia-se a morte do marxismo. Os pós-modernos vão além e vivem a época da "morte" de quase todas as idéias: Daniel Bell havia proclamado o fim das ideologias, cuja "morte" foi declarada por Jean-François Lyotard; Jean Baudrillard fala no fim do real; Michel Foucault sugere a "morte" do homem. Nada fica em pé depois da passagem do cavalo de Átila do pós-moderno, numa voragem sem fim onde a intuição, o sonho, o sentimento, são erigidos em fundamentos para o conhecimento, afastando qualquer julgamento com base racional, que se baseie no exame objetivo do mundo real. Seus limites, porém, são muito preciosos: a defesa e a manutenção do capitalismo. Marshall Bermann, por exemplo, sugere o fim das revoluções: "ainda que um comunismo triunfante possa jorrar das comportas abertas pela livre troca, quem sabe que ameaçadores impulsos jorrarão, ao mesmo tempo, despertados pelo comunismo ou latentes em seu bojo?". A sociedade burguesa, então, é preferível à comunista, segure ele: seus males e defeitos já são familiares, enquanto o comunismo de Marx aponta a "direção de imensos es-

paços humanos desconhecidos, sem qualquer limite" (3).

Importante para olhar a seu redor, para examinar seu passado e compreender o presente, os pós-modernos inauguram uma época de subjetivismo extremado. "A idéia dominante do nosso tempo é que todas as crenças se originam no eu, e não têm outra fonte de legitimação" (4), diz o pensador norte-americano Alan Bloom. Essa avaliação indica a chave para alguns dos pressupostos filosóficos dessas teses e para o extremo relativismo de valores de nosso tempo. Elas reabilitam idéias do final do século passado, de pensadores como William James e, principalmente, Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), o fundador do irracionalismo moderno. Sua presença na cultura contemporânea é marcante, como na música, por exemplo, como mostra Alan Bloom. Os astros americanos cantam, diz, canções que não compreendem e obtêm enorme sucesso "porque algo na mensagem original sensibiliza as almas americanas. Mas por trás de tudo, os letristas principais são Nietzsche e Heidegger" (5).

Essa mensagem é simples e terrível, derivada de James e Nietzsche: toda verdade é relativa, e depende do julgamento e da vontade do indivíduo; por isso, só é verdadeiro aquilo que convém ao indivíduo. O pensador americano William James, que viveu de 1842 a 1910, foi o fundador do pragmatismo. Ele defendia que as teorias não são verdadeiras ou falsas, mas sim úteis ou inúteis. Em seu livro **Pragmatismo** escreveu que "chamava-se verdadeiro aquilo que se revela bom na esfera das convicções". Em outro lugar, James esclarece o significado disso, ao dizer que para ele; a razão aplica-se apenas aos negócios. "O mundo prático dos negócios é, por sua vez, racional no mais alto grau para o político, para o militar e para o homem dominado pelo espírito dos negócios."

Mas é em Nietzsche que essas idéias adquirem seu desenvolvimento clássico mais acabado. O irracionalismo alemão passa a ter, com ele, um papel dirigente, e Nietzsche é "seu primeiro e mais importante expoente", diz Georg Lukács num de seus livros mais importantes, **El Asalto a la Razon** (6). Nietzsche só reconhe-

ce uma fonte para a verdade e para a ação humana, a vontade (que ele chama de vontade de poder). "Suposto que nada está 'dado' como real, a não ser nosso mundo dos apetites e paixões, que não podemos descer ou subir nenhuma outra 'realidade' a não ser precisamente à realidade de nossos impulsos... não é preciso fazer o ensaio e perguntar a pergunta, se esse 'dado' não basta para, a partir de seu semelhante, entender também o assim chamado mundo mecânico (ou 'material')?", entendê-lo como "algo da mesma forma de realidade que nossa própria emoção" — escreveu ele em **Para além do Bem e do Mal** (7).

Nietzsche foi o primeiro expoente do irracionalismo alemão. Para ele, a vontade é a fonte da verdade e da ação

Se nada existe além de nossas emoções e sentimentos, se a realidade objetiva não existe, não pode haver também um critério para a verdade. Assim, ele escreveu em outro lugar que "a essência da 'verdade' é esta apreciação: 'creio que isto ou aquilo é assim'. O que se exprime neste julgamento são as condições necessárias para a nossa conservação e para o nosso crescimento. A confiança na razão e nas suas categorias, na dialética e, portanto, na lógica, constitui prova a favor só de sua utilidade para a vida, não a favor de sua 'verdade'" (8).

Nietzsche e James se encontram aqui, e proclamam que só é verdadeiro aquilo que é útil. Mas o alemão vai mais longe que o americano, e tira todas as consequências de seu método subjetivista. "Nada é verdade, tudo é lícito", escreve em **Assim falou Zaratustra** (9). Em outro lugar, afirma que o conhecimento só vale como instrumento do poder. Assim, a moral, a consciência, a democracia, são invenções de escravos; é conhecida sua tese de que a história moderna é a invasão lenta, maléfica e segura, da massa de escravos que, golpean-

do o poder das elites, vão obtendo conquistas democráticas. "Para nós, que encaramos o movimento democrático não só como uma forma degenerada de organização política, mas também como um equivalente a uma degenerescência, uma decadência do homem que envolve sua mediocrização e depreciação, onde fixaremos nossas esperanças", lamenta-se ele em **Para além do Bem e do Mal** (10).

Essas idéias se baseiam em um profundo desprezo do filósofo pelas massas trabalhadoras. "Nos tempos modernos, escreveu ele, não é o homem ávido de arte, mas sim o escravo, quem determina as idéias gerais". "Fantasmas como os da dignidade do homem e da dignidade do trabalho são os frutos mesquinhos de uma escravidão que se esconde de si mesma. Desventurados tempos estes em que o escravo emprega tais conceitos, em que se excita a meditar sobre si mesmo e, mais que isso, desditosos sedutores, estes que puseram a perder o estado de inocência do escravo com os frutos da árvore do conhecimento!" (11).

"Uma cultura superior, escreveu ele, só pode surgir onde existam duas castas distintas no seio da sociedade: a dos trabalhadores e a dos ociosos, capacidade para desfrutar verdadeiramente de seu ócio; ou, para dizê-lo com palavras mais fortes, a casta do trabalho forçado e a do trabalho livre" (12).

Nietzsche só via uma saída para essa situação — saída que se tornou uma trágica realidade três décadas depois da morte do filósofo, com o nazismo: "a manutenção do estado militar é o último e supremo recurso para assumir ou manter a grande tradição com vistas ao tipo superior de homem, ao tipo de homem forte" (13).

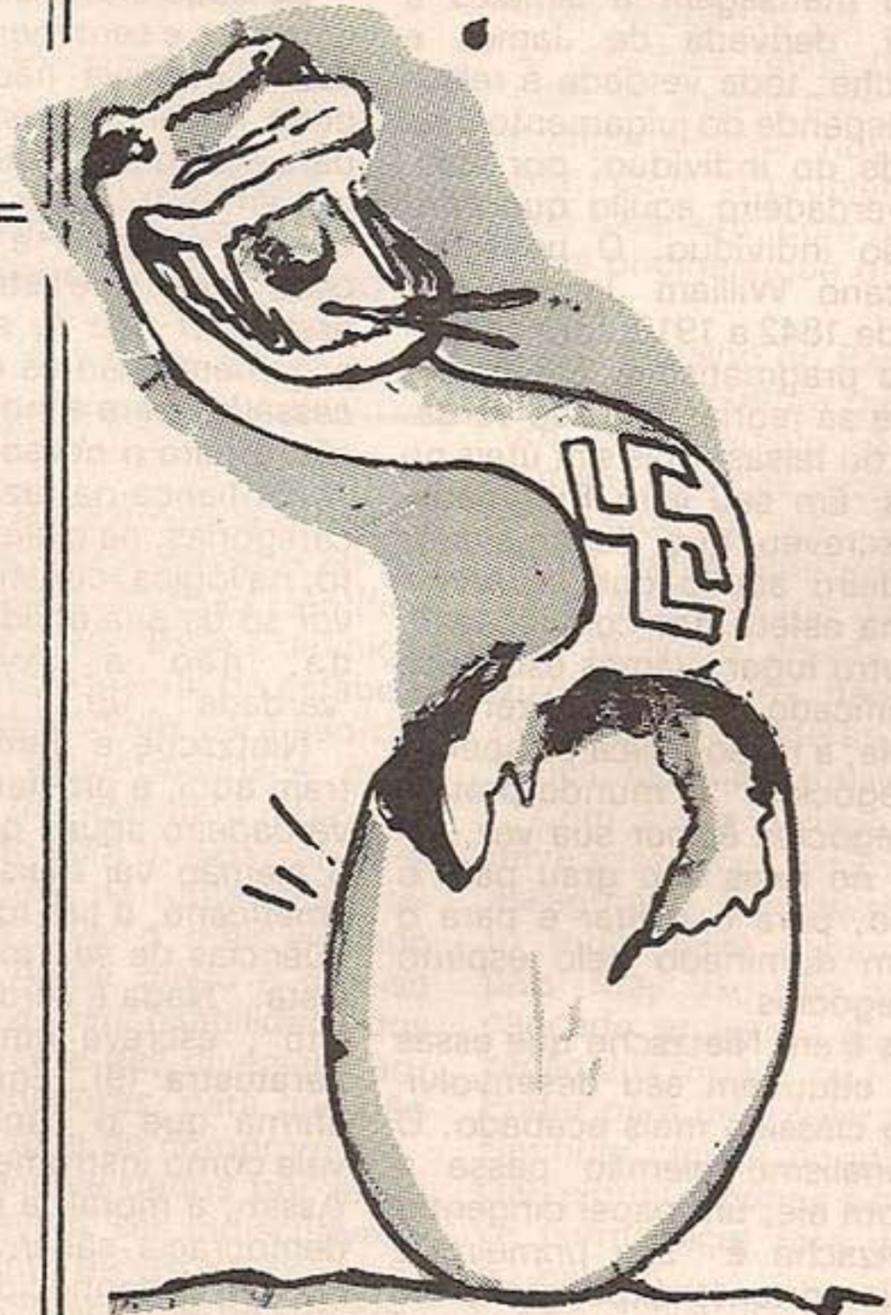
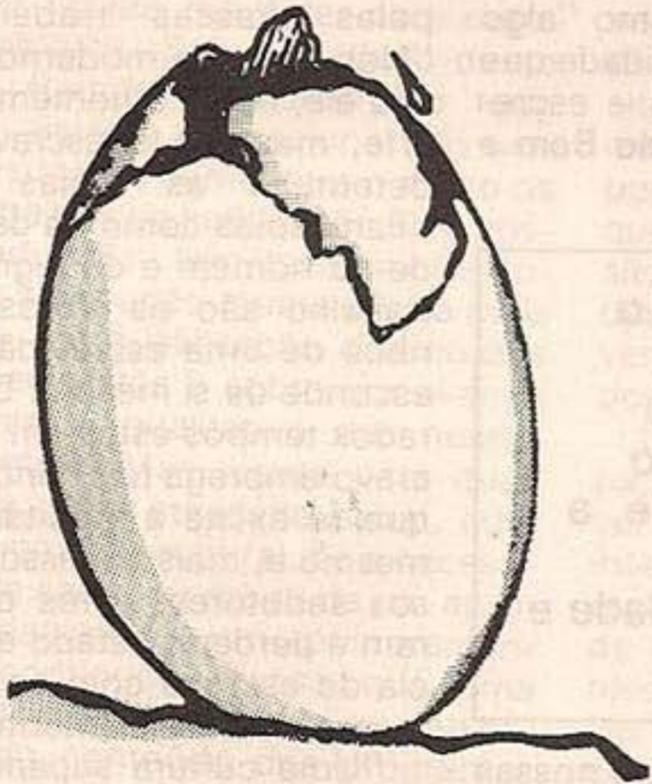
Não é preciso frisar o caráter elitista e ultra-reacionário dessas idéias. Elas surgiram numa conjuntura particularmente ameaçadora para as classes dominantes européias, e refletem seus temores. A reação filosófica à Revolução Francesa já havia acentuado a religião, o elitismo e o subjetivismo como refúgios seguros contra ideologias que, pregando o progresso técnico e social como caminhos para a felicidade humana, mobilizavam as massas

contra os privilégios da elite. Essas idéias, contudo, precisaram esperar pelo crescimento das lutas operárias, na primeira metade do século XIX, para aumentar seu pretígio entre a burguesia. As idéias de Nietzsche refletem esse recuo obscurantista, são sua ex-

pressão mais acabada. Esse recuo está sinalizado já no começo do século passado, quando Augusto Comte, o fundador da sociologia, elogiou a obra de Joseph De Maistre, um crítico reacionário da Revolução Francesa, e criticou Saint-Simon, queixan-

do-se de sua "disposição revolucionária", com a "qual estou e devo estar em absoluta oposição", disse o fundador do positivismo (14).

Mais tarde, Emile Durkheim, outro pai da sociologia, continuador de Comte, negou a possibili-



Chico Martins

dade de qualquer revolução: "os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper à sua vontade, e que, por conseguinte, as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres" (15). Essa crença na importância do homem para interferir em seu próprio destino e construir um mundo melhor e mais justo teve larga aceitação entre pensadores que baseiam suas teses num empirismo estreito, a histórico e antidialético, incapazes de compreender que entre o homem e o mundo objetivo (formado pela natureza e pela sociedade) há um mútuo condicionamento — os fatos são fatos humanos, isto é, resultado da atividade prática do homem em sua relação com a natureza e com os outros homens.

Essa idéia de que o homem é impotente para alterar sua própria história tem muito prestígio, mesmo em nossos dias, entre os apologistas da burguesia, que pretendem manter intocado seu domínio; ela é irmã gêmea da idéia de que as leis do mercado (a famosa "mão invisível do mercado") é que deve gerir os destinos humanos, idéia cujo leque de aceitação é muito amplo e inclui gente como Mário Henrique Simonsen e o economista norte-americano Milton Friedman (o ideólogo de Augusto Pinochet). Mas seu caráter irracionalista ficou oculto durante muito tempo, sob camadas de argumentos que consideravam que a ciência deve lidar exclusivamente com fatos esforçando-se ao máximo para eliminar todo juízo de valor em seu julgamento.

**O irracionalismo
avançou
depois da derrota das
revoluções de 1830-
1848
e da Comuna de Paris
(1871)**

O irracionalismo deu passos de gigante depois da derrota das revoluções democráticas de 1830—1848, na Europa e, principalmente, depois da derrota da Comuna de Paris, em 1871. Antes desses acontecimentos, o ad-

versário dos filósofos irracionalistas eram os pensadores burgueses que, continuadores da Ilustração, defendiam o liberalismo e a idéia do progresso. "A situação muda radicalmente desde os combates de junho do proletariado parisiense e, principalmente, desde a Comuna de Paris: a partir de agora, será a ideologia do proletariado, o materialismo dialético e histórico, o alvo de ataque cuja natureza essencial determinará o desenvolvimento ulterior do irracionalismo", diz Lukács (16).

A obra de Nietzsche e seu ataque à democracia são a cristalização desse combate da elite. Imediatamente depois da queda da Comuna de Paris, ele escreveu a seu amigo, o barão de Gersdoff: "Podemos retomar a confiança. Não, nossa missão/alemã ainda não terminou. Sinto-me mais animado do que nunca, pois nem tudo sucumbiu sob o adormecimento e a elegância franco-judaicos e entre os cobiçosos manejos do presente. Continua existindo, apesar de tudo, uma valentia, a valentia alemã, que é interiormente, algo muito distinto do elan de nossos vizinhos, dignos de pena. Por cima de todas as lutas entre as nações, nos havia amedrontado aquela cabeça da hidra internacional, que rapidamente começou a agitar-se de uma forma tão espantosa, como o signo das lutas do futuro, tão diferentes" (17). A longa citação justifica-se por sua clareza — ela é quase um programa e uma profecia: a "missão alemã" é acabar com a "hidra internacional" (a Primeira Internacional), cujo espectro era mais ameaçador, para a elite, que qualquer guerra.

Esta longa apresentação das idéias de Nietzsche é necessária; ela teve grande influência no desenvolvimento do irracionalismo moderno e está presente, como pressuposto filosófico fundamental, na maior parte das formulações ideológicas da elite em nossos dias. Entretanto, elas tiveram que seguir um longo caminho para chegar a esse patamar. Elas influenciaram o pensamento filosófico e mesmo as investigações científicas nas ciências do homem. Sua valorização do instinto, da vontade, sua relativização dos valores, tiveram grande importância em muitos pensadores. Um deles foi Sigmund Freud que, apesar de grande cientista, forne-

ceu um dos fundamentos mais fortes para o irracionalismo contemporâneo. É preciso ter cuidado na avaliação da contribuição de Freud para o conhecimento; deve-se evitar tanto a apologia de suas teses quanto o esquematismo simplista que as afasta sob o rótulo fácil de idealismo. Freud foi um cientista honesto, que enfrentou a fúria dos preconceitos de seu tempo para defender suas descobertas, e os marxistas devem ter, com sua obra, o mesmo cuidado que Marx teve com Hegel ou Ricardo, e Lênin com Hilferding ou Hobson. É preciso separar, atentamente, as descobertas geniais do pai da psicanálise a respeito da mente humana, de sua generalização muitas vezes inadequada e de afirmações baseadas numa compreensão não-dialética do desenvolvimento humano e da relação do homem com seu meio natural e com a sociedade.

Feitas essas ressalvas, é forçoso reconhecer que a idéia freudiana de incompatibilidade entre o indivíduo e a cultura é a matriz de uma enorme variedade de opiniões subjetivistas e abertamente irracionais que povoam a cultura burguesa de nossos dias. A relação entre o indivíduo e a cultura é traumática porque, acredita Freud, para poder viver numa coletividade, o indivíduo é obrigado a reprimir seus impulsos primitivos, os instintos. "Todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização", escreveu ele (18). Em outro lugar, disse que "o desenvolvimento da civilização impõe restrições" à liberdade do indivíduo, e o "impulso da liberdade é portanto dirigido contra formas e exigências específicas da civilização, ou contra a civilização em geral". "O homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto ... o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança" (19).

**A idéia freudiana da
incompatibilidade
entre
indivíduo e cultura é a
matriz do subjetivismo**

A civilização reprime os instintos e limita a liberdade — essa

conclusão dos argumentos freudianos, juntamente com as idéias de Nietzsche sobre a relatividade dos valores e a moral como obstáculo para o florescimento do homem superior, está subjacente à grande parte dos ataques contemporâneos a todo e qualquer projeto político-social coletivo e à idéia do progresso. Uns poucos exemplos são suficientes para mostrar isso.

Nos anos 30, na Alemanha, formou-se um instituto de estudos, conhecido como Escola de Frankfurt, que tentou juntar as idéias de Freud e as de Marx, e cuja análise da sociedade contemporânea foi arrasadora e fortemente pessimista. Eles queriam compreender como é que a civilização européia da primeira metade do século (e principalmente seu próprio país, a Alemanha) pôde gerar um monstro tão devastador como o nazismo.

Procuravam essa resposta na análise da cultura da época, e chegaram à conclusão de que "o conteúdo da razão foi arbitrariamente reduzido" a seu uso instrumental e técnico (20). Dessa forma, acreditaram, "a história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem" (21). Ou: "a repressão dos desejos que a sociedade realiza através do ego torna-se cada vez mais insensata não só para a população como um todo como para cada indivíduo. Quanto mais alto se proclama e se reconhece a idéia da racionalidade, mais fortemente cresce na mente das pessoas o ressentimento consciente e inconsciente contra a civilização e seu agente dentro do indivíduo, o ego" (22). Em outro lugar, Adorno e Horkheimer chegaram à conclusão de que "a história da civilização é a história da introversão do sacrifício. Ou por outra, a história da renúncia" (23). Walter Benjamin, outro expoente da Escola de Frankfurt, considerou o progresso como uma tempestade, uma "catástrofe única que segue empilhando escombros sobre escombros" (24). Mas coube a Herbert Marcuse, outro filósofo desse grupo, popularizar de forma mais ampla essas idéias, e seu livro **Eros e Civilização** tornou-se uma espécie de manifesto em favor do desejo e do indivíduo contra a cultura, nos anos 60.

**Sartre defendeu um
subjetivismo
incompleto
e envergonhado. Ele é
um
dos "mestres da
modernidade"**

Outro pensador que deve ser lembrado entre os "mestres da modernidade" é o francês Jean Paul Sartre; para ele, "o homem é, antes de mais nada, um projeto que se vive subjetivamente", e "nenhuma moral pode indicarnos o que há a fazer". O subjetivismo de Sartre era ainda incompleto e de certa forma envergonhado: ele dizia também que, "quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável por sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens" (25).

Essas idéias foram incorporadas e radicalizadas por alguns pensadores burgueses contemporâneos, principalmente franceses. O filósofo Cornélius Castoriadis, por exemplo, nega a possibilidade de qualquer base objetiva para as ciências sociais, e tenta provar que o conceito de **mais valia** é inadequado porque tem uma base cujo conteúdo é impossível de determinar: a hora de trabalhar (26). Michel Foucault, por outro lado, ataca toda norma social como autoritária. Ele escreveu que "uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida", e lamenta a evolução social posterior à Revolução Francesa: em referência às "sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução Francesa, os códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornaram aceitável um poder essencialmente normalizador" (27).

Lukács mostrou que o irracionalismo moderno é fruto da luta da burguesia e da nobreza contra a idéia do progresso. Esse abandono pela burguesia da idéia do progresso foi expresso com clareza na obra de Raimond Aron, um sociólogo muito prestigiado pelos

conservadores franceses. Ele escreveu, em 1958, um livro intitulado **As desilusões do progresso**, onde diz que "a sociedade moderna tornou-se incapaz de realizar seus ideais, resolver seus angustiantes problemas de vida, dominar a natureza e realizar o 'objetivo de Prometeu'" (28).

O pessimismo é o traço mais marcante desse quadro. A ciência é rejeitada, e suas conquistas são vistas como ameaças contra o homem; a verdade deixa de ter base objetiva e transforma-se numa **revelação** mística, intuitiva e radicalmente individual. Instaura-se um pluralismo de verdades que dilui as categorias do conhecimento, e as substituem por decisões individuais.

Perry Anderson mostrou que o modernismo, que surgiu na Europa no começo do século (e teve reflexos no Brasil, na Semana de Arte Moderna de 1922) foi condicionado pela "bruma da revolução social"; ele "surgiu na intersecção de uma ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário semi-emergente, ou semi-insurgente" (29), e os modernistas definiram-se em relação a ele, seja apoiando (e aderindo ao comunismo), seja opondo-se a ele (e aderindo ao fascismo). De qualquer forma, o modernismo colocou de pé a idéia que identifica modernidade com progresso técnico. O pós-modernismo contemporâneo é uma reação ao modernismo, promovida por uma geração que defrontou-se com ele nos institutos, academias e escolas, onde as obras modernistas foram transformadas em "monumentos reificados que precisam ser destruídos para que algo novo venha a surgir" (30).

Entretanto esse assalto ao passado simbolizado pelo modernismo é comandado pelo mercado, que impõe as regras adequadas à produção daquilo que serve para o consumo. "A emergência da pós-modernidade está estreitamente relacionada à emergência desta nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo", diz Frederic Jameson (31).

Esse campo criou a situação favorável para a confluência entre as idéias de William James, Friedrich Nietzsche e o positivismo de Comte e Durkheim — que,



Ilustração: Chico Martins

longe de serem anacronismos do século passado, continuam com plenos direitos de cidadania no pensamento burguês contemporâneo (32). O mercado é quem determina essa função. Para a grande burguesia, a razão transformou-se em mera técnica, e a modernização é sinônimo de tecnologia. Isso é conveniente para ela; permite o aprofundamento do mesmo modelo econômico que lhe dá enormes lucros, mesmo que para isso tenha que abrir mão até da idéia de soberania nacional como uma velharia herdada do século XVI (33).

O domínio do mercado transparece também nas camadas intelectuais, produtoras de bens culturais e científicos para o gran-

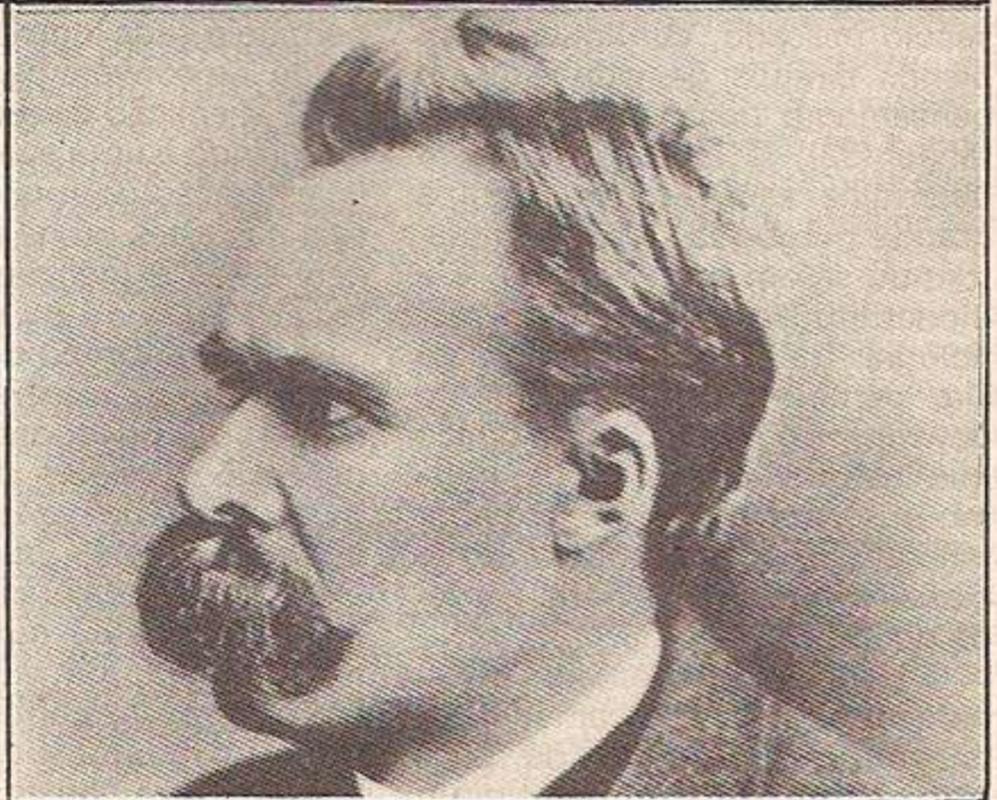
de capital. A ética subjetiva que permite a cada indivíduo escolher o que lhe convém permite esconder a alienação daqueles que, renunciando a uma autêntica e livre investigação do mundo objetivo, seja nas artes ou na ciência, rendem-se às exigências das caixas registradoras ou da folha de pagamento. O crítico de arte Paulo Sérgio Duarte mostra que o pós-moderno corresponde à emergência dos valores da sociedade de consumo no campo de cultura dos especialistas, num momento em que esses valores já se acham disseminados na cultura do homem médio, na vida cotidiana das sociedades contemporâneas. "Não há retomada de valores do passado para construção do pre-

sente", mas apenas as "conseqüências culturais da emergência da classe média", com sua preocupação com o consumo e o seu caráter regressivo (34). A artista plástica brasileira Regina Vater mostrou recentemente (num curso no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo) como as galerias de arte em Nova York dominam a produção dos artistas plásticos. É uma situação que ela conhece de perto, pois mora há mais de dez anos nos EUA. O pós-moderno, diz ela, transformou o artista em produtor de objetos de decoração, com regras de composição precisas: figuras humanas, certas cores ou alusões a situações sociais ou humanas não devem aparecer para não chocar a freguesia potencial — os grandes consumidores dessas obras são os executivos das multinacionais e seu gosto impõe-se fazendo com que alguns truques plásticos, geometrias, certas maneiras de usar as cores, prevaleçam no trabalho dos "artistas". O conteúdo é negado e a produção é purificada quase como um rito de limpeza, diz Regina Vater.

A alienação dessa enorme camada de intelectuais e artistas, que se colocam a serviço do grande capital, tem conseqüências nocivas, particularmente num país como o Brasil. Ao enfatizar um único modelo de modernização — a integração com o mercado mundial e a adoção de idéias, modelos e tecnologias produzidas fora do país — eles renunciam ao desenvolvimento das características próprias de nosso país. Acentuam a modernização como cópia e não como criação cultural autônoma, surgida do esforço para resolver de forma criativa os problemas nacionais. Descartam, principalmente, a idéia de que, mais do que tecnológica, a modernização deve ser social. É a permanência de estruturas sociais caducas, geradas no período colonial, que fazem o povo brasileiro trabalhar para produzir bens que não poderá consumir, e enquadram o Brasil numa posição subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho — isso é o obstáculo que impede a modernização verdadeira do Brasil. A manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada, de uma indústria que produz bens de consumo para uma elite,



Fredrich Nietzsche (1814-1900, foto) foi o fundador do irracionalismo moderno. Suas idéias, ultra-reacionárias, revelaram-se um apelo apaixonado ao nazismo, que tornou-se realidade poucas décadas após sua morte.



de uma produção agrícola voltada para a exportação, e cujos preços são determinados pela variação da cotação dos produtos no mercado mundial — essas são algumas das características dessa formação social arcaica, que de-

ve ser descartada pelo povo brasileiro e pelos intelectuais progressistas. Para a elite, esse tipo de modernização não convém — ela destruirá a base de seus privilégios; por isso, ela aposta na outra direção, a da manutenção do

atual modelo econômico. E, nesse movimento, consegue — como o flautista de Hamelim — atrair pela doce melodia de sua propaganda, alguns “homens de pensamento” que trocam seu talento por um lugar nesse festim macabro.

NOTAS

1. Para mais detalhes sobre o modelo apregoado pelo grande capital, ver **Retrato do Brasil**, n.º 58, agosto de 1988.

2. Friedric Jameson, “Pós-modernidade e sociedade de consumo”, in **Novos Estudos Cebrap**, n.º 12, junho de 1985.

3. José Carlos Ruy, “A Dialética do Capitulacionismo”, **Tribuna da Luta Operária**, n.º 135, 8 a 14 de junho de 1987.

4. Alan Bloom, “Nietzsche na América”, **Diálogo** n.º 3, v. 21, 1988.

5. idem.

6. Georg Lukács, **El Asalto a la Razon**, Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1972.

7. Friedrich Nietzsche, **Para além do Bem e do Mal**, in **Obras Incompletas, Os Pensadores**, vol. XXXII, Abril Cultural, São Paulo, 1974.

8. Citado em Leon Kossovitch, **Signos e Poderes em Nietzsche**, Editora Ática, São Paulo, 1979, p. 58.

9. Lukács, p. 281

10. Citado em Sidney Finkelstein, **Existencialismo e Alienação na Literatura Norteamericana**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p. 62

11. Lukács, p. 264

12. idem, p. 269

13. idem, p. 276

14. Michael Lowy, **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen — marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**, Editora Busca Vida, São Paulo, 1987, p. 23.

15. idem, p. 27

16. Lukács, p. 6

17. idem, p. 263

18. Sigmund Freud, **O futuro de uma ilusão**, in **Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XXI, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1974, p. 16.

19. Sigmund Freud, **O Mal Estar na Civilização**, idem, p. 116 e 137. Uma visão marxista do processo de socialização na criança, que não admite a oposição entre indivíduo e sociedade, mas sim sua integração dialética, pode ser encontrada em L.S. Vygotsky, **A Formação Social da Mente**, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1988.

20. Max Horkheimer, **Eclipse da Razão**, Labor, Rio de Janeiro, 1976, p. 28

21. idem, p. 116

22. idem, p. 120.

23. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, **Dialética do Esclarecimento (Dialektik der Aufklärung)**, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1985, p. 61.

24. Walter Benjamin, **Teses sobre a filosofia da história**, em Benjamin, **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, Editora Ática, São Paulo.

25. Jean-Paul Sartre, **O existencialismo é um humanismo**, in **Os Pensadores**, Abril Cultural, São Paulo, 1978.

26. Cornélius Castoriadis, **A Experiência do Movimento Operário**, Editora Brasiliense, São Paulo.

27. Michel Foucault, **História da Sexualidade**, vol. 1, **A Vontade de Saber**, Graal, Rio de Janeiro, 1984.

28. Citado em G. Kursanov, **Veritas — Fundamentos de la Teoria Leninista de la Verdad**, Editorial Progreso, Moscou, 1977, p. 240.

29. Perry Anderson, “Modernidade e Revolução”, **Novos Estudos Cebrap**, n.º 14, São Paulo, fevereiro de 1986.

30. Fredric Jameson., op. cit.

31. idem

32. Lowy, p. 27, 31 e 46.

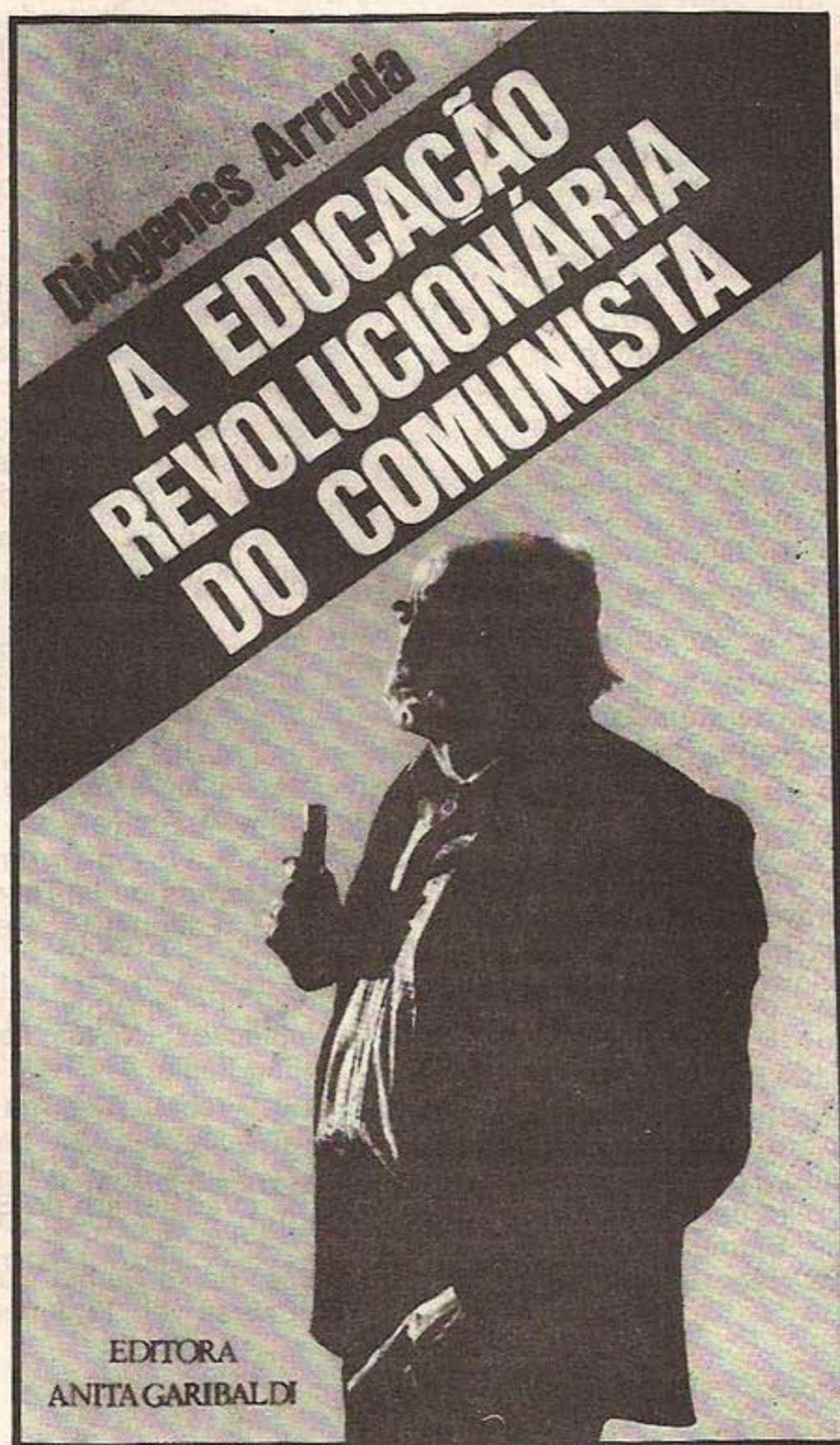
33. Ver **Retrato do Brasil**, n.º 58, agosto de 1988.

34. Paulo Sérgio Duarte, in **Novos Estudos Cebrap** vol. 12, junho de 1986.

Nota da redação

Georg Lukács (1885-1971) foi um filósofo húngaro que se manteve durante um determinado período no campo do marxismo. Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética tornou-se um defensor das idéias revisionistas difundidas por N.S. Krushchev.

UMA OBRA INDISPENSÁVEL NA FORMAÇÃO DE QUADROS

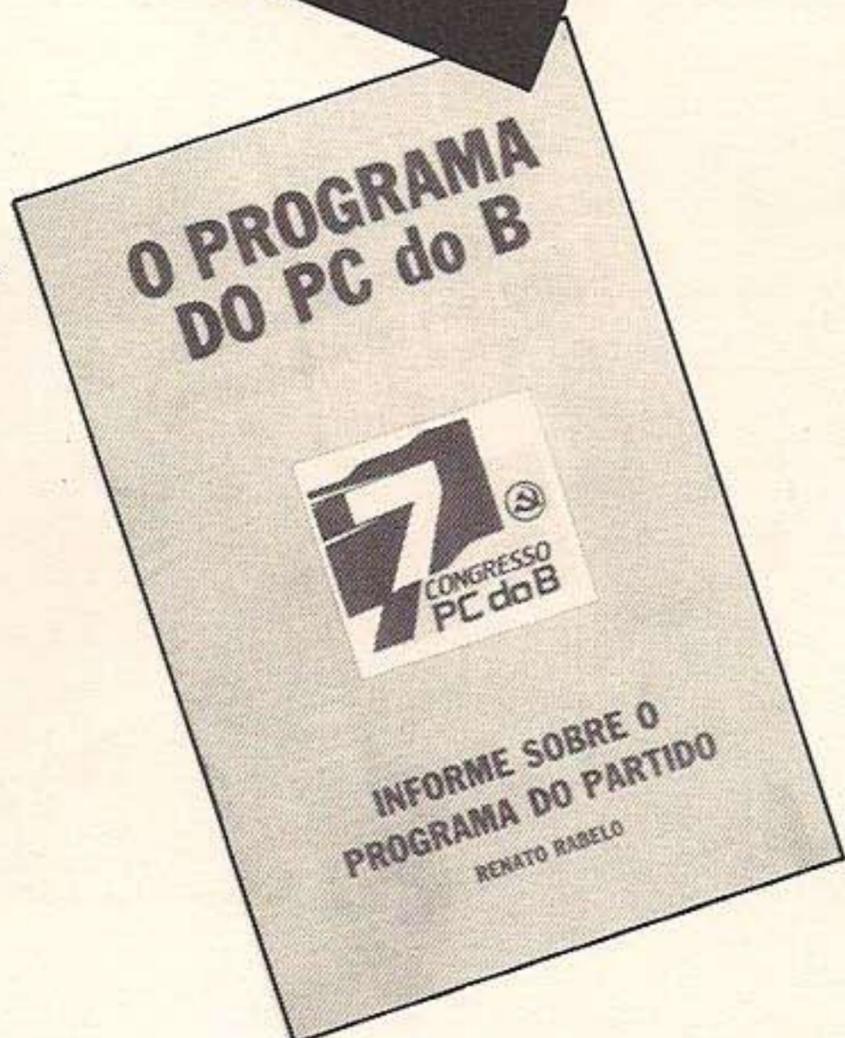


Pedidos à
 Editora Anita Garibaldi Ltda
 Rua Bororós, 51, 3.º andar — CEP 01320
 São Paulo — SP — Fone: 278-3220

Quais são as idéias dos comunistas sobre os vários temas da atualidade?

Você terá a resposta lendo os informes e intervenções especiais debatidos e aprovadas no 7º Congresso do PCdoB, realizado em maio de 1988. Eles foram editados pela Edi-

tora Anita Garibaldi Ltda. Os pedidos devem ser encaminhados à empresa, na rua Bororé, 51, 3º andar — CEP 01320, São Paulo — SP. Fone: 278-3220



**Leia e
assine
o jornal**

“A Classe Operária”

A Classe Operária 

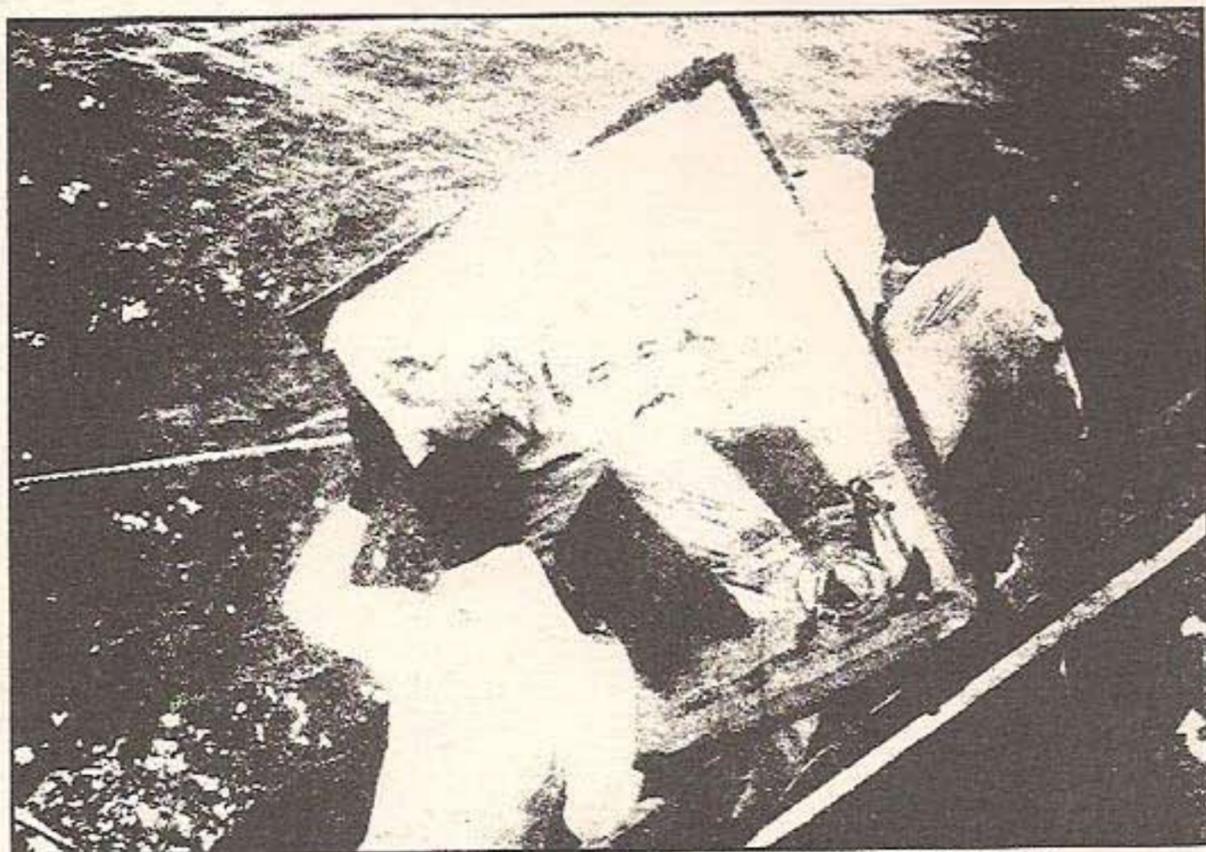
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Cz\$ 240,00

ANO 64 — VI FASE — Nº 9 — DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988 A 11 DE JANEIRO DE 1989

1988

Rumo ao grande naufrágio



Fim de ano, momento de balanço e reflexão. Em retrospectiva política (págs. 4 e 5), passamos em revista as lutas da Constituinte, a crise de governo, as lutas da oposição democrática e progressista, os resultados eleitorais e o deslocamento de forças no cenário nacional. Em entrevista com João Amazonas (págs. 20 e 21), o presidente do PCdoB aponta o fortalecimento do partido em 1988. Este número traz ainda um balanço do movimento grevista (pág. 15) e uma profunda análise das dificuldades econômicas do governo, fator de instabilidade permanente (págs. 10 e 11).

Uma
opinião
precisa
sobre os
principais
acontecimentos
no Brasil
e no
mundo,
de um
ponto
de vista
socialista.